

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Joana d'Arc da Penha Batista

Língua e discurso: expressões multimodais na
representação do negro brasileiro

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Joana d'Arc da Penha Batista

Língua e discurso: expressões multimodais na
representação do negro brasileiro

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, minha segunda casa nesses últimos anos;

Aos mestres e colegas do curso de Letras, companheiros e companheiras em muitas das minhas maiores descobertas no universo das linguagens;

Aos mestres do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, pela dedicação;

À minha orientadora, Dra. Regina Célia Pagliuchi da Silveira, pela paciência, pela dedicação e pelas dicas;

À Banca de Qualificação, Dr. Jarbas Vargas Nascimento e Dr. Franciscus Willem Antonius Maria van de Wiel, pela preciosa orientação;

À Capes, pelo apoio financeiro;

Às meninas, do CEAL, Cida, Iracema e Sandra, pelo carinho e pelos ouvidos sempre atentos;

À Márcia, do CEPRIL, pelo acolhimento e pelo grande auxílio em meio aos livros intermináveis;

Ao Alberto Abib Andery, grande amigo de sempre, pela presença constante em minha vida;

À minha irmã, Maria Aparecida de Jesus Batista, a Cidinha, por ter me encantado com suas leituras e me carregado no colo (*in Memoriam*);

À minha irmã Maria de Lourdes Batista da Silva, pela certeza do amor;

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, Ninho, Rodrigo, Teka, Patrícia, Marcela, Guilherme, Mauricio, Alexandre, Ísis, Pedro e você que está para chegar, por serem a minha riqueza;

À Maria Sílvia de Jesus Tavares, a Amiga sem a qual este trabalho não teria sido possível;

À vida!

À YÁ

Minha Mãe,
(*In Memoriam*)

Algumas Palavras...

Plantei cebolinha no meu quintal

Nasceu uma neguinha de avental

– Dança, neguinha!

– Num sei dançá...

– Pega do chicote que ela dança já.

(domínio popular)

A epígrafe acima é um exemplo dos tipos de textos que mediavam algumas das brincadeiras de roda (práticas sociais) das quais eu (negra) costumava participar quando era criança. No final da cantoria, minhas amiguinhas (negras e brancas) e eu botávamos as mãos na cintura e saíamos correndo e dançando, felizes da vida, representado, cada uma de nós, tanto o papel da *neguinha* de avental quanto o da *mão que pegava do chicote*. A vida era simples, pois cada coisa parecia estar em seu devido lugar.

Com o passar dos anos, a maioria das minhas amiguinhas brancas foram para a escola, conseguiram trabalho como balconista de loja, ajudantes em fábricas de roupas e, muitas delas, como empregadas domésticas. Algumas conseguiram terminar o então chamado e desejado curso ginásial.

A maioria das minhas amiguinhas negras e eu interrompemos os estudos antes de terminarmos a antiga quarta série do então chamado curso primário, para cumprir obrigações de empregadas domésticas que dormiam na casa de seus patrões.

Para se lograr um mínimo de aproximação de algumas dinâmicas que disseminam ideologias tais como a verificável na inocente quadrinha, entendemos que é necessário que se construam abordagens metodológicas de análise discursiva que permitam a verificação de conteúdos negativos que discriminam pessoas e, por conseguinte, fazem

parecer que o lugar dessas pessoas pode ser determinado de acordo com interesses alheios a elas próprias.

Acredito que a Análise Crítica do Discurso possa configurar uma ferramenta de trabalho acadêmico que permita uma aproximação de algumas dinâmicas que têm possibilitado aos brasileiros a convivência com realidades tão díspares como o são o Mito da Democracia Racial e as assimetrias nos índices de desenvolvimento humano observadas para os diferentes grupos que formam a sociedade brasileira. Acredito nisso do fundo do meu coração.

Joana d'Arc da Penha Batista

Língua e discurso: expressões multimodais na representação do negro brasileiro

RESUMO

Objetivo: Este trabalho, situado no âmbito dos estudos em Língua Portuguesa, tem por objetivo analisar expressões multimodais usadas na representação social do negro brasileiro, em (1) um texto de notícia, na íntegra, (2) quatro segmentos de textos de notícias e (3) cinco textos de propaganda veiculados em jornais paulistanos, no período entre agosto de 2008 e junho de 2009. **Metodologia:** Para tanto, adotamos um número de postulações teóricas e metodológicas apresentadas pela Análise Crítica do Discurso, dentro dos escopos de duas de suas vertentes, a saber: a sociocognitiva e a sociossemiótica. **Justificativa / Hipóteses:** No que se refere à vertente sociocognitiva, abordamos os textos a partir da perspectiva de que as representações sociais que a presente contemporaneidade possui do negro brasileiro atual tenham sido construídas em outras contemporaneidades, as quais representaram os negros como objetos comerciáveis, uma vez que eles eram vistos como seres destituídos de traços humanos. Quanto à vertente sociossemiótica, analisamos as expressões empregadas na representação do negro tendo por base os processos de composição multimodal, a qual compreende o somatório dos sentidos construídos graças a relações de complementaridade entre elementos verbais e visuais. **Resultados Obtidos:** As análises permitem a verificação de que, em jornais paulistanos desta contemporaneidade, a imagem do negro brasileiro é, muitas vezes, associada à miséria, à violência e, no sentido profissional, a ocupações consideradas como de baixo nível, tais como o futebol e o trabalho doméstico profissional, em interface com o trabalho escravo.

Palavras-Chave: Análise Crítica do Discurso; Multimodalidade; Representação social; Discriminação racial.

Joana d'Arc da Penha Batista

Língua e discurso: expressões multimodais na representação do negro brasileiro

ABSTRACT

Aim: This piece of work, in the field of the studies in Portuguese language, aims at analyzing multimodal expressions used in the processes of socially representing the Brazilian Negro. These expressions are embodied in (1) one full news text, (2) four segments of news texts, and (3) five advertisement texts which were published in news papers of the city of São Paulo, from August 2008 to June 2009. **Justification / Hypothesis:** In order to accomplish this, we adopt a number of theoretical and methodological assumptions provided by the Critical Discourse Analysis, within the scopes of two of its study lines, namely the sociocognitive and sociosemiotic ones. According to the sociocognitive line, we analyze the texts based upon the perspective that the nowadays social representations of the Negro were, actually, construed in the past, when the black people used to be seen as objects of commercial trade, due to their status of non-human beings. As for the sociosemiotic line, as a basis for the analysis of the expressions employed, we understand that the multimodal composition processes comprehend the sum of meanings construed thanks to the ties of complementarity between verbal and visual elements. **Results:** The analyses allow us to verify that, in current newspapers of São Paulo city, the image of the Negro may be related to poverty, violence, and supposed lower class occupations, such as soccer players and maid servants on interfaces with slave work.

Key-Words: Critical Discourse Analysis; Multimodality; Social representation; Racial discrimination.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
CAPÍTULO I	4
1 Fundamentação Teórica – Análise Crítica do Discurso	4
1.1 Princípios Essenciais da ACD.....	4
1.1.1 Acesso, Discurso e Controle.....	6
1.1.2 Poder Social.....	8
1.2 A Vertente Sociocognitiva.....	10
1.2.1 Teoria da Memória.....	11
1.2.2 Memória Episódica e Memória Social.....	13
1.2.3 Esquematização de Frames Conceptuais e Protótipos.....	13
1.3 Vertente Sociossemiótica da ACD.....	15
1.4 Modelo Estratégico de Processamento do Discurso.....	18
1.5 Multimodalidade.....	23
1.5.1 Materialidade dos Modos.....	24
1.5.2 Lógica dos Modos.....	25
1.5.3 Composição Textual por Modos.....	26
1.6 ACD e Especificidades do Discurso Jornalístico.....	27
1.7 Categorias Analíticas.....	33
CAPÍTULO II	38
2 Presença do Negro no Brasil e suas Formas de Representação	38
2.1 Do Racismo	39
2.2 O Negro no Brasil.....	43
2.2.1 O Negro no Brasil-Colônia.....	48
2.2.2 O Negro no Império.....	49
2.3 A Legislação e o Negro.....	52
2.4 Espectros da Escravidão.....	56
2.5 Resistência do Negro.....	57

CAPÍTULO III	64
3 Memória, Representações Sociais e Expressões Multimodais	64
3.1 Análise do Texto 1.....	64
3.1.1 Representação dos Atores Sociais.....	68
3.1.2 Associação do Negro à Miséria e à Violência.....	77
3.2 Análise dos Textos 2, 3, 4, 5 e 6.....	89
3.2.1 Representação dos Atores Sociais.....	98
3.2.2 Institucionalização do Negro no Texto.....	100
3.3 Análise dos Textos 7, 8, 9 e 10.....	104
3.3.1 Representação dos Atores Sociais.....	105
3.3.2 A Representação do Negro do Passado sobre o Negro.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS	122

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação se situa na área de Estudos em Língua Portuguesa, sob o viés da Análise Crítica do Discurso (doravante, ACD) com vertente sociocognitiva. Ela tem por tema expressões multimodais (verbal e visual), de cunho discriminatório, verificadas em jornais paulistanos, uma vez que podem concorrer para a manutenção do preconceito racial em relação aos negros. Tais expressões contêm valores negativos que possuem raízes históricas na sociedade colonial brasileira.

Este estudo se justifica pela consideração de que o discurso jornalístico é um discurso institucionalizado que, conforme sustentam grandes nomes da ACD (com destaque para Teun Adrianus van Dijk), é amplamente controlado pelas classes dominantes, pois, ao terem acesso preferencial ao discurso jornalístico, possuem poder sobre os dizeres a serem publicados, concorrendo para determinadas formações discursivas e ideológicas.

Temos por objetivo geral contribuir com os estudos sobre o racismo que vêm sendo desenvolvidos pela ACD, por meio da denúncia do abuso de poder exercido *no* e *pelo* discurso por classes dominantes brasileiras.

Advêm daí nossos objetivos específicos, quer sejam: 1) a partir do evento noticioso e propagandístico, examinar expressões relativas ao negro, apontando valores que o representam; e 2) confrontar eventos noticiosos e propagandísticos que apresentam similitudes e diferenças entre si, a fim de analisar os valores contrastivos da polaridade branco/negro.

Acreditamos que uma metodologia analítica construída com base numa perspectiva crítica de análise discursiva possa configurar um movimento acadêmico em direção à denúncia de ideologias opressoras que são veiculadas, explícita ou implicitamente, em textos que fazem parte do nosso cotidiano, uma vez que tal perspectivação tem em alta conta os aspectos sociocognitivos envolvidos na re/construção de representações do negro.

A complexidade inerente a um estudo linguístico sobre representações sociais, as quais são re/construídas *no* e *pelo* discurso em processos que são, a um só tempo, sociais, históricos e cognitivos, nos impõe a pressuposição de que tal

estudo deva ser realizado mediante a adoção de uma abordagem interdisciplinar do texto. Nesse sentido, para que se possam depreender de textos de notícia e de propaganda / publicidade¹ algumas das representações que a sociedade brasileira teve ou tem do negro, recorre-se a certos aspectos da Teoria da Memória, apresentados por van Dijk & Kintsch (1983) e, no que diz respeito à estruturação multimodal dos textos analisados, busca-se suporte nos trabalhos de Hodge & Kress (1995); van Leeuwen & Kress (1996); Kress (1998); Kress et al (2005); Kress & Jewitt (2008), bem como nas postulações apresentadas por van Leeuwen (1997) quanto às Categorias Analíticas para a representação dos atores sociais. Além disso, a presente dissertação é construída com base em resultados apresentados por pesquisas realizadas nas áreas de Antropologia, História e Geografia.

Para a elaboração da presente dissertação foram observadas as seguintes etapas:

- a) Seleção de dez textos publicados em jornais paulistanos nos quais se verificam a representação de negros: (1) como marginais, miseráveis e violentos, 2) como uma instituição brasileira; (3) como protótipos de trabalhadores domésticos em interface com trabalhadores escravizados;
- b) Seleção de textos publicados em jornais paulistanos de outras contemporaneidades, no sentido de se verificar o percurso histórico marcado por estereótipos que concorrem para a re/construção de representações sociais do negro;
- c) Apresentação de panorama breve e crítico de acontecimentos históricos que marcam a presença do negro no território brasileiro, de forma a se promover uma aproximação mínima ao encapsulamento (conjunto de valores / convencionalismos) de cada contemporaneidade visitada e, por conseguinte, dos contextos nos quais se construíram algumas das representações do negro que alcançam a presente contemporaneidade; e
- d) Apresentação de panorama breve e crítico dos acontecimentos históricos que, tendo negros como protagonistas, marcam as lutas contra a escravidão, resistência sobre a qual discutimos, um pouco, no Capítulo II.

O que se problematiza na presente pesquisa é a prática discursiva da discriminação do negro em jornais da cidade de São Paulo. Ressalte-se aqui que

¹ Nesta dissertação os termos propaganda e publicidade são praticamente empregados como sinônimos.

esta pesquisa tem caráter qualitativo.

A hipótese que orienta a nossa investigação é a de que a efetivação da prática discursiva da discriminação racial do negro em jornais se dá pelo emprego de expressões explícitas ou implícitas que contêm valoração negativa. Esses elementos são a corporificação de representações atualizadas pelo acionamento de *frames* conceptuais e protótipos re/construídos com base em formas específicas de representações socialmente compartilhadas do mundo, isto é, *marcos de cognição social*.

A investigação busca discutir a seguinte questão – Em que medida expressões carregadas de valores negativos do negro verificadas em jornais da presente contemporaneidade decorrem da seleção de expressões que contêm valores negativos do negro que foram construídos em outras contemporaneidades?

A dissertação se estrutura em três capítulos. No Capítulo I são explicitados: (1) fatos que marcam o estabelecimento da Análise Crítica do Discurso (ACD) como paradigma para a análise de discursos institucionais e institucionalizados; (2) alguns dos princípios essenciais da ACD, bem como das vertentes sociocognitiva e sociosemiótica, para a análise discursiva; e (3) a esquematização hipotética do texto de notícia proposta por van Dijk (1993); e as Categorias Analíticas propostas por van Leeuwen² (1997). No Capítulo II é realizado um breve panorama (1) dos fatos e eventos históricos que dão conta da introdução dos negros africanos no território brasileiro; (2) de um número de leis que regulam a presença desse elemento nos períodos colonial, imperial e republicano; e (3) das manifestações de resistência à escravidão e aos espectros deixados por esse sistema de produção. No Capítulo III são analisados dez textos publicados nos jornais paulistanos Folha de S. Paulo, pertencente à empresa Folha da Manhã, e Jornal da Tarde, pertencente à empresa Grupo Estado. Ambas as empresas são dominantes no negócio de comunicações de massa e seus produtos jornalísticos circulam diariamente na cidade de São Paulo, com tiragens altamente significativas.

² Por conta de características dos textos analisados, negligenciamos a Categoria Analítica denominada Sobredeterminação.

CAPÍTULO I

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

As desigualdades na interação diária com os indígenas e com as pessoas negras em sociedades tradicionais, em que todos os grupos tinham o seu lugar e papel próprios, pareceram tão “naturais” que a idéia de dominação racista foi geralmente vista – e, muitas vezes, ainda o é, – como uma acusação absurda.

van Dijk (2008a: 13)

1.1 Princípios Essenciais da ACD

A ACD, formalmente entendida como uma rede (*network*) de estudiosos da linguagem, surgiu logo após o término de um pequeno simpósio que ocorreu em Amsterdã, Holanda, em janeiro de 1991. Sem arranjos prévios, Teun Adrianus van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak encontraram-se no referido simpósio e, durante dois dias, confrontaram os resultados obtidos em suas respectivas áreas de atuação (Wodak, 2001).

A partir de diferentes abordagens, o pequeno grupo discutiu teorias e métodos de análises discursivas – com ênfase na ACD –, sendo que essa diversidade de abordagens é uma das características que marcam o grupo até o presente momento.

A oficialização da ACD foi marcada também (1) pelo lançamento, em 1990, da revista científica “*Discourse and Society*”, ainda em circulação e dirigida por van Dijk, (2) pela publicação, em 1989, do livro “*Language and Power*”, de Fairclough, (3) pela publicação, no mesmo ano, do livro “*Power and Ideology*”, de Wodak, e (4) pela publicação, em 1984, do primeiro livro de van Dijk sobre racismo, “*Prejudice in*

discourse". Wodak (2001) aponta que desde então "muita coisa mudou, tanto a agenda como os estudiosos envolvidos. Novas revistas foram lançadas, múltiplas reformulações foram escritas e, atualmente, a ACD é um paradigma estabelecido em linguística" (p 4)³.

Essa pluralidade de abordagens metodológicas que marcam a ACD não é, como já se disse, fator de distanciamento entre os estudiosos que trabalham dentro de seu escopo. Antes, a diversidade de teorias propostas e de métodos adotados pelos pesquisadores da ACD demonstra que esta vertente da Análise do Discurso (AD) é uma perspectiva para a análise discursiva que pode ser compartilhada por todos aqueles que entendem a linguagem como um elemento constitutivo da sociedade e o discurso como uma prática social, sendo que, para a ACD, as práticas sociais são arenas nas quais a vida social é produzida.

ACD se interessa particularmente pelas relações entre linguagem e abuso de poder. Segundo Wodak (2001), a expressão *crítica* se refere, inicialmente, à Teoria Crítica desenvolvida pelos pensadores da Escola de Frankfurt, a qual, se contrapondo às concepções empiristas que norteavam os estudos científicos na primeira metade do século XX, propõe que os estudos sobre questões sociais sejam realizados a partir de uma abordagem crítica e um comportamento autocrítico que permitam visualizar e denunciar as estratégias de dominação social, no sentido de se impedir que essa dominação continue a se reproduzir no seio de uma dada sociedade. Wodak (2001) aponta que, com o avançar do tempo, novas perspectivas se abriram e, na atualidade, a ACD

pode ser definida como fundamentalmente voltada à análise tanto de estruturas opacas como transparentes de relações de dominação, discriminação, poder e controle que se manifestam na linguagem. Em outras palavras, a ACD tem por objetivo investigar criticamente a desigualdade social na medida em que esta é expressa, significada, constituída, legitimada, dentre outros, pelo uso da linguagem (ou discurso) (p 2)⁴.

Essa perspectiva faz com que a ACD extrapole os limites do texto falado ou escrito e demande tanto uma teorização como uma descrição das estruturas e dos processos sociais e cognitivos que possibilitam a produção de determinados textos

³ "... much has changed the agenda as well as the scholars involved. New journals have been launched, multiple overviews have been written, and nowadays CDA is an established paradigm in linguistics."

⁴ may be defined as fundamentally concerned with analyzing opaque as well as transparent structural relationships of dominance, discrimination, power, and control as manifested in language use. In other words, CDA aims to investigate critically social inequality as it is expressed, signaled, constituted, legitimized, and so on by language use (or discourse)."

que, direta ou indiretamente, regulam a vida em sociedade.

Van Dijk (1997, 2008a) aponta que, antes de configurar uma escola ou uma disciplina, a ACD propõe-se como um conjunto de posicionamentos críticos que suportam estudos acadêmicos interdisciplinares de textos e discursos. O fato de a ACD não configurar um método propriamente dito não significa que os estudos realizados dentro de seu escopo possam prescindir de quadros teóricos que permitam analisar estruturas opacas ou transparentes, de relações de dominação, discriminação, poder e controle que se manifestam na linguagem, principalmente na linguagem empregada nos discursos institucionais e institucionalizados, como é o discurso midiático.

1.1.1 Acesso, Discurso e Controle

Ter acesso preferencial aos discursos institucionais e institucionalizados numa sociedade fundada nas bases da desigualdade social, como é a sociedade brasileira, significa deter o controle sobre os discursos que regulam a vida em sociedade, isto é, possuir recursos para disseminar legitimamente ideologias dominantes e, por conseguinte, obter um tipo de poder que é capaz de fazer com que a dinâmica de dominação de uma classe social sobre outra encontre sustentação e perdure. Nesse sentido, van Dijk (1997) aponta que os padrões

de controle de discurso e acesso estão fortemente ligados ao poder social. Enquanto as pessoas comuns somente têm acesso ativo a gêneros de discurso e controle sobre eles tais como as conversações cotidianas com seus familiares, amigos e colegas, e um acesso mais passivo ao discurso institucional (leia-se burocrático) e ao discurso midiático, as elites dispõem de acesso e controle sobre um espectro muito mais amplo, tanto em nível informal quanto sobre as formas públicas e institucionais de texto (...) (p 19)⁵.

Os discursos institucionais e/ou institucionalizados (da Igreja, da Escola, da Família, do Estado, da Mídia), pelo seu papel de mantenedor dos valores morais, econômicos, religiosos, estéticos, dentre outros, são os discursos que mais interessam à ACD, pois são estes que permitem ao grupo social que os controla

⁵ de control de discurso y acceso están fuertemente ligados al poder social. Mientras que la gente común sólo tiene acceso activo a y control sobre géneros de discurso como puedan ser las conversaciones cotidianas con sus familiares, amigos y colegas, y un acceso más pasivo al discurso institucional (léase burocrático) y al discurso mediático, las elites disponen de acceso y control sobre un espectro mucho más amplio, tanto a nivel informal como sobre las formas públicas e institucionales de texto (...)

determinar o que é e o que não é correto; o que é e o que não é bom; o que é e o que não é permitido. Os grupos que têm acesso preferencial aos discursos institucionais e/ou institucionalizados e, portanto, controle sobre estes, a ACD denomina de Grupos de Poder.

No Brasil, país que se tem mantido ao longo de sua história sobre bases sustentadas por injustiças sociais, era de se esperar que os Grupos de Poder exercessem o seu controle social mediante, principalmente, o emprego da força bruta. No entanto, as novas configurações das sociedades ditas democráticas, como se autodenomina a sociedade brasileira, fazem com que o poder social dos Grupos de Poder seja exercido por meio do emprego de recursos muito mais sutis e, segundo os expoentes da ACD, muito mais efetivos, como é o caso da disseminação de ideologias *no* e *pelo* discurso. Já não é preciso ameaçar a integridade física de uma pessoa para que esta se submeta à vontade de outrem. O controle das mentes dos indivíduos tem-se mostrado muito mais eficiente, no sentido de ser mais duradouro e de se transmitir de geração a geração, numa dinâmica que se pretende ininterrupta. Van Dijk (2008a) insiste que se “discursos controlam mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar” (p 18).

A mídia, possuindo acesso preferencial aos discursos institucionais, possui, portanto, controle sobre esses discursos. O discurso midiático, como todo suporte de discurso, possui uma formação discursiva, isto é, um conjunto de enunciados que partilham regularidades e regras formativas e que se define pela sua relação com uma determinada formação ideológica.

Van Dijk (1997) chama as formações ideológicas de opiniões partilhadas, ou representações sociais ou cognições sociais.

Se as cognições sociais sobre os distintos grupos sociais e os acontecimentos sociais são semelhantes, podemos então dizer que são controladas pelos mesmos padrões de interpretação fundamental, ou seja, pela mesma ideologia. Tal ideologia contém as normas básicas, os valores e outros princípios destinados à consecução dos interesses e objetivos do grupo, além da reprodução e legitimação de seu poder (p 39)⁶.

Assim, segundo van Dijk (1997a; 1997b; 2005; 2008a; 2008b), analistas do

⁶ Si las cogniciones sociales acerca de los distintos grupos sociales y los sucesos sociales son parecidos, podemos entonces decir que están controladas por los mismos patrones de interpretación fundamental, es decir, por la misma ideología. Dicha ideología contiene las normas básicas, los valores y otros principios destinados a la consecución y a la legitimación de su poder.

discurso que pretendam trabalhar em acordo com os pressupostos da ACD devem examinar o conceito de poder social, uma vez que tal exame é uma das tarefas básicas desta vertente da AD.

1.1.2 Poder Social

Uma definição que desse conta da complexidade que envolve a conceituação de poder exigiria uma revisão extensa dos estudos que vêm sendo realizados dentro do escopo de diversas áreas do conhecimento sobre o tema. Como na presente dissertação não se tem a pretensão de se querer esgotar o assunto, mas sim de se fazer conhecer algumas das propriedades do tipo de poder que interessa à nossa investigação, buscamos apresentar um resumo das características do poder social, assim com as apresenta van Dijk (2008b).

O poder está intimamente ligado ao acesso e ao controle. Nas sociedades capitalistas, onde o poder aquisitivo é mais forte, as elites econômicas possuem uma posição social que lhes permite impor as suas representações sociais, ou cognições sociais, sobre os grupos que não disponham do mesmo poder aquisitivo. Portanto, o poder social está intimamente ligado ao poder aquisitivo.

Também os grupos que atingem maiores níveis de escolarização possuem um *status* que lhes concede o poder de estabelecer o que é *correto* ou *incorreto* em termos linguísticos, por exemplo, e determinar que diversas variedades de natureza diatópica da língua portuguesa, que são usadas por pessoas provenientes de grupos sociais historicamente marginalizados (como é o caso dos nordestinos que residem na cidade de São Paulo) sejam consideradas como *desvios* da língua e, portanto, infrações passíveis de sanções.

Ainda que seja difícil de imaginar uma sociedade que pudesse efetivar-se livre de quaisquer tipos de conflitos intergrupais, a ACD condena, fundamentalmente, o abuso de poder exercido por um grupo sobre outro e propõe-se como um programa acadêmico de investigação do discurso, apresentando-se como uma alternativa de denúncia de imposições de valores e representações sociais de um grupo sobre outro com vistas à dominação da mente das pessoas.

A investigação das dimensões do poder no discurso, segundo van Dijk (2008b), faz com que o poder social seja muito mais relevante para o analista crítico do discurso do que o poder exercido por um indivíduo isoladamente, uma vez que o poder social se manifesta, geralmente, nas relações intergrupais. Para o autor, esse fato faz com que seja possível se afirmar que

o grupo A (ou seus membros) possui poder sobre o grupo B (ou seus membros) quando as ações reais ou potenciais de A exercem um controle social sobre B. Já que o conceito de ação em si envolve o conceito de controle (cognitivo) pelos agentes, o controle social sobre B por meio das ações de A induz a uma limitação no autocontrole de B. Em outras palavras, o exercício de poder por A resulta em uma limitação da liberdade social de ação de B (van Dijk, 2008b:41).

Esse tipo de relação se efetiva na medida em que, não usando de força física para controlar as ações reais ou potenciais de B, A consegue controlar as condições cognitivas das ações reais ou potenciais de B (seus desejos, planos, crenças) *no e pelo* discurso, impedindo ou, ao menos dificultando, que as ações de B sejam efetivadas. Nesse sentido, van Dijk (2008b) afirma que

B pode concordar com A ou aceitar fazer o que A deseja, ou seguir a lei, as regras ou o consenso de forma a agir de acordo com (os interesses) de A. Em outras palavras, o poder social é geralmente indireto e age por meio da 'mente' das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações (pp 41-42).

As bases para o poder de A são sustentadas por recursos que a sociedade valoriza tais como "riqueza, posição social, posto, status, autoridade, conhecimento, habilidades, privilégios, ou mesmo o mero pertencimento a um grupo dominante" (van Dijk, 2008b:42). Isso não significa que A não dependa de B: para que A possa controlar B, mentalmente, é necessário que B conheça os desejos, as vontades, as preferências e as intenções de A, sendo que a recíproca é verdadeira. Em suma, é necessário que A e B partilhem conhecimentos e crenças que satisfaçam os critérios epistêmicos de uma dada comunidade, também epistêmica (van Dijk, 2005). É nesse sentido que o autor afirma que cada

comunidade, ou momento histórico de uma comunidade, tem seus próprios critérios que permitem que seus membros estabeleçam que algumas crenças sejam tratadas e compartilhadas como conhecimento, enquanto que outras não (p 73)⁷.

Respeitadas as distinções que podem ser verificadas de comunidade para comunidade, van Dijk (2005) aponta que os critérios para o estabelecimento das crenças que podem ou não podem ser consideradas como conhecimento também são distintos. No entanto, o autor constata que um dos critérios verificados para tal

⁷ (...) community or historical moment of a community has its own criteria that allow members to establish that some beliefs are treated and shared as knowledge, whereas others are not.

procedimento é o que diz que “uma crença será tratada como conhecimento em uma comunidade, se ela estiver pressuposta nos discursos públicos daquela comunidade” (van Dijk, 2005:73)⁸. Como exemplo de discursos públicos de uma comunidade, o autor cita os contos populares, as canções e os textos noticiosos.

1.2 A Vertente Sociocognitiva da ACD

A vertente sociocognitiva da ACD tem em van Dijk o seu expoente. Este estudioso tem-se dedicado a desenvolver um modelo teórico que dê conta de analisar e explicar os mecanismos cognitivos de processamento discursivo. Para os adeptos dessa vertente, a memória e as relações sociais são fatores centrais e de grande relevância. Este modelo sociocognitivo configura uma expansão do modelo de processamento da informação que, segundo van Dijk (1987), tem influenciado psicólogos, desde os anos 1970.

A partir da perspectiva proposta pela vertente sociocognitiva, as pessoas que se envolvem em uma interação discursiva são sujeitos ativos que processam as informações que recebem/transmitem, e não apenas reagem automaticamente a estímulos externos, como postulam os modelos de orientação comportamentalista. Nesse sentido, van Dijk (1987) afirma que é a partir do modelo de processamento da informação que nós podemos realizar a

análise teórica e experimental precisamente dos processos cognitivos ‘intermediadores’, que caracterizam os atos mentais tais como a compreensão, a representação, a recuperação e lembrança de informações, o pensamento e a resolução de problemas ou a produção e a ação (p 182)⁹.

Como se pode perceber, além de compartilhar um número de acepções teóricas com outras vertentes da ACD, a vertente sociocognitiva enfatiza a importância da consideração dos fatores sociocognitivos quando da análise de processamentos discursivos, sendo que a teoria adotada na presente dissertação é aquela que trata dos processos de construção das representações mentais, nomeadamente Teoria da Memória.

⁸ A belief is treated as knowledge in a community if it is presupposed in the public discourse of that community.

⁹ theoretical and experimental analysis of precisely the “intermediary” cognitive processes that characterize mental acts such as understanding, representation, retrieval, and recall of information, thinking and problem solving, or production and action.

1.2.1 Teoria da Memória

Estudiosos que adotam a Teoria da Memória costumam distinguir um número de tipos de memória que concorrem para a construção do conhecimento. Dentre esses tipos, estão: a Memória Sensorial que é responsável pela análise dos dados externos que os nossos sentidos captam; a Memória de Curto Prazo, ou Memória de Trabalho, que determina quais estruturas e interpretações serão atribuídas aos dados externos captados pelos sentidos; e a Memória de Longo Prazo que é responsável por armazenar todas as informações que foram estruturadas e interpretadas pela Memória de Trabalho.

Uma vez que a Memória de Curto Prazo é capaz de reter apenas de quatro a sete encadeamentos de dados (*chunks*) diferentes ao mesmo tempo, tais como as palavras de uma frase ou as estruturas distintas de frases sequenciais; assim que esses dados são processados na Memória de Trabalho, as informações que resultam desse processamento passam a ser representadas na Memória de Longo Prazo e, parcialmente, passíveis de serem recuperadas para usos futuros (van Dijk, 1987).

Para esse autor,

a estrutura atribuída às informações que chegam à Memória de Curto Prazo também organiza a representação dessas informações na Memória de Longo Prazo. De um modo geral, quanto mais representações são estruturadas – por exemplo, em vários níveis – mais facilmente elas serão encontradas. Isso explica, por exemplo, por que é muito mais fácil se lembrar de uma frase significativa do que de uma sequência arbitrária de palavras. O mesmo pode ser dito com relação à compreensão e à memorização de sequências de eventos ou ações (episódios) ou de discursos sobre tais episódios¹⁰ (p 183).

Uma vez definidas as distinções entre a Memória Sensorial, a Memória de Curto Prazo e a Memória de Longo Prazo, é importante que se assinale que dentro dos limites da Memória de Longo Prazo, há dois outros tipos de memória que precisam ser explicitados, a saber: a Memória Episódica e a Memória Semântica.

Após serem analisadas e interpretadas na Memória de Curto Prazo, as

¹⁰ the structure assigned to the incoming information in STM also organizes the representation of that information in LTM. Generally speaking, the more such representations are structured – for instance, at several levels – the easier it will be to find them. This explains, for instance, why it is much easier to remember a meaningful sequence than an arbitrary sequence of words. The same is true for the understanding and memorization of sequences of events or actions (episodes) or discourse about such episodes.

informações são temporariamente armazenadas como episódios, na Memória Episódica. As informações armazenadas nessa memória podem dizer respeito a textos lidos, acontecimentos testemunhados ou a qualquer tipo de evento social ou individual. Todos os dados referentes a esses eventos são armazenados na Memória Episódica e, pelo menos inicialmente, possuem natureza individual e são relacionados a experiências particulares. Esses episódios *grosso modo* são as representações das interpretações subjetivas que fazemos dos episódios que observamos no mundo real.

Embora não seja possível se afirmar precisamente como ou quando se dá a passagem das representações individuais para as representações sociais, é possível se inferir que para que essa transformação ocorra, é necessário que a pessoa passe por inúmeros processos que lhe permitam:

- (1) GENERALIZAR – estender representações individuais de eventos observados ou vividos a um número de casos possíveis e imagináveis;
- (2) ABSTRAIR – realizar uma operação mental que lhe permita refletir sobre uma informação sem considerar os fatores que concretamente possam estar relacionados a ela; e
- (3) DESCONTEXTUALIZAR – desconsiderar as relações entre as circunstâncias necessárias para que um dado fato ou uma dada situação tenha sido possível.

A Memória Semântica, possuindo uma natureza mais geral e abstrata, armazena os nossos conhecimentos mais gerais e abstratos. Os nossos conhecimentos sobre linguagens em geral, discursos e interações, pessoas, objetos, ações, as formas e os significados dos signos linguísticos – e de outras naturezas semióticas, as regras, normas e estratégias de leitura e escrita, bem como todos os recursos que usamos para interpretar as informações relacionadas aos tipos de cenários em que as interações humanas costumam se desenrolar, estão armazenados na Memória Semântica. É importante ressaltar que a utilidade desse tipo de informação se efetiva na medida em que a informação é, ao menos, parcialmente partilhada com outras pessoas, como é o caso das informações sobre interações e o uso da linguagem. Nesse sentido, é que van Dijk (1987) diz preferir

o termo memória social para se referir à coleção de informações representadas na reserva da memória semântica (...) Afinal de contas, a memória semântica não

retém somente informações semânticas, mas também informações estruturais ou processuais sobre imagens, ações ou discurso (p 183)¹¹.

Em síntese, a Memória Episódica pode ser comparada a um diário no qual uma pessoa anota informações cotidianamente, sendo que a validade das informações anotadas pode (ou não) ser revogada de acordo unicamente com a vontade de quem as anotou. A Memória Social, por sua vez, seria mais comparável a um dicionário ou a uma enciclopédia, cuja validade das informações ali contidas seria menos perecível e pudesse ser revogada apenas mediante convencionalismos sociais.

1.2.2 Memória Episódica, Memória Social

Se não fosse pela estreita relação que existe entre a Memória Episódica e a Memória Social, não seríamos capazes nem de aprender com as nossas experiências particulares nem de interpretar o mundo com a ajuda dos conhecimentos partilhados que possuímos sobre ele (van Dijk & Kintsch, 1983). Como já se disse, as informações armazenadas na Memória Episódica precisam ser *generalizadas, abstraídas e descontextualizadas* para que possam se transformar nas informações que farão parte da Memória Social. Essa transformação, no entanto, não se dá de forma estanque, mas sim por meio de processos múltiplos que se desenvolvem gradativamente ao longo da trajetória de uma dada comunidade. Esses processos permitem a construção e a atualização de *frames conceptuais e protótipos*.

1.2.3 Esquematização de Frames Conceptuais e Protótipos

As experiências individuais com, por exemplo, as formas e funções de cerimônias religiosas de casamento, resultam na criação de frames conceptuais de

¹¹ the term social memory to refer to the collection of information represented in this semantic memory store (...) After all, semantic memory does not only hold semantic information, but also structural or procedural information about images, action, or discourse.

cerimônias religiosas de casamento. Um frame conceptual de uma cerimônia religiosa de casamento, segundo van Dijk & Kintsch (1983), pode ser entendido como *um agrupamento de conhecimentos referentes às propriedades gerais das cerimônias religiosas de casamento* que, diante das possibilidades de variabilidade desse tipo de cerimônia (variabilidade imposta por particularidades das distintas religiões, por exemplo), preserva-se como um agrupamento que pode ser acrescido de novos conhecimentos, dependendo da situação.

Além dos frames conceptuais, as representações sobre os eventos, os objetos e as pessoas também podem se organizar na Memória Social como *protótipos* que, segundo van Dijk (1987), representam a “construção do membro mais ‘típico’ de uma classe, traçando as propriedades mais típicas, às quais outros elementos da classe podem ser mais ou menos semelhantes” (p 184)¹².

Assim, quando do relato de delitos, transgressões, ações danosas praticados por uma pessoa que descende de africanos, por exemplo, aceitamos, sem quaisquer tipos de dúvida, que era de se esperar que tal pessoa praticasse tais delitos, transgressões e ações danosas, pois, como se diz no Brasil, *negro, quando não “caga” na entrada, “caga” na saída*, estamos, provavelmente, fazendo uso de protótipos que foram construídos a partir de experiências individuais de *determinados* não-negros que, de alguma maneira, se sentiram prejudicados pelas ações de *determinados* negros em *determinado* momento de suas vidas, dentro dos limites de *determinadas* circunstâncias.

Essas experiências individuais, após terem passado pelos referidos processos de generalização, abstração e descontextualização, foram usadas na construção de um *protótipo de negros*, ou seja, de um modelo exemplar do membro mais típico desse grupo na Memória Social. Esse protótipo foi disponibilizado para todos os membros da comunidade, sejam estes contemporâneos ou não daqueles que viveram a experiência propriamente dita, e *auxilia* na construção de justificativas para as ações reprováveis praticadas por negros, pois *simplifica* esse processo de construção, na medida em que permite, a quem o realiza, desconsiderar outros fatores além do pertencimento racial do negro infrator em questão. Outro exemplo que pode aqui ser citado é o uso da conhecida expressão *serviço de preto* para

¹² a construction of the most “typical” member of a class, featuring the most typical properties, to which other elements of the class may be more or less similar.

desqualificar o resultado do trabalho de alguém, seja este alguém negro ou não.

A noção de protótipo é de fundamental importância para a análise das representações mentais que a sociedade brasileira possui dos negros, uma vez que a construção dos protótipos desse grupo foi realizada por grupos de poder formados por europeus brancos e seus descendentes, a partir de uma perspectiva etnocentrista que determinava seus marcos de cognição social.

Em suma, frames e protótipos são tipos de esquemas que estruturam as representações cognitivas e são necessários para o processamento discursivo, pois possibilitam que as informações sejam acessadas mais rapidamente e mais facilmente.

1.3 A Vertente Sociosemiótica da ACD

A vertente sociosemiótica da ACD, liderada por Gunther Kress e Robert Hodge – dentre outros, ocupa-se do estudo da semiose, ou, conforme definição desses pesquisadores, dos “(...) processos e efeitos da produção e da reprodução, da recepção e da circulação de significados em todas as suas formas (...)” (Hodge & Kress, 1995:261)¹³.

Para esses autores, a semiótica social, ao estudar a semiose, entende que esta é um fenômeno social que não somente possui origem, processo, função e contexto, mas que também produz efeitos. Os autores apontam que o estudo da semiose pode ser realizado a partir da análise dos significados sociais construídos graças ao emprego de uma gama de sistemas semióticos que tornam possível a estruturação de um texto (oral ou escrito), bem como a participação em práticas sociais.

Sistemas semióticos, segundo Hodge & Kress (1995), podem ser definidos como sistemas de relações entre signos, estabelecidas por estruturas paradigmáticas e sintagmáticas, sendo que as estruturas paradigmáticas consistem de *itens* ou do

¹³ processes and effects of the production and reproduction, reception and circulation of meaning in all its forms (...)

próprio material que organizam graças a elementos tais como princípios de classificação, características distintivas, rótulos de identificação que categorizam esses itens e materiais.

Segundo Hodge & Kress (1995), relações paradigmáticas e sintagmáticas não são independentes entre si, pois as estruturas paradigmáticas se materializam nos textos, seja por meio de

sintagmas relacionais (sintagmas cujo significado é uma relação paradigmática) ou por meio de *marcadores* (significantes de classificadores e classificações). Estruturas paradigmáticas não são intrinsecamente mais abstratas ou imateriais do que estruturas sintagmáticas: em ambos os casos, atos semióticos podem projetar estruturas elaboradas que não têm outro tipo de existência material, mas que têm força semiótica na medida em que são pensadas como existentes (p 264)¹⁴.

Na medida em que a semiótica social estuda os sistemas semióticos, ela busca lançar luz sobre as dimensões sociais e referenciais do fenômeno semiótico observado, considerando que este possui um *nível mimético*, ou seja, uma dimensão que permite que versões construídas da realidade sejam aceitas como possíveis, e um *nível semiótico* que estabelece relações entre produtores e receptores (participantes do evento semiótico) e significantes e significados dos signos. O nível semiótico *grosso modo* é o lugar onde o processo semiótico, ou *processo social por meio do qual os significados são construídos e partilhados*, acontece.

Entre os níveis mimético e semiótico há uma relação de interdependência, pois é este último que fornece o contexto necessário para a fabricação de versões da realidade tornadas aceitáveis. Já a dependência do nível semiótico em relação ao nível mimético se dá a partir da consideração de que a interação entre ambos seja “(...) necessária para que a produção social de significados possa ocorrer” (Hodge & Kress, 1995:262)¹⁵.

Essas considerações acerca da relação entre níveis mimético e semiótico levam Hodge & Kress (1995) a proporem, para fins de estudo dos fenômenos semióticos a partir de uma abordagem crítica, a adoção dos termos *significante transparente* e *significante opaco*:

Usaremos (...) o termo ‘transparente’ para indicar um significante cujas conexões com o significado possam ser facilmente vistas pelo usuário, seja este produtor ou

¹⁴ relational syntagms (syntagms whose meaning is a paradigmatic relationship) or through *markers* (signifiers of classifiers and classifications). Paradigmatic are not intrinsically any more abstract or immaterial than syntagmatic structures: in both cases, semiotic acts can project elaborate structures which have no other material existence, but which have semiotic force in so far as they are thought to exist.

¹⁵ (...) is necessary for the social production of meaning to occur.

receptor (...) Nesse sentido, o mesmo signo poderia ser transparente para o produtor e não para o receptor, ou vice versa. Nós chamaremos a qualidade inversa de 'opaco', mais uma vez, relacionado a agentes específicos (p 22)¹⁶.

Para os adeptos da vertente sociosemiótica da ACD, as investigações sobre o discurso não podem prescindir da consideração de que há uma relação intrínseca entre semiose e realidade, e de que é justamente essa relação que fornece os elementos semióticos que permitem o processo tanto da semiose quanto do processo de estabelecimento de sistemas semióticos Hodge & Kress, 1995).

Em consonância com os demais estudiosos da ACD, os adeptos da Semiótica Social entendem que as sociedades capitalistas contemporâneas se sustentam, fundamentalmente, graças a assimetrias entre a distribuição do poder dentre os diversos grupos sociais. Em outras palavras, para esses estudiosos, há, entre os grupos sociais, desigualdades significativas no que se refere ao acesso a bens culturais e de consumo, a ascensão social, o desenvolvimento humano e a tomadas de decisões sobre assuntos que dizem respeito à sociedade como um todo. Hodge & Kress (1995) apontam que, ao contrário do que afirmam análises conjunturais pretensamente neutras,

para sustentar essas estruturas de dominação, os grupos dominantes procuram representar o mundo com formas que reflitam seus próprios interesses, os interesses de seu poder. Porém, eles também precisam sustentar os laços de solidariedade que são as condições de seu domínio¹⁷ (p 3).

Esses laços de solidariedade se sustentam pelo fato de que, para que a dominação seja efetivamente exercida, é necessário que o grupo dominante e o grupo dominado estabeleçam e mantenham entre si um tipo de relação, na qual a pessoa que escreve um texto, por exemplo, possa contar com a colaboração de seu leitor, supondo que este possui conhecimentos específicos que lhe permitam acessar as informações sobre a maneira como o texto em questão deve ser interpretado. Segundo Hodge & Kress (1995), a solidariedade entre esses sujeitos está diretamente relacionada à coprodução de significados:

Um exemplo simples é a 'piada', uma declaração que pode, por si só, provar-se ofensiva para o receptor. O autor da mensagem, no entanto, confia no fato de que o leitor sabe que uma declaração desse tipo, talvez carregando consigo outros sinais de 'piada', 'não deve ser levada a sério'. O receptor, naturalmente, pode não ter conhecimento desse nível da mensagem – uma situação comum em

¹⁶ We will use (...) the term 'transparent' to indicate a signifier whose connections with a signified can be seen easily by a user, whether producer or receiver (...). So the same sign could be transparent to a producer and not to a receiver, or vice versa. We will call the opposite quality 'opaque', again relative to specific agents.

¹⁷ (...) to sustain these structure of domination the dominant groups attempt to represent the world in forms that reflect their own interests, the interests of their power. But they also need to sustain the bonds of solidarity that are the conditions of their dominance.

interações entre pessoas de culturas diferentes – ou pode escolher rejeitar a mensagem nesse nível – como acontece quando um membro de uma minoria étnica ou racial escolhe não tratar uma declaração ofensiva como uma ‘piada’ (p 4)¹⁸.

Os pressupostos apresentados pelos expoentes dessas duas vertentes da ACD, a saber, a vertente sociocognitiva e a vertente sociossemiótica, foram considerados na realização da presente dissertação, pois acredita-se que ambas ofereçam possibilidades para uma investigação sobre o papel do discurso jornalístico na construção e disseminação de discursos racistas. Esses discursos, por meio da discriminação racial dos negros, contribuem com a manutenção destes membros da sociedade brasileira em posições subalternas que são, ao menos parcialmente, garantidas pela aceitação de representações sociais construídas em um processo histórico que se pretende como uma dinâmica cultural própria do Brasil. Essas representações vêm-se sustentando, na presente contemporaneidade, dentre outros fatores, pela solidariedade entre dominantes e dominados que parecem ter feito um pacto de silêncio diante das injustiças sociais, em nome da preservação de um mito poderoso: o acalentado Mito da Democracia Racial.

1.4 O Modelo de Processamento Estratégico do Discurso

O modelo de processamento estratégico do discurso proposto por van Dijk & Kintsch (1983) assenta-se em dois tipos de acepções de base: as acepções cognitivas e as contextuais. Ambas, segundo os autores, são essenciais para a compreensão e aplicação do modelo.

As acepções cognitivas tratam das representações mentais que uma pessoa constrói quando testemunha (observa) um dado acontecimento, sendo que tanto a compreensão deste acontecimento como as alterações que sua memória sofre, graças à observação, se compõem durante o processo de construção dessas representações. No que se refere à pessoa que ouve ou lê a história sobre o acontecimento, ou seja, a pessoa que se intera dos eventos observados sem tê-los

¹⁸ A simple example is a ‘joke’, a statement which might by itself prove offensive to the recipient. The message-maker however relies on the fact that the reader knows that such a statement, perhaps with other signals of ‘joke’ attached, is ‘not to be taken seriously’. The recipient of course may not have knowledge of that level of message – a situation common in cross-cultural interactions – or may choose to reject that level – as when a member of an ethnic or racial group minority chooses not to treat an offensive statement as a ‘joke’.

testemunhado, os autores apontam que também a sua compreensão está condicionada à construção de uma representação mental sobre a história que ouviu ou leu, praticamente nos mesmos moldes em que é construída a representação mental de quem testemunhou o acontecimento.

Apesar de as representações mentais de quem testemunha um acontecimento e de quem se interessa deste por meio da audição ou leitura da história não serem idênticas, pois esta última pessoa constrói a sua representação mental com base em uma versão previamente construída pela primeira, van Dijk & Kintsch (1983) apontam que “a característica comum a ambos os processos cognitivos é o fato de que a pessoa que testemunha (...) e a pessoa que ouve a história constroem uma representação na memória, com base em dados visuais e linguísticos, respectivamente” (p. 5)¹⁹. Dessa maneira, os autores definem o que chamam de acepção construtivista do modelo.

Rejeitando a ideia de que a testemunha de um acontecimento e o ouvinte ou leitor de uma história sobre este possam se limitar a representar de maneira neutra os dados visuais e linguísticos, meramente descrevendo “(...) os movimentos dos objetos e pessoas (eventos) ou os sons dos enunciados quando a história é contada” (van Dijk & Kintsch. 1983:5)²⁰, esses autores enfatizam que o processo de construção de representações mentais é muito mais complexo e implica a interpretação dos eventos e enunciados e, por conseguinte, a construção de significados: um jornalista que testemunha, por exemplo, uma discussão levada a cabo por um número de acadêmicos que são favoráveis e outros que são contrários à adoção de cotas para negros e índios nas universidades públicas brasileiras pode interpretar essa discussão como um *debate* sobre problemas sociais de interesse de toda uma comunidade ou como um *embate* estéril de idéias individuais. A esse aspecto semântico do processamento discursivo, os autores denominam acepção interpretativa do modelo.

A construção das representações mentais, tanto de quem observa o acontecimento como de quem lê ou ouve falar sobre este, não é um processo em que a construção dos significados a serem atribuídos aos dados visuais e

¹⁹ (...) the common characteristic of both cognitive process is that the person who witnesses (...) and the person who listens to the story each constructs a representation in memory, on the basis of the visual and the linguistic data, respectively.

²⁰ (...) the movement of objects or persons (events) or the sounds uttered when the story is told (...)

linguísticos aconteça em momento posterior ao processamento desses mesmos dados. Em outras palavras, a construção da representação mental, a construção dos significados e o processamento desses mesmos significados acontecem, de maneira gradual, porém simultaneamente

nós entendemos que a testemunha e o ouvinte em nosso exemplo não processam e armazenam todos os dados sobre os respectivos eventos e somente então tentam atribuir significados a eles. Ou seja, a compreensão tem lugar *on-line* com o processamento dos dados, gradualmente, e não *post hoc*. Usando a metáfora computacional, nós chamaremos este [processo] de acepção *on-line* do processamento discursivo (...) (van Dijk & Kintsch, 1983:5)²¹.

Voltando ao exemplo anteriormente apresentado, para que uma pessoa seja capaz de construir uma representação mental sobre a discussão de acadêmicos em torno da questão das cotas raciais, ou sobre a história contada sobre este acontecimento, é necessário que essa pessoa possua conhecimentos gerais e prévios sobre o que sejam cotas raciais e sua gênese. Além disso, a pessoa precisa ter uma noção mínima do que sejam debate e embate, pois somente mediante esses conhecimentos prévios poderá interpretar a discussão dos acadêmicos como um ou como outro.

Conhecimentos prévios, no entanto, não são tudo o que testemunha e ouvinte/leitor precisam possuir. O processo de construção das representações mentais pode demandar a verificação de outras informações de natureza cognitiva, tais como crenças ou opiniões. Em outras palavras, a compreensão não depende somente de motivações externas, como é o caso dos dados visuais e linguísticos, mas também pode depender da ativação e do uso de motivações internas, de natureza cognitiva. Van Dijk & Kintsch (1983) apontam que, como tais motivações podem ser consideradas como pressuposições cognitivas do processo de construção das representações mentais, o termo que melhor define este aspecto do modelo é acepções pressuposicionais.

Os acontecimentos e a história sobre esses são parte integrante de situações e contextos sociais complexos. Nesse sentido, a compreensão tanto do acontecimento como de sua história dependem sensivelmente da capacidade que uma pessoa possui de estabelecer relações entre os acontecimentos e a história sobre os acontecimentos, de

²¹ (...) we assume that the witness and the listener in our example do not first process and store all input data of the respective event, and only afterward try to assign meaning to these. That is, understanding takes place on-line with the processing of input data, gradually, and not *post hoc*. Using the computer metaphor, we will call this the *on-line* assumption of discourse processing (...)

um lado, e as situações e os contextos sociais, de outro. Segundo van Dijk & Kintsch (1983), de posse de três tipos de dados, a saber: 1) informações relacionadas ao acontecimento propriamente dito; 2) informações relacionadas à situação ou ao contexto sociais; e 3) informações relacionadas às pressuposições cognitivas – as quais podem ser combinadas de maneira efetiva e eficiente –, uma pessoa será capaz de construir uma representação mental do acontecimento ou da história deste

o mais brevemente e melhor (...) possível. Isso pode significar, por exemplo, que o observador de um acidente até mesmo constrói significados derivados de suas informações pressuposicionais pelo fato de os dados externos carecerem dessas informações, sendo que o mesmo se aplica ao leitor da história: ele pode ter expectativas sobre o que pode ser dito antes mesmo de ouvir e isso pode facilitar o processo de compreensão quando obtiver a informação externa relevante (p 6)²².

Devido ao caráter organizador do processo de combinação dos três tipos de conhecimento supracitados, van Dijk & Kintsch (1983) denominam esse aspecto como acepções estratégicas do modelo e, uma vez que as demais acepções mencionadas por eles já receberam atenção suficiente por parte de outros pesquisadores, focam-se, especialmente, nas estratégias de processamento textual:

Nós podemos agora concluir que as principais dimensões do nosso modelo são baseadas na acepção de que o processamento discursivo, assim como outros complexos processamentos informativos, é um processo estratégico no qual uma representação mental do discurso é construída na memória, usando tanto tipos internos quanto externos de informação, com o objetivo de interpretar (compreender) o discurso. (van Dijk & Kintsch, 1983:6)²³.

Como forma de aprofundamento das estratégias de processamento discursivo, os autores propõem que seja dada especial atenção a um tipo relevante de informação externa: as informações sobre a situação e o contexto social.

As acepções contextuais se referem ao contexto sociocultural em que os discursos ocorrem. Nesse sentido, van Dijk & Kintsch (1983) apontam que o processamento discursivo, além de possuir dimensões cognitivas, possui também dimensões sociais, pois esse processamento se dá a partir da interação entre eventos cognitivos e eventos sociais que faz com que o processamento da

²² as soon as possible and as well (...) as possible. This may mean, for instance, that the observer of an accident even constructs meaning derived from his or her presuppositional information for which the external data are lacking, and the same is true for the listener of the story: he or she may have expectations about what may be told before actually having heard it, and this may facilitate the understanding process when he or she actually does get the relevant external information.

²³ We can now conclude that the major dimensions of our model are based on the assumption that discourse processing, just like other complex information processing, is a strategic process in which a mental representation in construed of the discourse in memory, using both external and internal types of information, with the goal of interpreting (understanding) the discourse.

compreensão de um discurso seja funcional dentro de um dado contexto social.

Ouvinte / leitor, portanto, além de construir uma representação mental da história que ouve / lê, constrói também uma representação do contexto social em que tal história pode ter ocorrido, sendo que essas duas representações, a da história e a do contexto, interagem entre si. Além disso, é de se supor que o ouvinte / leitor não se limite apenas a construir para si uma representação da história e seu contexto, mas que busque, também, confrontá-la com aquela que constrói das intenções que levam o relator a lhe contar tal história.

Um processo de interpretação discursiva deve levar em grande conta o fato de que uma análise textual não pode se ater exclusivamente aos aspectos linguísticos do texto. Quando um repórter relata um acontecimento, é de se esperar que, ao fazê-lo, esteja sendo movido por uma intenção que faz com que se envolva em algum tipo de ação social: pode se tratar de uma declaração sobre um assunto polêmico; um aviso sobre algo que se considera perigoso ou uma manifestação de apoio ou reprovação às ações de outrem. A esse tipo de ação social que pode ser verificada no texto dá-se o nome de *ato de fala* (van Dijk & Kintsch, 1983). Ressalte-se que a interpretação de um discurso como um ato de fala implica a aceitação de que o discurso é uma prática social que se desenvolve entre sujeitos e que é mediada por diversos elementos semióticos, ou seja, implica a aceitação de que o discurso

inclui língua (escrita, falada e em combinação com outros sistemas semióticos, como por exemplo, com música em canções), comunicação não-verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos, etc.) e imagens visuais (por exemplo, fotografias, filmes). O conceito de discurso pode ser compreendido como uma perspectiva particular sobre essas várias formas de semiose – essa perspectiva vê esses tipos de semiose como momentos da prática social em suas articulações com outros momentos não-discursivos (Chouliaraki & Fairclough, 1999:38)²⁴.

Em uma sociedade como a brasileira, em que muitos conflitos intergrupais são evitados pela aceitação – por parte significativa da população – de que aqui impera a democracia plena, uma análise discursiva que considere outros sistemas semióticos além do verbal é imprescindível para a denúncia do abuso de poder que se instaura *no* e *pelo* discurso. Lembramos aqui que a legislação deste país é, a

²⁴ includes language (written and spoken and in combination with other semiotics, for example, with music in singing), nonverbal communication (facial expressions, film). The concept of discourse can be understood as a particular perspective on the various forms of semiosis – it sees them as moments of social practices in their articulation with other non-discursive moments.

primeira vista, inquestionável quanto às sanções, penalidades e os corretivos que podem sofrer aqueles que manifestarem publicamente a sua intolerância a brasileiros de raças / etnias diversas da sua, de orientação sexual diversa, pertencentes a denominações religiosas outras que a estabelecida pelo *status quo*, Nesse sentido, dois tipos de elementos textuais são considerados para efeito de análise na presente dissertação: o verbal e o visual, pois se acredita que, para embutir marcos de cognições sociais racistas em textos que se pretendam meramente informativos, um número de setores da imprensa paulistana tem lançado mão de recursos tais como fotografias, ilustrações e outros elementos visuais que, em composição com as palavras, estruturam muitos dos textos que constroem a opinião do leitor.

1.5 Multimodalidade

A proposta de se analisar o discurso jornalístico a partir da consideração de dois *modos* representacionais (verbal e visual) que concorrem para a sua estruturação textual é realizada com base nos pressupostos apresentados pela Semiótica Social (Jewitt & Kress, 2008; Kress et al, 2005; Kress & van Leeuwen, 2001; e Hodge & Kress, 1995). Para esses estudiosos, o modo verbal é apenas um dentre diversos outros modos de representação e, por esse motivo, não pode ser considerado como o único analisável, pois

os significados são construídos, distribuídos, recebidos, interpretados e reconstruídos na interpretação e reconstrução, graças ao emprego de diversos *modos* representacionais e comunicacionais – e não apenas da língua – seja esta falada ou escrita (2008:1)²⁵.

Um modo representacional é o resultado de processos interacionais e pode ser entendido como um conjunto de recursos organizados que concorrem para a construção de significados. Esses significados podem ser construídos pela inclusão de fotografias, ilustrações, gestos, movimentos, sons, entoação da fala, dentre outros. Jewitt & Kress (2008) apontam que o fato de os modos serem formados em processos que se desenvolvem em longos períodos de uso faz com que, deste uso,

²⁵ ...meanings are made, distributed, received, interpreted and remade in interpretation through many representational and communicative modes – not just through language – whether as speech or as writing.

surjam regularidades que se estabelecem por convencionalismos sociais e que são reconhecidas, compreendidas e respeitadas pelos membros de uma comunidade. Após esses processos de convencionalização, os modos ficam à disposição dos membros da comunidade e são usados recorrentemente por estes.

Uma vez que os textos impressos são estruturados pela coexistência do modo verbal e de outros modos, tais como *layout* de conteúdo temático, destaques, fotografias, ilustrações, cores, dentre outros, todos esses modos concorrem para a construção dos sentidos possíveis de serem atribuídos a um texto. Assim, ainda que o modo verbal possa ser considerado como central nas sociedades atuais, os diversos graus de potencialidades de significação apresentados por outros modos não devem ser desprezados.

É a verificação da coexistência de dois ou mais modos representacionais na estruturação de um texto que permite que este seja qualificado como *multimodal*.

1.5.1 A Materialidade dos Modos

Segundo Jewitt & Kress (2008), o termo *materialidade* se refere ao conjunto infinito de matérias que uma dada cultura disponibiliza para a construção de significados nas práticas sociais mediadas por textos. Os autores apontam que a materialidade pode ser encontrada em diversos lugares e possui uma natureza tanto psicológica quanto semiótica.

Ao longo do tempo, o ser humano tem sido capaz de utilizar diversos tipos de material para representar tanto o mundo que vê quanto o mundo que imagina. A seleção do tipo de material mais apropriado para a representação é realizada com base nas potencialidades que esse material oferece. A capacidade de produzir uma variedade infinita de sons para a produção de significados e a habilidade de desenhar sobre os mais diversos tipos de superfície têm possibilitado ao ser humano construir meios de representação que vêm beneficiando toda a humanidade (Jewitt & Kress, 2008). Conforme apontam esses autores, embora os recursos materiais para a produção de significados sejam inesgotáveis, nem todas as pessoas têm gozado do privilégio de acessar esses significados e, por conta

disso, encontram-se privadas de seus direitos e inadvertidas de seus deveres dentro das sociedades em que vivem.

A eleição do material que será usado para a produção de um significado é realizada com base nas qualidades que esse material apresenta.

As culturas usam uma vasta gama de materiais (como pedra, madeira, metal, plástico, palha, osso) os quais possuem qualidades inerentes, ou *potencialidades*, que sugerem um uso cultural / semiótico: 'dureza' para durabilidade e força; 'escassez' para valor; 'intensidade' (do som, cor ou textura) para saliência e proeminência de todos os tipos; 'tridimensionalidade' para formas de realismo, e assim por diante (Jewitt & Kress, 2008:14)²⁶.

São as qualidades desses materiais que oferecem aos membros de uma cultura as potencialidades semióticas a serem selecionadas para a produção dos significados. Como já expusemos, a recorrência no uso de um dado material para a construção de significados provoca o surgimento de regularidades que são passíveis de compreensão por um vasto número de pessoas. Essas regularidades cristalizadas adquirem um *status* semelhante ao de um conjunto de regras gramaticais e, nesse sentido, é possível se dizer que as relações entre os elementos que compõem um significado se efetiva a partir do que Jewitt & Kress (2008) denominam *lógica dos modos*.

1.5.2 A Lógica dos Modos

No que se refere ao modo verbal, sabe-se que os sons da fala são produzidos em sequência. Nesse sentido, a sequência temporal é um fato que pode ser entendido como uma lógica. Lógica semelhante regula a forma como escrevemos: uma palavra após outra palavra; uma frase após outra frase, e assim por diante. No caso da escrita, portanto, a lógica é espacial, unidimensional e linear.

Segundo Jewitt & Kress (2008), também os demais modos são organizados por uma lógica, seja no tempo, como é o caso dos sons, seja no espaço, como é o caso do modo visual.

²⁶ Cultures make use of a vast range of materials (e.g. stone, wood, metal, plastic, straw, bone) all of which have inherent qualities or affordance, that suggest cultural/semiotic use: 'hardness' for durability and strength; 'scarcity' for value; 'intensity' (of sound or color or texture) for salience and prominence of whatever kind; 'three-dimensionality' for forms of realism, and so on.

A pessoa que produz um signo tem de dispor o que deseja mostrar dentro do espaço disponível para a sua representação – uma parede, uma tabela, uma página (...) Todos esses elementos que a pessoa que produz o signo deseja dispor têm de estar presentes simultaneamente e suas relações de significado têm de estar espacialmente indicadas: próximas ou distantes, abaixo ou acima, centralizadas ou nas margens (p 15)²⁷.

No que se refere ao discurso jornalístico, sabe-se que as páginas de um jornal impresso podem ser consideradas como o espaço que uma pessoa, ou um grupo, dispõe para construir os significados que melhor servirem aos seus objetivos.

No Brasil, o avanço das discussões sobre os direitos dos grupos raciais, minoritários – como se encontra o grupo dos índios –, ou *minorizados*²⁸ – como se encontra o grupo dos negros –, tem levado o Estado a criar leis²⁹ que restringem a expressão de ideologias de intolerâncias de todos os tipos. Porém, essa nova legislação não tem impedido que parte da mídia brasileira, representante institucionalizada dos grupos dominantes, dissemine ideologias racistas por meio de discursos discriminatórios: verifica-se que com a proibição do uso de palavras, um número de jornais paulistanos têm empregado elementos visuais tais como fotos, ilustrações, *layout*, dentre outros, que, se não criam novas representações para negros e brancos, acionam representações desses elementos que a sociedade já possui armazenadas em sua Memória Social.

1.5.3 Composição Textual por Modos

Segundo Kress & van Leeuwen (1996), a composição entre os diferentes modos representacionais se efetiva pela forma como os elementos de cada modo se relacionam uns com os outros. Para esses autores, é essa relação entre modos que propicia a interação entre significados de um texto, interação que se dá graças

²⁷ A sign-maker has to display what she or he wishes to show in the space available for the representation – a wall, a slate, a page (...). All the elements that the sign-maker wishes to display have to be spatially indicated: close to or far away, below or above, centrally or marginal.

²⁸ No Brasil, embora sejam maioria em número, os negros ainda não se fazem representar nas instâncias do poder. Por esse motivo, na presente dissertação adota-se o termo *minorizado* para se referir a esse grupo, com o intuito de se enfatizar a distinção entre este termo e o termo minoria, o qual poderia levar a acepções equivocadas quanto ao número de negros no Brasil.

²⁹ Algumas dessas leis são apresentadas no Capítulo II, que trata da presença do negro no Brasil.

a três elementos³⁰, a saber:

- (1) *Valor informacional* – A localização dos elementos (participantes e sintagmas interativos e representacionais que os relacionam entre si e para quem os vê) os dotam dos valores informacionais específicos anexados às várias ‘zonas’ da figura: esquerda e direita, acima e abaixo, centro e margem.
- (2) *Saliência* – Os elementos (participantes e sintagmas interativos e representacionais) são feitos para atrair a atenção de quem os vê para diferentes graus, como percebidos por fatores tais como localização frontal ou traseira, tamanho relativo, contrastes entre tonalidades (ou cor), diferenças de definição, etc.
- (3) *Enquadramento* – A presença ou ausência de molduras (realizadas por elementos que criam linhas de divisão, ou por molduras reais) desconecta ou conecta elementos da figura, significando que eles se aparentam ou não se aparentam, em algum sentido (Kress & van Leeuwen, 1996:183)³¹.

Nesse sentido, os atores apontam que esses três princípios de interação entre modos semióticos fazem com que os textos considerados como multimodais devam ser analisados como um todo textual uma vez que a relação entre os modos reflete a relação entre os significados.

1.6 ACD e Especificidades do Discurso Jornalístico

Para os analistas críticos do discurso, sendo o discurso jornalístico possuidor de caráter construtor e regulador da opinião pública, ele pode ser considerado como um discurso público institucionalizado, ou seja, que possui legitimidade (reconhecida pela sociedade), alcance e força, à moda dos discursos institucionais. Em muitos casos, a legitimidade do discurso jornalístico pode ser até mais saliente e perceptível do que a legitimidade de um dado discurso institucional.

Segundo van Dijk (1990), os textos que se veiculam no jornal impresso, dentre outros, inserem-se em dimensões econômicas, culturais, sociais, políticas e, portanto, devem ser analisados a partir da consideração de que “as estruturas da

³⁰ As propriedades desses elementos são mais bem explicitadas no Capítulo III, quando da análise do *corpus*.

³¹ (1) *Information value*. The placement of elements (participants and syntagms that relate them to each other and the viewer) endows them with the specific informational values attached to the various ‘zones’ of the image: left and right, top and bottom, centre and margin.
(2) *Saliency*. The elements (participants and representational and interactive syntagms) are made to attract the viewer’s attention to different degrees, as realized by such factors as placement in the foreground or background, relative size, contrasts in tonal value (or color), differences in sharpness, etc.
(3) *Framing*. The presence or absence of framing devices (realized by elements which create dividing lines, or by actual frame lines) disconnects or connects elements of the image, signifying that they belong or do not belong together in some sense.

notícia podem se relacionar explicitamente com as práticas sociais e com as ideologias da produção de notícias e, indiretamente, com os contextos institucional e macrossociológico dos meios jornalísticos” (pp 9-10)³².

Nesse sentido, a análise discursiva desses textos deve contemplar tanto os aspectos estruturais (implícitos e explícitos) dos relatos jornalísticos quanto os processos de produção da notícia (por parte dos jornalistas) e os processos de compreensão da notícia (por parte dos leitores), uma vez que ambos os sujeitos, participantes dessa prática social, têm a sua participação orientada pelos respectivos marcos de cognições sociais.

No que se refere aos textos de propaganda, além de serem considerados por nós como mecanismos de construção e regulação de opiniões, esses textos também buscam criar necessidade de consumo nos seus leitores. Portanto, para se analisar discursivamente tanto textos de notícia quanto textos de propaganda é necessário que se explicitem os níveis ou dimensões das descrições textual-discursivas e as unidades ou categorias que são utilizadas para a caracterização desses níveis e dimensões (van Dijk, 1990).

Nas palavras de van Dijk (2008a:144), “a mídia é hoje a principal fonte de conhecimento e opinião étnicos na sociedade”. Essa temática, bem como uma infinidade de outras mais que são igualmente importantes e concernentes à vida em sociedade, está presente na agenda dos participantes do discurso jornalístico. Como já observamos, o discurso jornalístico pode ser visto como um discurso institucionalizado e, portanto, o acesso preferencial a ele confere poder a quem o possui.

Uma vez que as classes dominadas geralmente não possuem acesso ativo senão a discursos tais como as conversações da vida cotidiana, as ideologias compartilhadas com as classes dominantes se disseminam nas práticas sociais que partilham com membros de sua própria classe. Em outras palavras, não será o fato de não possuir acesso preferencial ao discurso midiático que impedirá os membros das classes dominadas de participar da dinâmica de preservação de ideologias das classes dominantes, ideologias que lhes são danosas. A respeito disso, van Dijk

³² las estructuras de la noticia pueden relacionarse explícitamente con las prácticas sociales y con las ideologías de la producción de noticias e, indirectamente, con los contextos institucional y macrossociológico de los medios periodísticos.

assevera que

muito da fala cotidiana sobre as minorias³³ é inspirado pela mídia. Falantes, rotineiramente, referem-se à televisão ou aos jornais como suas fontes de conhecimento (e de autoridade) e opiniões sobre as minorias étnicas³⁴ (2008a:144).

É o estudo das formas como a mídia retrata as relações étnicas e raciais que permitirá ao analista crítico do discurso explicar por que o discurso jornalístico possui suas estruturas e “como essas estruturas afetam as mentes dos receptores” (van Dijk, 2008a:145).

Os textos que se veiculam no jornal possuem estruturas esquemáticas que satisfazem critérios específicos de cada um desses tipos textuais. Em se tratando de textos de notícia, van Dijk (2008a) aponta que estes possuem uma “estrutura esquemática convencional, consistindo de categorias como sumário (manchete + *lead*), eventos principais, *background* (eventos prévios, contexto, história), comentários e avaliação” (p 145).

Diferentemente do que costumava ocorrer, mesmo em se tratando de análises críticas de discursos, a ACD, nos últimos anos, tem proposto uma superação da distinção entre texto (objeto formal, material, linguístico) e discurso (prática social). No lugar dessa distinção, propõem-se os termos texto e contexto, pois o principal objetivo dos analistas críticos do discurso é denunciar o abuso de poder que se efetiva *no* e *pelo* discurso, por meio de “descrições explícitas e sistemáticas de unidades do uso da linguagem” (van Dijk, 1990:45). As dimensões textuais são aquelas que compreendem as estruturas do discurso, nos seus mais variados níveis descritivos, e as dimensões contextuais dizem respeito às descrições estruturais realizadas com base em propriedades contextuais e estão intimamente ligadas a processos cognitivos e a representações ou fatores socioculturais.

Assim, estruturalmente, os sistemas linguísticos se assemelham a diferentes formas de aplicação pronominal, que podem ser diferentes para línguas diferentes (...) Cognitivamente, podem ocorrer outras limitações no discurso, como o uso de descrições completamente definidas em lugar de pronomes, naqueles casos em que os processos de resgate da memória requerem algo mais além da informação contida em um pronome (van Dijk, 1990, pp 47-48)³⁵.

³³ Acreditamos que van Dijk esteja se referindo a populações minorizadas (n.a.).

³⁴ Novamente van Dijk se refere a minorias étnicas ou políticas (n.a.).

³⁵ Así, estructuralmente, los sistemas lingüísticos se asemejan a diferentes formas de aplicación pronominales, que pueden ser diferentes para lenguajes diferentes. (...) Cognitivamente, pueden darse otras limitaciones en el discurso, como el uso de descripciones completamente definidas en lugar de pronombres, en aquellos casos

Nesse sentido, além da dimensão gramático-descritiva da análise discursiva, há, no mesmo nível hierárquico, uma dimensão pragmática que não pode ser desconsiderada.

A Análise Crítica do Discurso propõe que, além da construção de um referencial teórico que dê conta de fundamentar a descrição das formas dos enunciados e a análise dos possíveis efeitos de sentido criados por essas formas, o analista se ocupe também da descrição e análise dos atos sociais que os participantes de uma interação mediada pela linguagem realizam. Esses tipos de atos sociais são denominados *atos de fala*, pois, segundo van Dijk (1990:47), “vão acompanhados do uso de palavras, quer dizer, por declarações verbais ou partes de discurso³⁶”. E, ainda segundo van Dijk (1990),

uma descrição pragmática específica que tipos de atos de fala existem em uma dada cultura e as regras que determinam em que condições esses atos de fala são apropriados em relação com o contexto no qual são utilizadas (p 47)³⁷.

O discurso jornalístico, segundo Guimarães (1999), possui dois tipos de contexto: o Contexto Global e o Contexto Local. A autora aponta que o primeiro seria formado por: (1) os Participantes do Poder: os donos do jornal-empresa; (2) os Participantes do Controle: editor-chefe, redator-chefe e pauteiro; e (3) os Participantes do Acesso: repórteres, diagramadores e corretores. Uma vez que o Contexto Global em cada evento discursivo possui um Contexto Local, este é definido pelos atores que representam os papéis do Contexto Global.

Assim, se consideramos que os jornais brasileiros de maior alcance pertencem a grandes grupos empresariais de comunicação de massa, os quais são dirigidos por membros dos Grupos de Poder, é de se esperar que a orientação ideológica dos Contextos Locais de seus discursos jornalísticos expresse os interesses, as perspectivas e as ideologias próprias desses Grupos de Poder.

Uma das características que mais distinguem o discurso jornalístico é o fato de que a estrutura dos textos de notícia se organiza a partir de uma esquematização temática hierarquizada.

Para van Dijk (1990), os temas de um texto de notícia se apresentam de

donde los procesos de rescate de la memoria requieren algo más que la información contenida en un pronombre.

³⁶ (...) van acompanhados del uso de palabras, es decir, por declaraciones verbales o partes de discurso.

³⁷ (...) una descripción pragmática específica qué tipos de actos de habla existen en una cultura dada y las reglas que determinan en que condiciones estos actos de habla son apropiados en relación con el contexto en el cual se utilizan.

maneira segmentada, sendo que os segmentos que formam o todo de um texto mantêm entre si uma relação hierarquizada. Segundo o autor, esta característica do texto de notícia é o resultado da aplicação do que denomina “princípio global da organização da relevância na notícia” (p 71)³⁸.

Segundo esse princípio, a informação mais importante de um texto é aquela que figura com maior destaque. Assim, a cada tema corresponde uma informação, que por ser a mais relevante, se apresenta primeiro. Uma vez que cada uma das informações mais importantes de cada tema se tenha apresentado, as demais informações se apresentam em níveis inferiores. Acrescente-se a isso que a relação entre os temas é efetivada de *cima para baixo*, (daí o seu caráter hierárquico), na medida em que esta organização do tipo *up-down* coincidir com a dimensão do tipo importante / menos importante.

Segundo van Dijk (1990), o leitor somente poderá inferir os temas que o escritor deseja que ele infira, se a realização desses temas for efetivada, direta ou indiretamente, nos enunciados que constituem as proposições. Sempre se mantendo a relação hierárquica que existe entre os temas, a realização destes no discurso jornalístico se efetiva mediante a aplicação de macrorregras que o autor denomina macrorregras de especificação.

A informação abstrata, de alto nível, se especifica de tal modo que, para os acontecimentos ou ações totais, se apliquem descrições detalhadas da identidade e das características dos participantes, das condições dos componentes e das consequências da ação, do momento, do lugar, ou modos dos acontecimentos e diferentes tipos de circunstâncias³⁹ (71).

No texto de notícia, essa especificação se desenvolve em dois ciclos subsequentes: as especificações de alto nível ocorrem primeiramente para, em seguida, se apresentarem os detalhes de nível mais baixo.

Van Dijk (1990) aponta que o texto de notícia, característico do discurso jornalístico, possui uma organização esquemática que lhe confere uma *superestrutura*, sendo que, para o autor, uma superestrutura é um esquema *vazio* de informação formado por categorias e regras de ordenação. De acordo com esse esquema *vazio*, cada categoria configura um princípio para a classificação e agrupamento dos sentidos globais e secundários que são construídos na Memória

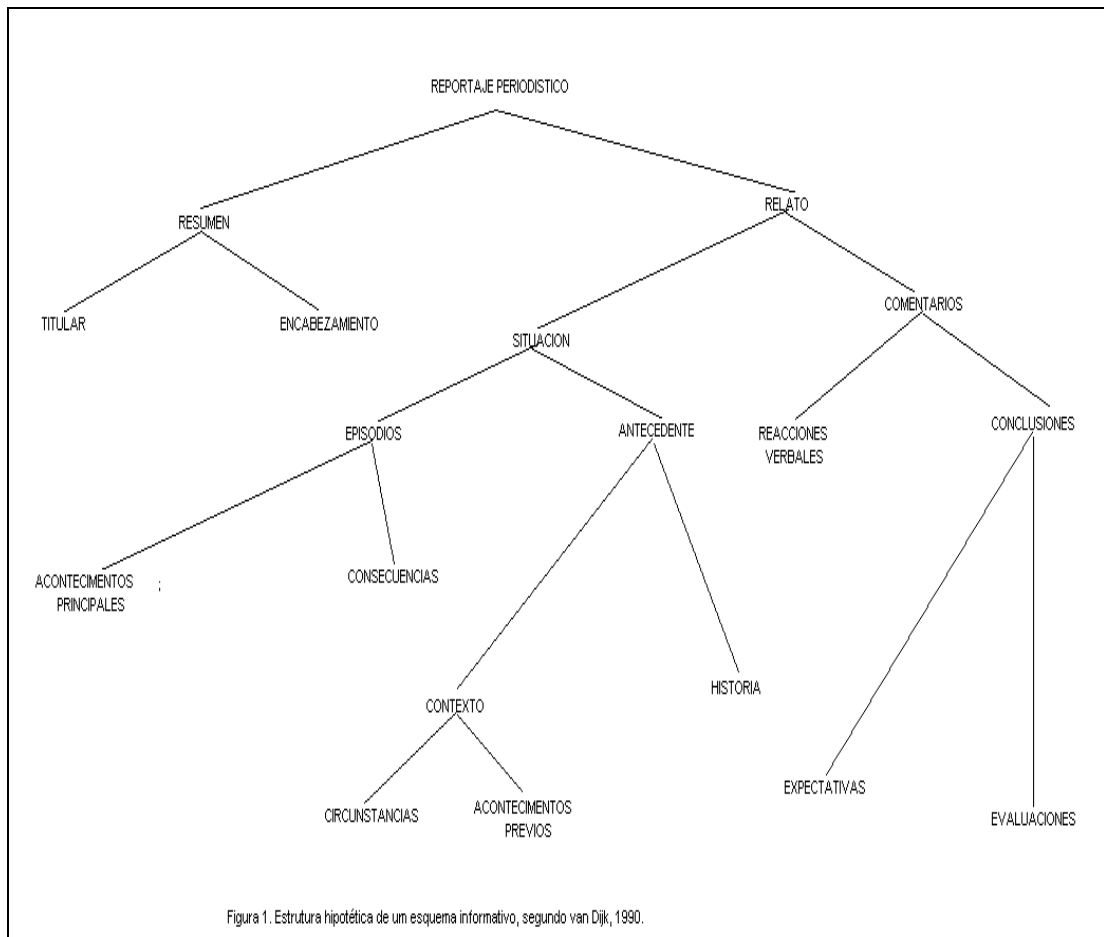
³⁸ (...) principio global de la organización de la relevancia en la noticia.

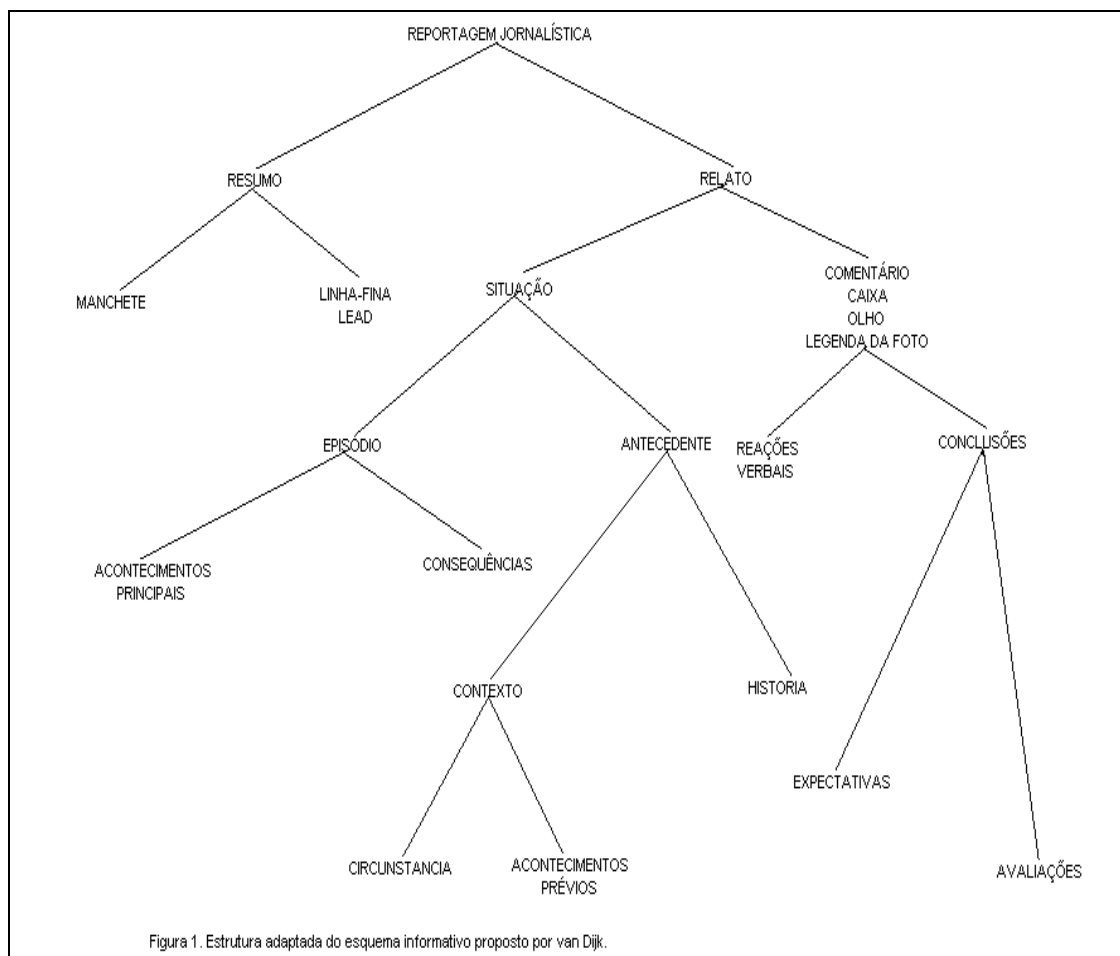
³⁹ La información abstracta, de alto nivel, se especifica de tal modo que, para los acontecimientos o acciones totales, se apliquen descripciones detalladas a la identidad y a las características de los participantes, las condiciones, los componentes y las consecuencias de la acción, el momento, el lugar o modo de los acontecimientos y diferentes tipos de circunstancias.

de Trabalho.

Essa característica do texto de notícia é dada pelo já referido princípio global da organização da relevância na notícia, sendo que é esse princípio que embasa a noção de superestrutura como esquema hierárquico entre categorias altas que agrupam categorias intermediárias que, por sua vez, agrupam outras categorias, até se chegar às categorias mais baixas.

Van Dijk (1990:86), buscando esquematizar a forma como o discurso jornalístico se organiza, apresenta o seguinte esquema textual do texto de notícia, Figura 1, o qual, após ter sido verificado um número de características distintas nos textos de notícia analisados na presente dissertação, é adaptado e traduzido por nós, conforme ilustra a Figura 2:





Como se pode verificar, o texto de notícia, segundo van Dijk (1990), apresenta, no nível hierárquico mais alto, duas macrocategorias: a Categoria Resumo e a Categoria Relato. A Categoria Relato, no caso do Brasil, compreende a Manchete, a Linha-fina e o Lead. A Categoria Relato se constitui por pares de categorias de níveis descendentes, até que se chegue ao nível hierárquico mais baixo.

1.7 Categorias Analíticas

A análise dos textos que formam o *corpus* desta dissertação tem por base a Categoria tripartite Discurso↔Cognição↔Sociedade, proposta por van Dijk (2008a; 2008b, dentre outras) e as Categorias para a representação dos atores sociais, propostas por van Leeuwen (1997).

DISCURSO↔COGNIÇÃO↔SOCIEDADE

Segundo van Dijk (2008a, 2008b, e em outras obras do autor), os laços que ligam o discurso, a cognição e a sociedade não são, pelo menos à primeira vista, perceptíveis. O autor enfatiza que estudos críticos que visem ao desvelamento desses laços devem ser orientados pela pressuposição de que o discurso é uma forma de prática social (interação), na qual tomam parte membros de grupos sociais. Portanto, para se conhecer as propriedades dos laços que ligam o discurso (prática social) à sociedade é necessário que se criem condições que permitam um exercício de hipotetização acerca dos marcos de cognições sociais (conhecimentos, crenças, atitudes, ideologias e interesses) partilhados por grupos sociais que interagem por meio do discurso.

Consideramos que as práticas discursivas que têm, por exemplo, o negro como referente podem ser de dois tipos: *intragrupais* e *intergrupais*. Nas práticas discursivas intragrupais, os participantes, que são membros do mesmo grupo, *partilham* marcos de cognição sociais, digamos racistas, do negro; nas intergrupais, membros de grupos distintos *compartilham* marcos de cognição sociais racistas dos negros, sendo que, nos dois casos, todos esses atores são participantes ativos do discurso.

No Brasil, país em que uma grande parcela da população não possui acesso ativo aos discursos institucionais ou institucionalizados (e os negros se fazem representar em grande número nessa parcela), é de se supor que haja um terceiro tipo de prática discursiva que, caracterizando um tipo de *prática passiva* ou *apassivada*, atribuiria um papel à parcela da população supracitada: a de mero expectador que, não pertencendo a nenhum dos grupos que participam ativamente da prática discursiva, seja esta intragrupal ou intergrupar, assiste, perplexo ou impassível, aos debates ou embates sobre assuntos que lhe dizem respeito, ou que pelo menos deveriam dizer.

Entendemos que, mesmo que um indivíduo, ou um grupo, seja impedido *de* ou compelido *a concordar em não* participar ativamente de uma prática discursiva, ainda assim esse indivíduo, ou grupo, estará colaborando com a perpetuação dos fatores que o impedem de participar ou o impelem a concordar com a própria não-participação. Entendemos, também, que esse indivíduo, ou grupo, conhece e, por conta de processos históricos, sociais e cognitivos, parece querer compartilhar dos

mesmos marcos de cognição racistas que o estigmatizam ou como inferior, no caso do negro, ou como racista, no caso do branco. Essa dinâmica da apassivação, a nosso ver, é um dos elementos-chave que concorrem para a manutenção do Mito da Democracia Racial Brasileira.

Nesse sentido, a análise da relação discurso↔cognição↔sociedade não pode prescindir da consideração de que

o discurso e a cognição não são objetos meramente linguísticos ou psicológicos, mas inerentemente sociais. A cognição social é adquirida, usada e modificada em situações sociais, e o discurso é um dos maiores recursos desse desenvolvimento e modificação. Nenhuma ação ou prática social e, por conseguinte, nenhuma relação de grupo de poder ou dominação pode ser concebida sem a cognição e o discurso (van Dijk, 1993:122)⁴⁰.

Portanto, se é por meio da relação discurso↔cognição↔sociedade que se constroem os marcos de cognições sociais racistas que a sociedade brasileira possui do negro, será por meio do desvelamento das bases de sustentação dessa relação que nós brasileiros poderemos desconstruir os preconceitos que possuímos sobre nós mesmos.

A Exclusão é umas das Categorias Analíticas, segundo van Leeuwen (1997). Para o autor, os elementos representados no discurso podem ser considerados, por um ou mais participantes dessa prática social, tanto como irrelevantes quanto suficientemente conhecidos e, por esse motivo, são passíveis de serem excluídos. Uma vez que a exclusão de um elemento pode apagar as marcas de sua existência, estas só podem ser recuperadas por meio da análise comparativa entre discursos. Silva (2009) aponta que, apesar desse apagamento ser bastante recorrente, há casos em que a exclusão radical pode deixar

marcas pela ausência dos Atores Sociais. A 'exclusão' pode acontecer por supressão ou por relegar Atores Sociais a 'segundo plano'. Quando há supressão, os atores suprimidos não são mencionados no discurso. Nos casos de 'segundo plano', a exclusão é menos radical, pois os atores aparecem em partes do texto em relação a alguns fatos e apagados em relação a outros (pp 115-116).

Quando um dos participantes exclui um dos elementos representados no e pelo discurso, por considerar que esse elemento é suficientemente conhecido, ele pode ser movido pelo propósito de se evitarem redundâncias. Por outro lado, a exclusão pode ser motivada pelo propósito de se evitar menções a elementos

⁴⁰ (...) both discourse and cognition are not merely linguistic or psychological objects, but also inherently social. Social cognition is acquired, used and changed in social situations, and discourse is one of the major sources of its development and change. No social actions or practices, and hence no group relations of power or dominance, are conceived without social cognition and discourse.

considerados como irrelevantes ou de impedir que o público tenha acesso a informações que não se querem conhecidas (Silva, 2009).

Por sua vez, a distribuição de papéis diz respeito ao papel de cada elemento representado. O elemento que desempenhar o papel de *agente* será visto como o *ator* (ativo); já aquele que desempenhar o papel de paciente será visto como a *finalidade* (passivo).

Quando um elemento representado é referido genericamente, por exemplo por meio do emprego de plural sem artigo, singular com artigo definido ou indefinido ou pelo uso de tempo verbal que denota ações habituais ou verdades universais, ocorre a Generificação; o emprego de um número, por exemplo, denota a especificação.

Quanto à Assimilação, deve-se dizer que durante a prática discursiva, os elementos que desempenham o papel de ator podem ser referidos como indivíduos ou como grupos. Van Leeuwen (1997) aponta que nas sociedades contemporâneas, à individualidade é atribuído um valor considerável. Segundo o autor, quando os jornais representam atores sociais pertencentes a classes dominantes, o fazem por meio de processos que os individualizam. Já quando se trata de atores sociais das classes dominadas e de menor poder social, a representação é realizada, muitas vezes, por meio da assimilação, ou seja, esses atores são representados como grupos e não como indivíduos.

Por sua vez, a Associação se efetiva quando são feitas menções a grupos formados por atores ou grupos de Atores Sociais sem que esses sejam classificados no texto. É o caso do uso de pronomes possessivos e / ou orações possessivas que possuem como núcleo verbos como *ter* ou *pertencer*, os quais podem associar, explicitamente, atores sem, no entanto, classificar o grupo social resultado de tal associação. A Dissociação ocorre quando o movimento é no sentido inverso.

Um ator é representado por Indeterminação quando referências feitas a ele são realizadas por meio do emprego de pronomes indefinidos ou expressões que não os especificam ou que os representam como anônimos. A Diferenciação especifica a identidade de indivíduos ou grupos.

A Nomeação ocorre quando um ator é representado como tendo uma identidade, ou seja, quando sua identidade é explicitada no texto. Quando um ator, no entanto, é referido pela identidade que partilha com outros atores, sua

representação é marcada pela Categorização.

Quando um ator é referido pela sua ocupação, função ou profissão ele é representado por meio de Funcionalização. Por outro lado, quando a representação de um ator é realizada por meio da menção de seu pertencimento a determinados grupos sociais (de mulheres ou homens, jovens ou idosos, negros ou brancos, pobres ou ricos), tem-se aí a Identificação.

A representação de um ator por Impersonalização pode ocorrer quando este é referido por meio de elementos que carregam traços não-humanos. É o caso tanto do emprego de substantivos abstratos, usados para atribuir – num processo de referenciação por metonímia – qualidades (bandido, pobre) ao ator como associação do ator a locais.

Uma vez que, no Brasil, o racismo frequentemente se manifesta veladamente, é de se esperar que a discriminação racial do negro se efetive de maneira também velada. Nesse sentido, para que se possam verificar as ideologias de natureza racista nas entrelinhas dos textos multimodais que são veiculados no jornal, é necessário que se verifiquem as estratégias implícitas de recuperação e ativação de representações mentais que foram construídas no período em que o negro era escravo.

Nesta altura, é importante deixar claro que apresentamos um conjunto de princípios que tem como base a necessária relação de postulações teóricas e metodológicas apresentadas por um número de áreas do conhecimento, sendo que é essa relação entre postulações teóricas e metodológicas que permite a verificação tanto das expressões que contêm valores negativos do negro, ou seja, valores construídos em outras contemporaneidades, quanto da possível recuperação desses conteúdos negativos para a discriminação do negro na presente contemporaneidade.

CAPÍTULO II

2 A PRESENÇA DO NEGRO NO BRASIL E SUAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO

*Eita negro!
quem foi que disse
que a gente não é gente?
quem foi esse demente,
se tem olhos não vê...*

Solano Trindade (s/d)

Muitos dos livros didáticos que contam a história do Brasil são escritos por brancos. Os textos noticiosos veiculados pelos meios de comunicação de massa, que buscam relatar os acontecimentos cotidianos que perfazem a vida na sociedade contemporânea e, portanto, capítulos em construção da história brasileira, também são escritos por autores brancos. A ausência (ao menos como participantes ativos) de negros em certas práticas sociais, tais como o discurso didático e o discurso midiático, não causa estranhamento entre nós, pois estamos *acostumados* com a ideia de que o meio acadêmico e as redações dos jornais *não são* lugares comumente frequentados por negros. De forma semelhante, o fato de que, na maioria das vezes, a história da parcela da população que tem suas origens assentadas no continente africano seja contada – nesta e em outras contemporaneidades – na voz passiva também não causa estranhamento.

Os marcos de cognições sociais que podem ter orientado a escritura dos textos referidos têm perspectivado os negros como “eles”, “outros”, “diferentes”, numa dinâmica de apagamento ou sub-representação, cujas especificidades teremos de examinar e que remontam aos períodos históricos denominados colonial e imperial, quando, então, os negros eram escravos.

Esses marcos de cognições sociais orientam formações ideológicas e ultrapassam, em muito, as explicações que as ciências biológicas têm apresentado para a compreensão das diferenças genéticas entre as pessoas. Além disso, eles

fazem com que termos como raça, etnia, racismo, preconceito de cor e discriminação racial sejam, muitas vezes, empregados indiscriminadamente. Nesse sentido, a seguir, apresenta-se um número de definições para os termos supracitados.

2.1 Do Racismo

Da mesma maneira que a escravidão não foi invenção dos portugueses colonizadores, as noções de raça, etnia, racismo, preconceito de cor e discriminação racial também não o são. Há indícios de que nas antiguidades grega, egípcia, chinesa e romana, dentre outras, o cerceamento da liberdade era institucional. Cada uma dessas civilizações conheceu a escravidão e, em cada uma delas, as relações entre senhores e escravos se definiam de maneira distinta.

As formas de escravidão que nos interessa é aquela empreendida por europeus durante os processos de expansão territorial desenvolvidos do século XVI ao século XIX e de criação e manutenção de colônias nos continentes africano e americano, pois, segundo Cashmore (2000:189), as “condições para o estabelecimento da escravidão eram basicamente: a conquista de um território, seguida pela captura de seu povo, a venda deste para um país distante, onde era forçado a trabalhar”.

No contexto escravista, os mercadores e senhores de escravos não se deixaram transtornar por questões morais / religiosas: se todos os homens eram iguais perante a lei dos homens e a lei de Deus, então, diante do imperativo de lucro e produtividade, fez-se necessário que os negros escravizados não fossem vistos como seres humanos, mas sim como “bens”, os quais poderiam ser comercializados e descartados quando já não apresentassem condições de utilização.

O racismo estabeleceu a legitimação de uma postura que pregava a supremacia de determinadas raças em oposição a outras. Os brancos eram tidos como evidentemente superiores: seu avanço militar e tecnológico confirmava tal suposição.

(...) após a abolição da escravatura, o racismo não desapareceu. Em vez disso, perdurou no imaginário das pessoas e continuou a afetar as relações entre brancos e descendentes de escravos ainda mais substancialmente. O racismo estigmatizou as sucessivas gerações dos que haviam sido escravizados anteriormente (Cashmore, 2000:190).

Assim, para que a colonização portuguesa pudesse se efetivar, foi necessário que o negro africano fosse destituído de traços humanos e revestido de características que mais o assemelharam a bestas de carga e a ferramentas de trabalho. Em auxílio a esse processo de desumanização, os brancos europeus apropriaram-se de ideias que buscavam explicar a superioridade dos brancos sobre os negros.

A seguir, apresentam-se algumas das inúmeras definições para os termos raça, etnia, racismo, preconceito de cor e discriminação racial. Uma vez que o que nos interessa é promover uma aproximação mínima às noções que a presente contemporaneidade possui desses termos, a remissão a noções ultrapassadas não passa em revista todas as definições que o mundo já conheceu, pois uma tarefa como essa exigiria condições diversas das que esta dissertação dispõe.

Presente no vocabulário inglês desde o início do século XVI, a palavra raça era usada para se referir a grupos de pessoas que partilhavam a mesma ascendência. (Cashmore, 2000). Na medida em que, durante o século XIX, a diversidade humana foi sendo reconhecida institucionalmente, iniciaram-se as especulações sobre o pertencimento de grupos de pessoas a padrões genéricos de diversidades e, sob a influência de estudos empreendidos pelo anatomista comparativo, George Cuvier, as diversidades passaram a ser entendidas como marcadores naturais de tipologias.

O termo 'raça' passou a ser usado no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintos, tanto pela constituição física quanto pela capacidade mental. Essa concepção sobrevive até os dias de hoje e forma a essência das doutrinas frequentemente designadas como 'racismo científico' (Cashmore, 2000:448-9).

Segundo esse autor, é a necessidade de se criar identidades grupais que leva as pessoas a elaborarem crenças sobre o que sejam raças, etnias, classes e nacionalidades. Uma vez que as explicações sobre as diversidades humanas oferecidas pelo Antigo Testamento, o qual afirmava que as diferenças eram resultados de desígnios divinos, já não satisfaziam o homem do século XIX, estudos continuaram a ser exaustivamente realizados e, em 1859, Charles Darwin, publicou o livro *A Origem* e demonstrou que na natureza não há permanência, mas sim uma eterna evolução dos seres biológicos. Nesse sentido, para Darwin, as diversidades físicas entre as pessoas eram o resultado de heranças genéticas que somente permaneceriam intactas se pessoas de raças diferentes (grupos geográficos, para Darwin) não entrassem em contato umas com as outras. Foram necessários muitos

anos para que o valor da contribuição de Darwin fosse compreendido de fato. Antes, porém, seus estudos foram usados para dar legitimidade a teorias de supremacia racial.

Não satisfeitos com a abrangência limitada do termo *raça*, os estudiosos Julian Huxley e A. C. Hadon, em 1935, afirmaram que o termo deveria ser banido do vocabulário científico e que em seu lugar deveria ser adotado o termo *grupo étnico* para se referir aos diversos grupos que formavam a Europa de então. Alegavam que o termo *etnia* poderia designar uma coletividade de indivíduos que partilham a mesma cultura e a mesma língua (Lopes, 2004), e não somente características físicas e mentais. Dava-se início à controvérsia sobre o uso de um e de outro termo.

No Brasil, país em que as noções de *raça* e *etnia* se confundem, pois, tanto no sentido biológico quanto no sentido cultural, é impossível se delimitar fronteiras precisas, acrescentando-se que, por conta de dinâmicas socioeconômicas, há ainda questões de classe que não podem ser desconsideradas. Se, por um lado, o país se debate em torno de questões relacionadas à formação multirracial do povo brasileiro e a aparente ausência de conflitos entre essas raças, por outro lado, é de amplo conhecimento que a parcela da população denominada indígena e os descendentes de negros africanos se encontram sobrerrepresentados nos estratos que possuem menor poder aquisitivo (Ianni, 2004) e, conseqüentemente, minorizados nas instâncias de poder.

Nesta dissertação entendemos que *raça* e *etnia* são termos que possuem características que aproximam por afinidade os seus significados. Porém, como no Brasil é de uso corrente o emprego do termo *raça* para designar os grupos que partilham características físicas, e *etnia*, para designar grupos que, além de características físicas, partilham também traços culturais, optamos pela adoção dos dois termos.

Assim, o racismo, segundo Carneiro (1998), pode ser entendido como um ideário ou uma doutrina segundo a qual há raças que são naturalmente superiores a outras. Tendo sido desenvolvida por brancos europeus, é de se esperar que essa doutrina eleja esses povos como superiores. A autora afirma que o racismo “deforma o conceito científico de *raça*, utilizando-o para caracterizar diferenças religiosas, linguísticas e culturais” (p 6). No Brasil, a noção de racismo foi introduzida pelo

francês Arthur de Gobineau, durante a vigência do período imperial. Na atualidade, além de uma doutrina, o racismo também é entendido como um complexo histórico que se explicaria pela necessidade colonialista de se explorar o trabalho de negros africanos.

(...) a expansão do capitalismo no Novo Mundo necessitou da exploração de mão de obra africana. A exploração poderia ser mais efetiva se a mão de obra negra pudesse ser tratada como um bem; para tanto, criou-se todo um complexo para facilitar isso. As crenças a respeito da inferioridade dos negros podem ser adequadamente compreendidas apenas como parte de uma nova criação histórica que nos séculos subsequentes foi modificada juntamente com a estrutura econômica (Cashmore, 2000:458).

No Brasil, o racismo adquire, predominantemente, a face do preconceito de cor, pois quanto mais a tonalidade de pele de uma pessoa vai se aproximando da cor preta tantas mais chances essa pessoa terá de ser rotulada como negra e, conseqüentemente, será alvo mais provável do racismo.

Por outro lado, a noção de preconceito de cor está intimamente ligada aos processos de generalização, abstração e descontextualização anteriormente tratados nesta dissertação. Então, preconceito de cor pode ser definido como um conjunto de crenças e valores, geralmente negativos, que um indivíduo, ou um grupo, possui a respeito de indivíduos ou grupos que possuem características próprias da raça denominada negra (Cashmore, 2000). Segundo essas crenças e valores, a tonalidade da pele, a textura dos cabelos, os traços faciais e outras características físicas, tais como as dimensões das nádegas de uma mulher negra, podem ser indicadores do caráter, da índole e da capacidade de uma pessoa. Assim, é possível se verificar que no Brasil, o racismo, antes de se ocupar das origens africanas de uma pessoa, parece importar-se muito mais com as marcas observáveis dessa origem.

Para Lopes (2004), o preconceito de cor é uma expressão

coinedada pelo sociólogo Oracy Nogueira para caracterizar o preconceito antinegro existente no Brasil em comparação ao dos Estados Unidos, que se caracteriza como um preconceito 'de origem'. Segundo Nogueira, no Brasil, o preconceito racial é tão mais intenso quanto mais forte a pigmentação da pele do indivíduo objeto, atingindo mesmo pessoas negras de condição mais elevada (p 542).

Assim, inúmeros episódios notificados pela mídia corroboram que no Brasil, questões raciais extrapolam questões de classe, pois nem mesmo pessoas que possuem alto poder aquisitivo podem se considerar livres dos prejuízos advindos do preconceito de cor, mola propulsora do racismo.

Entendemos que o ato de discriminar racialmente uma pessoa, longe de ressaltar as reais características desta, é a forma que o racismo encontra para expressar-se ativamente. Não se trata apenas de possuir crenças e valores negativos a respeito de uma pessoa ou grupo, mas de agir de acordo com essas crenças e valores no sentido de se ressaltar características (negativas) que se atribuem a essa pessoa ou grupo e que, supostamente, explicariam o seu comportamento condenável, pois a pessoa, ou grupo, discriminada racialmente pode ser julgada única e exclusivamente com base no seu pertencimento racial verificável pela sua aparência física.

Tendo sido apresentadas as sucintas definições e noções dos termos supracitados, apresentam-se a seguir alguns eventos e fatos que marcam a presença do negro no território brasileiro.

2.2 O Negro no Brasil

A pressuposição de que a formação ideológica do discurso didático brasileiro esteja impregnada de ideais eurocentristas, remanescentes do tempo da escravidão, encontra suporte na fácil verificação de que se ensina na escola brasileira que: os negros africanos eram *capturados e / ou negociados*, no seu próprio continente; eram *comercializados*, nos entrepostos nas ilhas do Atlântico e, então, eram *transportados* para o Brasil nos porões de navios-tumbeiros sobrelotados, para que, mesmo com a morte de parte significativa da *carga*, o lucro advindo do comércio negreiro fosse garantido.

Sujeito paciente, pois *relatado* na voz passiva, o negro é comumente referido como passivo: poucos são os livros didáticos que dão conta de analisar as condições que propiciaram a participação ativa do negro nos seus próprios processos de escravização, subjugação e libertação; muitas são as obras que retratam o negro escravo como um mero instrumento de produção, praticamente inânime, que suportou resignadamente toda sorte de maus-tratos e opressão. E, como forma de reforçar a inaptidão natural do negro para a agentividade discursiva,

ensina-se que a abolição da escravidão foi obra de abolicionistas, na sua maioria, brancos que, movidos ou por benevolência e anseios de justiça ou por interesses econômicos e políticos, lutaram pela libertação dos escravos. Estes, portanto, se configuram como agentes da voz passiva nos textos que narram a trajetória do negro em solo brasileiro. Como consequência disso, temos que as lutas empreendidas pelos negros são praticamente apagadas em muitos livros didáticos de história brasileira.

No que se refere ao discurso midiático, na presente e em outras contemporaneidades, o negro sempre foi notícia. Estão presentes em anúncios classificados de compra, venda e aluguel, nas notificações de fugas ou de objetos achados-e-perdidos, nas denúncias de crimes cometidos contra brancos e, após a abolição, nos assuntos relacionados a crimes, tragédias, futebol, sendo que até pouco tempo, o trabalhador negro era advertido *implicitamente* de que de nada valeria se apresentar para vagas de emprego em cujo anúncio fosse verificado o aviso: *exige-se boa aparência*, o que denuncia possível discriminação velada.

A sociedade brasileira atual tem suas bases assentadas em significantes assimetrias sociais observáveis entre os grupos que a compõem⁴¹. Essas assimetrias vêm demonstrando que, apesar de todo o empenho institucional, e institucionalizado, em imprimir legitimidade à crença de que o Brasil é o único lugar do mundo onde povos de raças e etnias as mais diversas são governados a partir de princípios isonômicos, o pertencimento ao grupo racial denominado *negro* tem sido, porém, um dos principais fatores da representação majoritária dos brasileiros de origem africana nos estratos sociais que mais têm sofrido prejuízos ao longo da formação do país. Segundo dados apresentados por entidades reconhecidamente idôneas, há, ao menos no que se refere à saúde, educação escolar, ao emprego, à habitação e à renda, uma grande disparidade entre os índices de desenvolvimento observados para os brancos e para os negros brasileiros⁴².

O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano 2000, apontava que os negros representavam 44,7% da

⁴¹ Em respeito às dimensões da presente dissertação, atemo-nos à investigação das formas de sustentação das assimetrias observadas entre brancos e negros. Que tal fato, no entanto, não caracterize, de forma alguma, indiferença a problemáticas que dizem respeito ao índio brasileiro.

⁴² Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

população brasileira. Em maio de 2008, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estimava que a população negra já seria maioria no país e apontava que o censo demográfico a ser realizado em 2010 confirmaria tal estimativa⁴³. Ser maioria em número, no entanto, não garante aos negros brasileiros o direito de se fazerem representar nas instâncias de poder, pois, no que se refere à tomada de decisões importantes que dizem respeito à vida da sociedade como um todo, esse grupo é minoria, ou *minorizado* nas instâncias de poder, conforme terminologia adotada nesta dissertação.

Muitas das políticas públicas que buscam amenizar o impacto da desigualdade social sobre a vida dos membros dos diversos estratos que formam uma sociedade de classes, como é o caso da sociedade brasileira, têm-se concentrado em aspectos puramente econômicos e, mesmo quando desenvolvidas pela sociedade civil, elas geralmente carecem da consideração de que o empobrecimento / enriquecimento de um povo é um processo que possui muitas dimensões e que, portanto, deve ser abordado a partir de perspectivas multidimensionais.

Não há dúvida de que a privação de bens materiais é um dos aspectos mais relevantes da desigualdade social e, por esse motivo, deve ser abordado de maneira crítica, a fim de que se compreendam as dinâmicas históricas e sociocognitivas que propiciam tanto o empobrecimento dos grupos dominados quanto o enriquecimento dos grupos dominantes. Também não há dúvida, como já dissemos, de que o poder social mantém uma relação intrínseca com o poder aquisitivo. Entretanto a pobreza e a riqueza possuem uma dimensão político-ideológica que vem se estabelecendo em um processo histórico-cognitivo que, justamente por possuir essa característica, pode ser questionada.

A historiografia sobre a formação do Brasil enquanto uma nação tem postulado que o poder das classes dominantes vem sendo exercido, mais frequentemente, *no e pelo* discurso, pois é nas práticas sociais, nomeadamente nas conversações informais, nas salas de aula, nas interações entre colegas de trabalho, nas interações intra e extragrupoais de natureza diversa que as ideologias das classes dominantes se disseminam, adquirindo novos adeptos e, assim, ganhando fôlego novo para dar continuidade a sua tarefa de dominação.

⁴³ Fonte: IPEA.

Com o intuito de evidenciar um número de fatos e eventos concernentes à escravidão do negro, à abolição da escravidão, ao revezamento de recursos de dominação empregados por classes dominantes brasileiras, com a predominância de uma investigação mais demorada da construção e atualização de representações do negro *no* e pelo *discurso* institucional ou institucionalizado, nomeadamente em discursos que se veiculam em jornais paulistanos, este capítulo apresenta um breve panorama da presença do negro em solo brasileiro nos períodos colonial, imperial e republicano.

Busca-se, também, apresentar um breve panorama das lutas que vêm sendo protagonizadas pelo povo negro brasileiro – resistência muitas vezes efetivada *no* e *pelo* discurso.

Almeja-se contribuir com uma leitura da história do negro no Brasil que seja subsidiada por elementos historiográficos diversos dos apresentados por livros didáticos, uma vez que estes tratam da formação do povo brasileiro de maneira superficial, representando o negro, ora como um elemento passivo, subserviente e acomodado, ora como naturalmente inclinado à indolência, à agressividade e à preguiça, conforme mandarem os ditames dos marcos de cognições sociais das classes dominantes de cada contemporaneidade revisitada.

A colonização do Brasil foi iniciada com base na estrutura monopolista do sistema colonial português. Preocupado, por um lado, com questões relacionadas à crise do comércio de produtos indianos, o governo português, além de explorar o concorrido comércio propiciado pela extração do pau-brasil, voltou-se – numa tentativa de recuperar a economia de seu país – para a produção de açúcar, atividade então extremamente lucrativa na Europa. Por outro lado, Portugal precisava defender o litoral brasileiro que vinha sendo constantemente ameaçado de invasão pelos ingleses, franceses e holandeses, os quais haviam sido excluídos pelo Tratado de Tordesilhas que repartiu, entre Espanha e Portugal, a parte da América denominada hoje América do Sul (Silva, 1992).

Fracassado o projeto de colonização por meio da cessão de capitânicas hereditárias para donatários portugueses, a Coroa Portuguesa, aproveitando o conhecimento sobre o plantio de cana e a produção de açúcar que adquirira com a ocupação das recém-conquistadas ilhas do Atlântico, investiu significativamente na instalação de engenhos no Brasil.

O transporte de portugueses para a formação da mão-de-obra para os futuros engenhos de açúcar brasileiros era inviável, pois a população de Portugal já se encontrava bastante reduzida, o pagamento de salários seria necessário e mesmo que fosse possível se pagarem salários, isso não seria um estímulo, pois o colono português já havia demonstrado que o “que o estimulava era a ideia de ter na colônia uma projeção social e econômica superior à que tinha na metrópole, ser proprietário, enriquecer rapidamente e, se possível, voltar para gozar a vida na Corte” (Silva,1992:49).

Motivada pelo intuito de possibilitar grandes margens de lucro para aqueles que decidissem investir na produção de açúcar na nova colônia americana, a Coroa Portuguesa deu início à utilização de trabalho forçado, obrigatório e não-remunerado, ou seja, a utilização de mão de obra escrava para mover a indústria açucareira.

Antes, porém, de dedicar-se exclusivamente ao emprego de mão de obra escrava, os brancos portugueses tentaram empregar o índio como trabalhador livre, por meio da utilização do escambo, no qual o trabalho indígena era trocado por objetos sem nenhum valor para os portugueses, mas que encantavam os índios. Essa situação, no entanto, não perdurou, pois os índios perderam o interesse por esse tipo de negociação e tornaram-se mais exigentes e hostis, ao que os colonos portugueses se opuseram.

Diante da recusa dos índios de colaboração, foram feitas inúmeras tentativas de escravização deles que, devido a um conjunto de fatores, não foram bem-sucedidas. Segundo Silva (1992), esses fatores podem ser resumidos a três, a saber: (1) os índios brasileiros viviam dispersos pelo território e isso dificultava o abastecimento das zonas açucareiras; (2) os padres jesuítas iniciaram uma campanha intensa de catequização e, por esse motivo, eram contrários à escravização dos índios; e (3) muitas tribos empreendiam guerras constantes de resistência contra os colonos.

Assim, frente à urgência de se instalarem os engenhos de açúcar que, pretendia-se, contribuiriam para o revigoramento da economia portuguesa, deu-se início à escravização dos negros africanos.

Assim, durante três longos séculos, e sem que jamais seu fluxo se exaurisse, o tráfico de negros trazidos da África para o Brasil mescla, sem as confundir, etnias, tribos, clãs. (...) O homem preto, mercadoria, objeto do tráfico, passa de mão em

mão; comprado, vendido e revendido, percorre circuitos balizados por todo um conjunto de relações, costumes, praxes, regulamentos, armadilhas (Mattoso, 2001:23-24).

Conforme aponta a autora, esse negro, escravizado pelos brancos, não veio de um continente desorganizado, mas sim de sociedades que possuíam tradições e um passado que lhes imprimiam personalidade e identidade cultural. Os brancos, no entanto, ignoraram tudo isso, e, ao longo dos anos, o tráfico de negros transformou-se em um empreendimento que enriqueceu mercadores de escravos, bem como negociantes locais, portugueses e brasileiros, dando origem a muitas das fortunas que, por herança, sobrevivem até os dias de hoje.

2.2.1 O Negro no Brasil-Colônia

Os termos *negro*, *escravo*, *africano* e *peça*, conforme pode ser verificado em um número significativo de livros de história do Brasil, eram comumente empregados para se referir às pessoas trazidas da África para realizarem o trabalho escravo no período colonial. Para Cruz (2000), no entanto, o termo *negro* “remonta a uma identificação racial, o termo *escravo* é um modo de identificação pela relação com o trabalho em regime de servidão e o termo *africano* permite a relação com a origem (do indivíduo) (p 162)”. No que se refere ao termo *peça*, sabe-se que o negro africano era assim denominado durante as transações nas quais era vendido e comprado por brancos e, portanto, esse termo denotava explicitamente que o negro africano era visto como um tipo de mercadoria que podia ser quantificada em *peças*, à moda do que se faz ainda hoje com toda sorte de objetos negociáveis.

Segundo Mattoso (2001), o negro foi uma das mercadorias mais apreciadas durante o período em que a escravidão vigorou nas Américas e, particularmente, no Brasil.

Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos. O século XVIII detém o recorde da importação: as Américas coloniais fizeram vir a elas 6 milhões e 200 mil escravos durante esse período e todas as grandes potências dos tempos modernos engajaram-se no tráfico e nele, uma a uma, assumiram o papel dominante (...) Como o tráfico revela-se fonte de lucros importantes, ele se autofinancia tanto mais facilmente quanto responde a uma procura sempre maior de mão de obra. Nação alguma quer abandonar essa fonte

de lucros e cada qual pretende empalmar todo o tráfico em seu benefício exclusivo, nos marcos do sistema colonial ajustado ao espírito da época (Mattoso, 2001:19-20).

Além de ter servido ao propósito de povoar o solo brasileiro, protegendo assim o litoral ameaçado de invasão, e fazer funcionar os engenhos de cana-de-açúcar, a mão de obra negra escravizada também movimentou a exploração aurífera no século XVIII, o cultivo de algodão e arroz, a colheita de especiarias e realizou exaustivamente serviços domésticos. Mesmo após o tráfico negreiro ter sido proibido pela Coroa Inglesa, “o café, novo rei da agricultura brasileira, contribuirá para fazer do tráfico ilegal, depois de 1930, uma atividade econômica lucrativa ainda após os anos 1850” (Mattoso, 2001, p.23).

Em suma, os negros foram objetos de comercialização durante todo o período colonial e, para que esse comércio pudesse ser realizado de modo a atender as demandas econômicas de então, foi necessário que a sociedade daquela contemporaneidade construísse e atualizasse continuamente representações segundo as quais os negros figurassem não como pessoas, mas como “bens” passíveis de serem dispostos de acordo com os interesses de seus proprietários, de modo a permitir que, no balanço final, o lucro desses proprietários fosse garantido, não importando quantas vidas humanas fossem dizimadas no decorrer do processo.

2.2.2 O Negro no Império

Após 14 anos da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, Dom Pedro I, no dia 7 de setembro de 1822, às margens do Rio Ipiranga – na cidade de São Paulo – proclamou a independência do Brasil e deu início ao período que se denominou *Imperial* e que teve seu final em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República, na cidade do Rio de Janeiro. Durante esse período, o país chamou-se *Império do Brasil* e foi governado por dois imperadores: Dom Pedro I, de 1822 até 1831, e Dom Pedro II, de 1840 até 1889 (Silva, 1992).

Segundo Bosi (2001), foi no período denominado imperial que o Brasil deu os seus primeiros passos no sentido de se tornar um Estado autônomo. O conjunto de ideias que sustentaram a formação do novo Estado mesclava, por um lado,

princípios liberais que exigiam que o Brasil passasse a integrar o mercado livre, livrando-se do monopólio português, e, por outro lado, “um complexo de normas jurídico-políticas, capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível” (p195).

O somatório da prática brasileira escravista com o liberalismo foi “apenas um paradoxo verbal. O seu consórcio só se poria como contradição real se se atribuísse ao segundo termo, *liberalismo*, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia” (Bosi, 2001:195), pois, no Brasil, comércio livre não significou, pelo menos para o negro, trabalho livre.

O tráfico, mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850, as autoridades, apesar de eventuais declarações em contrário, faziam vista grossa à pirataria que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra (...) (Bosi, 2001:196).

Em suma, pouca ou nenhuma mudança significativa realmente ocorreu no que se refere às representações que as sociedades coloniais possuíam sobre o negro neste período imperial.

A imprensa brasileira surgiu oficialmente em 1808, com a publicação do jornal *Correio Brasiliense*. Em sua primeira edição, o jornal qualificou o Brasil como um *império* e, a partir de então, essa qualificação passou a ser atribuída à colônia que então abrigava a Família Real Portuguesa, e toda a sua corte, que havia recentemente fugido de Portugal.

Como tantos outros eventos que marcam a história do Brasil, por sua excentricidade e ruptura com padrões da época, a fundação da imprensa brasileira não haveria de fugir à regra.

A história do Brasil é repleta de peculiaridades. Nossa Independência foi declarada pelo filho do imperador português. Passamos a maior parte do século XIX sob uma Monarquia, enquanto o resto do continente era republicano. Assim, não é de espantar que o primeiro jornal brasileiro tenha sido publicado em ... Londres (Martins & Luca, 2008:7).

Segundo essas autoras, à fundação do *Correio Brasiliense* seguiu-se o aparecimento de diversos outros títulos. Elas apontam que, no final do século XIX, somente em São Paulo, circulavam aproximadamente 1.500 jornais que, na sua maioria, não possuíam mais de duas páginas.

Uma vez que no Brasil-Império a legislação oficial não era capaz de refletir o

que de fato marcava as relações entre brancos e negros, pois a maioria das leis que regulavam o negócio negreiro era *para inglês ver*⁴⁴, é possível que textos que circulavam nas páginas de jornais sejam, hoje, muito mais capazes de fornecer material histórico sobre as representações que aquela contemporaneidade possuía do negro.

Nesse viés, Guedes & Berlinck (2000) apresentam um registro organizado de um número de anúncios classificados, publicados em jornais que circularam em sete estados brasileiros, quer sejam: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, durante boa parte do século XIX. Destes, os que interessam ao presente estudo são cinco anúncios classificados, publicados pelos jornais Correio Paulistano e O Farol Paulistano.

Em 1879, nove anos antes da assinatura da Lei Áurea, o jornal Correio Paulistano, na sua edição de 29 de janeiro, publicava um anúncio classificado com os seguintes dizeres:

Ama de leite

Na rua Princeza, antiga do jogo da Bolla, *número 6* precisa-se de uma boa ama, sadia e com abundante leite, captiva ou liberta. Paga-se bom ordenado, mas exige-se sem filho.

(Guedes & Berlinck, 2000:412)

O mesmo jornal, no dia 20 de setembro do mesmo ano, publicava o seguinte anúncio:

É Pechincha!

Vende-se um escravo próprio para todo serviço de roça, robusto e sadio, ver e tratar a rua da Imperatriz *número 52*.

(Guedes & Berlinck, 2000:427)

Ainda nas páginas do Correio Paulistano, foi publicado, em 26 de fevereiro de 1889, um ano *após* a abolição da escravidão, o anúncio que se segue:

Alugada

Precisa-se de uma, própria para todo o serviço doméstico, que durma em casa. Paga-se bem. Tratar-se á rua João Alfredo (ladeira do mercado) *número 10* São Paulo.

(Guedes & Berlinck, 2000:445)

⁴⁴ Trataremos de explicitar as origens desse termo em momento oportuno.

Em 16 de fevereiro de 1828, o jornal O Farol Paulistano publicava o seguinte anúncio:

Ao Tenente Luiz Francisco da costa, morador no rio de Janeiro, na rua de São Francisco de Paula número 90, desapareceu sem motivo algum no 1º de julho do corrente anno, um seo escravo ladino de nome Francisco, de nação Benguella, de idade de 19 / 20 annos, com principio de bulço de barba, desdentado da parte superior; porém só com um dente a diante da mesma parte, nariz chato, beiços grossos, attacado de corpo, bem feito de pés, e perna, todo magro, e as maçãs altas, no canto da testa um calombinho da especie de um carocinho de feijão movido: roga-se a qualquer pessoa, que delle de noticia, ou o levar á casa de seo Senhor, ou na cidade de São Paulo a Manoel Gonçalves Pereira na Vila da Sanctos a João da Monte Bastos, na Villa de Ytú ao Padre Felis do Amaral Grugel, e na de sorocaba a Bento José Ribeiro não só lhe pagará as despezas, como gratificará o seu trabalho.

(Guedes & Berlinck, 2000:354)

E, no dia 11 de abril de 1829, o mesmo jornal publicava o seguinte anúncio:

Desencaminhou-se da Rua da Cruz Preta uma besta pertencente ao almoxarife do Hospital de Sanctos, Alexandre José d'Oliveira Couto, russa queimada do meia crioula, sem marca com um signal e pello preto ao pé da calda de uma estocada que levou.

(Guedes & Berlinck, 2000:366)

Como se pode verificar, tanto nos últimos anos que antecederam a Lei Áurea como nos primeiros que a procederam, o negro era representado como um objeto comercializável, ainda que este comércio pudesse ser ilegal. Note-se que a representação que a sociedade daquela contemporaneidade possuía dos negros, então majoritariamente brasileiros, não diferia em nada da representação que se possuía dos animais usados para mover tanto os moinhos quanto os carros em que se transportavam os brancos, conforme se pode verificar no último anúncio.

2.3 A Legislação e o Negro

O elemento diferenciador dos períodos colonial e imperial foi o fato de que no primeiro, o tráfico e a comercialização de negros, bem como a escravização desses,

eram vistos como legais e, portanto, faziam parte de um plano de ações que visavam tanto ao revigoramento da metrópole quanto ao enriquecimento do colono português / brasileiro; no segundo período, traficar negros era uma atividade oficialmente ilegal, porém, diante da sempre crescente necessidade de mão de obra negra e da exigência capitalista de sujeição desta, optou-se pelo desrespeito à lei antitráfico, de 7 de novembro de 1831, que ficou conhecida como Lei Eusébio de Queirós (Lei 581, de 4 de setembro de 1850), ou como era chamada, *Lei Para Inglês Ver*.

A lei era precisa: declarava livres todos os escravos que, vindos de fora, entrassem em território brasileiro (...) Resultou do compromisso assumido com a Inglaterra (...) pelo qual o Brasil deveria proibir por completo, no prazo de três anos, o tráfico de escravos da costa da África, considerado pirataria a partir de então. Foi expedida, em 21 de maio de 1883, uma portaria que declarava livres os africanos importados, mandando processar os contrabandistas. Verificada a pouca força de tal portaria, sobreveio a lei de 7 de novembro, que foi também escandalosamente desrespeitada. Daí ter sido chamada de lei 'para inglês ver' (Moura, 2004:240).

Diante do poder inglês, o Estado brasileiro em formação, não encontrando meios de esquivar-se da nova ordem imposta pela Inglaterra, criou uma série de leis, a saber, (1) a Lei do Ventre Livre (Lei 2040, de 28 de setembro de 1871), ou Lei Rio Branco, que declarava que todas as crianças nascidas de mulheres escravas, a partir daquela data, seriam livres; e (2) a Lei dos Sexagenários (Lei 3270 de 28 de setembro de 1885), ou Lei Saraiva-Cotegipe, que declarava que todos os escravos com mais de sessenta anos fossem libertados (Lopes, 2004).

Essas leis, além de se prestarem ao propósito de burlar a ordem imposta pela Inglaterra, buscavam também responder aos clamores abolicionistas. Contudo, da mesma maneira que a lei que proibia o tráfico era manipulada, também a Lei do Ventre Livre podia ser facilmente desrespeitada, com a conivência do poder público.

Um exemplo desse desrespeito vem no *Diário Oficial da Bahia*, de 4 de junho de 1887, onde se descreve o seguinte leilão de uma propriedade escrava na Fazenda Concórdia: 'Albert, 10 anos, por um conto de réis; Vicente, 13 anos, por seiscentos mil-réis; Félix, 14 anos, por oitocentos mil-réis; Flauzina, 13 anos, por seiscentos mil-réis; Simplício, 14 anos, por um conto de réis'. Assim, após dezesseis anos da Lei do Ventre Livre, ainda eram leiloados escravos, o que bem demonstra como o crime era praticado impunemente e de forma acintosa. O mais grave é que o próprio Diário Oficial da província divulgava o fato, sem que as autoridades judiciais tomassem a menor medida para impedir a sua repetição e punir os culpados (Moura, 2004:240).

No que diz respeito à Lei dos Sexagenários, esta serviu muito mais aos interesses dos senhores, pois os isentava de cuidar dos negros que, após anos de trabalho desumano, se encontravam em adiantado estado de envelhecimento e, muitas vezes, doentes e, portanto, não tinham mais valor comercial.

Segundo Moura (2004), O Brasil foi o último país cristão a libertar seus escravos. A Lei Áurea, Lei 3.353, foi assinada pela Princesa Isabel, então regente do Brasil Imperial, em 13 de maio de 1888, e consistia no texto que se segue.

A princesa Isabel Regente em nome de Sua Majestade O Imperador D. Pedro II faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1^o – É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2^o – Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e exceção da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888 – 67^o da Independência e do Império (Moura, 2004:15).

Como se pode perceber, os assuntos relacionados ao negro eram fundamentalmente tratados por órgãos públicos que lidavam com questões relacionadas à agricultura e ao comércio.

Ainda que o discurso do movimento abolicionista possa ter influenciado até certo ponto a decisão de se abolir a escravidão, é possível se inferir que os fatos e eventos que levaram à assinatura da Lei Áurea eram de natureza muito mais comercial, quer seja, buscavam atender às exigências impostas pelas novas configurações do sistema de produção capitalista e às novas leis do comércio internacional.

Para o negro, no entanto, essa lei muito pouco representou para a libertação efetiva do escravo, uma vez que quando foi assinada, a maioria dos negros já se encontrava aquilombada⁴⁵ nas matas ou nas áreas periurbanas do Brasil.

Com o advento da República, proclamada em 15 de novembro de 1889, o Brasil passa a viver uma nova fase que o levará, ao longo dos anos, a criar uma série de leis relativas ao negro brasileiro.

A primeira lei federal que carregava alguma expressividade no combate à discriminação racial foi a Lei Afonso Arinos, ou Lei 1.390, de 03 de julho de 1951, “que incluía entre as contravenções penais ‘os atos resultantes de preconceito de raça e de cor’” (Lopes, 2004:383). Segundo esse autor, a lei foi criada após a coreógrafa norte-americana Katherine Dunham ter sido vítima de discriminação racial

⁴⁵ Esse termo será explicitado ao final deste Capítulo, quando é tratada a resistência dos negros à escravidão e aos seus espectros.

em um hotel na cidade de São Paulo. O texto dessa lei foi modificado pela Lei 7.437, ou Lei Caó (em homenagem ao deputado federal Carlos Alberto Oliveira dos Santos, autor do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados), em 20 de dezembro de 1985.

Segundo Santos (2004), a Lei Afonso Arinos sofreu muitas críticas por parte da sociedade, pois, ao classificar o ato de racismo como mera contravenção penal, permitia que ofensas graves, e até mesmo agressões de natureza diversa, fossem punidas brandamente, com pagamentos de multas irrisórias e, muito raramente, com encarceramentos que não duravam mais de dois ou três meses.

A Lei Afonso Arinos, no entanto, embora nunca tenha garantido, de fato, os direitos dos negros brasileiros, foi importante para a luta destes, “por reconhecer oficialmente a existência de racismo no Brasil (...)” (Santos, 2001:59).

Em 09 de fevereiro de 1967, foi assinada a Lei 5.250, ou Lei da Imprensa. Essa lei determinava que o veículo de comunicação que fizesse “propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceito de raça ou de classe”, estaria sujeito à pena de um a quatro anos de detenção (Santos, 2001:62). Essa lei, no entanto, estava muito mais vinculada à repressão à liberdade de expressão, promovida a partir do Golpe Militar de 1964 do que a questões raciais.

Todas essas leis, de uma forma ou de outra, não fizeram mais do que oficializar a existência do racismo no Brasil. Porém, como esse racismo já vinha sendo ofuscado pelo Mito da Democracia Racial, uma verdadeira instituição brasileira, em nome da qual convivemos pacificamente com desigualdades sociais, é de se esperar que a manifestação desse racismo fosse ainda mais encoberta por meio de atos discriminatórios implícitos.

A Lei 7.716 é uma ampliação da Lei Caó, assinada em 05 de janeiro de 1989, um ano após a assinatura da Nova Constituição Brasileira, lei que não tem impedido que a sociedade brasileira continue sofrendo com problemas ligados ao racismo.

Segundo Santos (2001), embora a Lei 7.716/89 já tenha sido objeto de três grandes modificações, nenhuma delas deu conta, ainda, de alterar um número de imprecisões técnicas geradas pelo desejo de se evitar a repetição de termos como discriminação, raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, a cada seção da Lei. Ao se evitar tal repetição, o autor aponta que se abriram precedentes para que o

crime de racismo seja descaracterizado, uma vez que as referidas imprecisões técnicas abrem margens interpretativas juridicamente manipuláveis.

Nesse sentido, uma vez que a discriminação racial no Brasil vem sendo praticada de maneira implícita, o grande desafio que os negros brasileiros têm pela frente é o de, diante da discriminação racial, obter meios de provar que foram discriminados.

Ainda que, nos dias de hoje, seja muito mais possível se recorrer à lei para defesa de direitos, a disseminação de ideologias racistas continua se efetivando, pois entendemos que o que cria condições para que o negro continue a ser discriminado é a preservação de marcos de cognição sociais que perspectivam o negro como inferior, feio, sujo, intelectualmente incapaz e naturalmente inclinado ao crime e à marginalidade.

De qualquer maneira, a criação dessas leis contribui para o combate à discriminação racial na medida em que trazem à luz discussões acerca de conceitos equivocados.

2.4 Espectros da Escravidão

Após mais de 500 anos do Descobrimento do Brasil, as classes dominantes neste país já passaram por diversas reconfigurações, tendo por motor as características próprias de cada contemporaneidade. Disso resulta a dificuldade da caracterização de um perfil único para as classes dominantes brasileiras. Sabe-se, porém, que dois fatores relevantes de união entre elas são o compartilhamento do poder e o pertencimento majoritário à raça branca.

Atualmente, pode-se afirmar que a injustiça social promovida pelo revezamento dessas classes congrega na miséria índios, brancos, negros e miscigenados. Acrescente-se a isso o fato de que os índios, devido a genocídios promovidos contra eles ao longo do tempo, encontram-se em número significativamente reduzido.

O que não se pode afirmar, no entanto, é que esses grupos etnoraciais

convivam pacificamente dentro dessa miséria, assim como o pretende o Mito da Democracia Racial: também entre os mais pobres sobrevive a crença de que o branco é o representante natural da espécie; o índio e o negro são considerados como variantes, diferentes e, portanto, devem ser integrados, aceitos e / ou incluídos e, se necessário, exterminados. Esse conceito se ratifica mesmo sendo o Brasil constituído por uma maioria miscigenada, negra ou indígena.

O Mito da Democracia Racial não é forte o suficiente para impedir que índios e negros tenham de enfrentar, cotidianamente, manifestações discriminadoras que visam ao estabelecimento de papéis subalternos dentro da sociedade brasileira, sendo que ao menor movimento de reação por parte desses brasileiros, as classes dominantes se mobilizam no sentido de conter, reprimir ou deslegitimar qualquer reação.

Frequentemente, por força do nosso anseio de crença incondicional no Mito da Democracia Racial, nos comovemos, nos indignamos e – embora não seja divulgado pela grande mídia – nos rebelamos diante de manifestações explícitas / implícitas de preconceito de cor, racismo e discriminação racial dos negros. No mais das vezes, porém, nos contentamos em desabafar, comentando como eles (e não nós) os brasileiros são racistas. Os nossos discursos pautam-se pela afirmação de que não somos racistas, mas que conhecemos muitos brasileiros que o são. *Falamos* os brasileiros que, imprecativamente, *deixam escapar* uma fala preconceituosa, racista ou discriminadora como terceira pessoa do discurso: *Eu* não sou racista e *Tu* não és racista, *Eles* é que o são. *Falar* o brasileiro na primeira pessoa – *Eu / Nós* – implicaria o reconhecimento de que discursos são ações sociais e que, portanto os sujeitos que participam desses discursos são os agentes dessas ações.

2.5 Resistência do Negro

Um conjunto de mitos comumente encontrado em livros didáticos, até pouco tempo, era o que buscava explicar os motivos pelos quais o negro havia sido

escravizado e o índio não. Afirmava-se que, por possuir um espírito livre e guerreiro, o índio jamais havia se acostumado ao cativo. Era possível se verificar, implicitamente, a informação de que, diferentemente do índio, o negro, não possuindo espírito livre e nem guerreiro, havia se submetido passivamente à escravidão. Segundo Pinsky (2006:82), referências a esse índio que é “amante da liberdade e a esse negro conformado com a escravidão podem ser encontradas em Varnhagen, na historiografia; em Gonçalves Dias, na poesia; e em José de Alencar no romance”. O autor aponta que esse processo de transformação do índio em herói e do negro em submisso buscou atender aos anseios de criação do Estado Nacional burguês que via esses dois elementos como uma mancha que precisava ser apagada da história do Brasil. Para se promover essa ação, foi necessário apagar, também, os eventos e fatos que marcaram a resistência dos negros à escravidão, pois, para se admitir que os negros haviam se rebelado seria necessário se admitir que eles eram seres humanos e, portanto, não poderiam ter sido tratados como bens materiais.

Nos últimos anos, no entanto, um número de estudiosos, principalmente nas áreas de Antropologia, História, Geografia e Sociologia vêm se dedicando ao trabalho de questionar os mitos que buscavam justificar a escravização do negro no Brasil. Esse movimento acadêmico tem levado a uma mudança significativa na forma como boa parte dos livros didáticos que tratam do tema vem sendo elaborada.

Gomes (2005) afirma que, desde o seu início, o empreendimento escravagista era constantemente ameaçado pela ação dos negros. Segundo o autor, os negros, ainda que precariamente, sabotavam o ritmo do próprio trabalho no sentido de interromper a produção e, conseqüentemente, trazer prejuízos aos seus senhores. Havia também as fugas temporárias, individuais ou em pequenos grupos, que, mesmo não se pretendendo duradouras (como era o caso das fugas para quilombos) buscavam conceder aos escravos fugidos um alívio aos sofrimentos e, mais uma vez, interromper o ritmo de trabalho forçado. Mesmo sabendo, de antemão, que seriam capturados em pouco tempo e que, como forma de punição, seriam espancados e mutilados, os negros fugiam constantemente.

A título de exemplificação desse tipo de resistência dos negros, Pinsky (2006) informa que, no dia 23 de maio de 1852, foi publicado no jornal O Velho Brado do Amazonas, o seguinte anúncio:

Fugiu ao cirurgião-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque o seu escravo mulato de nome Florentino, de idade de 20 a 22 anos, com os seguintes sinais: mulato um pouco escuro, cabelos crespos e ruivos nas pontas, os dentes da frente podres, ambas as orelhas foram furadas dias antes da sua fuga, o que deve apresentar vestígios, caso se tenha tapado, tem marcas de surra na bunda, tem uma cicatriz de golpe ao longo do pescoço, e é quebrado de uma das virilhas. Esse mulato já andou fugido a tempo, e andava embarcado em uma embarcação do Xulapa de Óbidos com o nome de Antonio Macapá, foi capturado nesta cidade, fugindo segunda vez, andou na Escuna Lua Nova de propriedade de Luís Martins de Alenquer aonde (sic) passava como fôrro⁴⁶ e sempre com o nome de Antonio Macapá (...) (p 83).

Como se pode verificar, o negro Florentino, ou Antonio Macapá, parece ter sido alguém que não desistiu facilmente, alguém que não se acomodou dentro da sua condição de escravo. Os sinais que o anunciante usa para identificar Florentino: orelhas furadas; marcas de surras nas nádegas; cicatriz ao longo do pescoço e sequelas de provável fratura nos quadris / pernas podem ser vistas, também, como marcas deixadas pelos castigos recebidos por conta de várias tentativas de fuga.

Outra ação realizada pelos negros como forma de resistência, era o assassinio de seus senhores. Segundo Pinsky (2006:88), “assassinatos de senhores, feitores e administradores por parte de escravos foi uma constante no decorrer de todo o período escravista e muitas raras vezes a imprensa explicava as razões do crime, preocupando-se apenas em ver o lado do senhor”. No que se refere ao negro, o autor postula que, em muitos casos, estes matavam os seus senhores como forma de revide tanto a castigos físicos e psicológicos sistematicamente recebidos pelo próprio escravo quanto por seus amigos e familiares. Muitas vezes, aponta ainda o autor, era o desespero e a revolta frente a condição de escravo que levavam os negros ao assassinato de seus proprietários ou de pessoas ligadas a este.

A forma mais extremada de tentativa de resistência à escravidão eram os suicídios:

No limite de sua resistência física e moral, o escravo se matava. Além de gesto de libertação, de ponto final à sua condição de objeto, ele golpeava fundo seu senhor, fazendo com que tivesse prejuízo do investimento que fizera nele. Alguns números nos permitem avaliar a dimensão do problema. Em 1848, dos 33 suicídios ocorridos na Bahia, 27 foram de escravos, dos quais 26 africanos (Pinsky, 2006:91).

Nos livros didáticos, era comum se encontrarem justificativas para o suicídio dos negros escravos como sendo o resultado de uma doença própria dos negros, o

⁴⁶ Alforriado.

banzo, que os levava ao suicídio por sentirem uma saudade muito forte e incontrolável de sua terra na África (Pinsky, 2006).

Entender o suicídio do negro apenas como uma manifestação de *saudade* e de fraqueza ou de desespero é destituir desse gesto o que ele pode ter significado em termos de capacidade de revolta e de apego à liberdade. É facilmente verificável que na literatura que narra a saga de personagens, reais ou fictícios, europeus é comum que os suicídios de grandes heróis sejam descritos como atos de bravura e coragem. Quando se trata de justificar o suicídio cometido por negros e índios, apela-se para explicações simplistas, racial e etnicamente preconceituosas que ensinam que esses povos são fracos, covardes e naturalmente suscetíveis a perturbações mentais e psicológicas. Tais explicações, a nosso ver, carecem de considerações quanto aos valores que esses dois povos atribuíam à liberdade e à privação desta.

Se, por um lado, as fugas – duradouras ou temporárias, individuais ou em pequenos grupos –, os assassinatos de senhores e o suicídios faziam parte do dia-a-dia dos escravos, por outro lado, revoltas coletivas também não foram raras.

Uma das mais significativas formas de revolta coletiva foi o surgimento de comunidades de fugitivos, que ocorreu pouco após os portugueses terem começado a colonizar o Brasil. Do século XVI ao XIX, a colônia e o império viram surgir e desaparecer milhares dessas comunidades. Elas eram chamadas de mocambos ou quilombos⁴⁷ e foram importantes para o processo de autoliberação do negro, tanto pela velocidade com que se espalharam pelo território brasileiro quanto pela quantidade significativa e a densidade demográfica de muitas delas.

Segundo Moura (2004), o surgimento dos quilombos está inserido dentro do que o autor chama de Quilombagem, ou seja, movimento histórico e social que se caracterizou pela formação de quilombos (comunidades de negros fugidos), tendo perdurado até a abolição da escravidão, em 1888.

Os quilombos, grandes ou pequenos, de curta ou de longa duração, espalharam-se em todo o território brasileiro, preocupando as autoridades e exigindo delas, dos senhores de escravos, da Câmara e do aparelho do Estado no seu conjunto,

⁴⁷ Segundo Gomes (2005), há distinções entre os termos mocambo e quilombo. O primeiro designava os acampamentos militares e as moradias de alguns povos Bantu. O segundo, os rituais de iniciação militar dos guerreiros imbangalas. Nesse sentido, o autor prefere o termo mocambo para designar Palmares. Nesta dissertação, seguindo a tradição, empregamos apenas o termo quilombo quando nos referimos às comunidades de resistência negra, pois, segundo Moura (2004), a partir do século XVII, elas passaram a ser chamadas exclusivamente de quilombos.

o ônus permanente com despesas para combatê-los. Tivemos quilombos célebres, como o da Carlota em Mato Grosso, do Ambrosio em Minas Gerais, do Preto Cosme no Maranhão, de Manoel Congo no Rio de Janeiro, o quilombo de Campo Grande, também em Minas Gerais, do Turiaçu no Maranhão. Existiram também quilombos no interior de São Paulo e em todo o Brasil (Moura, 2004:334).

Palmares, segundo Gomes (2005), foi o quilombo mais poderoso e que o Brasil conheceu e “não estava, no entanto, concentrado em um único lugar. Ao contrário, reuniu várias comunidades interdependentes e articuladas no nordeste açucareiro de Pernambuco e Alagoas” (p 10).

Localizados à, aproximadamente, 120 quilômetros do litoral pernambucano, entre o Cabo Santo Agostinho e o Rio São Francisco, o complexo de quilombos conhecido como o Quilombo dos Palmares ocupava as serras, sendo a Serra da Barriga a mais famosa. O nome Palmares se deve ao fato de que na região havia abundância de um tipo de palmeira, e, por esse motivo, os habitantes do quilombo de Palmares eram conhecidos como *palmaristas* (Gomes, 2005). Nos dias de hoje, a região pertence ao estado de Alagoas.

O quilombo de Palmares, segundo Lopes (2004), no final do século XVI, foi iniciado por escravos de um grande engenho de açúcar localizado na capitania de Pernambuco. Esses escravos se rebelaram, promoveram uma verdadeira batalha contra os seus senhores e se refugiaram na Serra da Barriga, na região de Palmares. “Lá se organizaram em quilombo⁴⁸ – misto de arraial militar, núcleo habitacional e comercial, supratribal e supraétnico, comum na Angola daquele tempo” (p 510).

Do final do século XVI até a primeira metade do XVIII (oficialmente até 1736), Palmares resistiu, saqueando fazendas, engenhos e facilitando a fuga de milhares de escravos. Em resposta a sua crescente necessidade de: (1) defesa contra as campanhas colonialistas que, diante do perigo cada dia mais significativo oferecido por Palmares, empreendiam ataques violentos ao complexo; (2) criação de condições de subsistência para os seus milhares de aquilombados; e (3) estruturação do complexo tanto como acampamento militar quanto moradia de negros fugidos, índios debandados e brancos pobres, Palmares teve de desenvolver tecnologias de guerra, agricultura e administração muito mais avançadas do que as

⁴⁸ Após um processo de aportuguesamento, o termo passou a ser grafado como o conhecemos nos dias de hoje, ou seja, quilombo.

que os colonos portugueses possuíam. Por esse motivo, Palmares era visto como uma ameaça ao poder dominante e, portanto, deveria, urgentemente, ser destruído. (Lopes, 2004).

Para que o Quilombo dos Palmares fosse destruído, os negros aquilombados resistiram a

66 expedições coloniais, tanto de portugueses como de holandeses. E em 31 vezes tomaram a iniciativa do ataque. Ivan Alves Filho, importante historiador contemporâneo das guerras palmarinas (...) divide essa história em quatro fases: na primeira, compreendida entre 1596 e 1630, os ataques coloniais se dirigiram a quatro ou cinco aldeamentos; na segunda, de 1631 a 1654, fase da ocupação holandesa de Pernambuco, as investidas se concentraram na cidade de Macaco, principal reduto palmarino; na terceira, de 1655 a 1695, travam-se as batalhas mais encarniçadas, aí ocorrendo a queda de Macaco; e por fim, na quarta, ocorrem as mortes de Zumbi (1695) e de seus sucessores Camuanga (desaparecido em 1699) e Mouza do Palmar (1716). Mas em 1725 ainda há tropas militares na serra da Barriga, antecipando a ocupação oficial do território, que se dá, afinal, no ano de 1736 (Lopes, 2004:51).

Segundo esse autor, dentre as ações de resistência dos negros escravizados, o quilombo dos Palmares foi a mais profunda experiência de contestação à escravidão vivida por negros em todo o mundo. Em decorrência disso, 20 de novembro vem sendo adotado como o dia nacional da Consciência Negra, pois, segundo inúmeros autores e estudiosos, 13 de maio (aniversário da assinatura da Lei Áurea) é, na verdade, o dia em que se enaltece a generosidade da nobreza branca brasileira, na pessoa da Princesa Isabel, pela generosidade em ter concedido a liberdade aos negros brasileiros. A Consciência Negra brasileira, no entanto, elege o dia da morte de Zumbi, para celebrar o que considera como o mais significativo marco da libertação dos negros brasileiros (Moura, 2004).

Essa questão da resistência negra, historicamente acima assinalada, atesta a possibilidade da não-aceitação passiva da posição de escravo do negro brasileiro. Atualmente, essa resistência ainda é clara por meio da atuação dos diversos grupos que formam o complexo chamado de Movimento Negro.

Essas ações de resistência surgem nos primeiros anos da República e alcançam os dias de hoje como um movimento de caráter dinâmico, que acompanha as mudanças sofridas pela sociedade brasileira desde seus primórdios. E, nesse sentido, a luta do negro pela sua própria emancipação tem passado por reconfigurações constantes.

Vale ressaltar que o Movimento Negro, à moda do que ocorreu com o Quilombo dos Palmares, não é formado por um único movimento de negros e não

está unicamente ligado a uma única localidade brasileira e, após a abolição da escravidão, o negro, que já lutava pela liberdade, continuou lutando pela sua emancipação como pessoa livre.

Assim, neste capítulo apresentamos um breve panorama de um número de fatos e eventos que marcaram e marcam a presença do negro no Brasil. Buscamos verificar quais seriam as possíveis bases sociocognitivas que dão sustentação à distribuição de papéis subalternos para o negro, bem como para a sua sub-representação nos meios de comunicação de massa, nomeadamente o jornal paulistano.

CAPÍTULO III

3 Memória Social, Representações Mentais e Expressões Multimodais

*Lincharam um homem
entre os arranha-céus
(li num jornal)
procurei o crime do homem
o crime não estava no homem
estava na cor de sua epiderme...*

Solano Trindade (s/d)

Neste capítulo apresentam-se análises de cinco textos de notícia e cinco segmentos de textos de propaganda⁴⁹ publicados em sete edições de dois jornais da cidade de São Paulo, a saber: Jornal da Tarde e Folha de S. Paulo. As análises são realizadas tendo por base: (1) a Categoria Analítica tripartite proposta por van Dijk, Discurso↔Cognição↔Sociedade (2008a; 2008b); (2) um número de postulações apresentadas pela vertente sociocognitiva da ACD, no que se refere a possíveis marcos de cognições sociais; (3) um número de postulações apresentadas pela vertente sociosemiótica da ACD, no que se refere à composição multimodal dos textos analisados (Kress & van Leeuwen (1996), Jewitt & Kress (2008.), Hodge & Kress (1995); e (4) as Categorias Analíticas propostas por van Leeuwen (1997), no que se refere à representação dos Atores Sociais *no e pelo* discurso, a saber:

EXCLUSÃO E INCLUSÃO;
DISTRIBUIÇÃO DE PAPÉIS;
GENERICIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO;
ASSIMILAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO;
ASSOCIAÇÃO E DISSOCIAÇÃO;
INDETERMINAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO;
NOMEAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO;
FUNCIONALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO; E
IMPERSONALIZAÇÃO.

⁴⁹ Nesta dissertação, os termos propaganda e publicidade são empregados como sinônimos.

A questão que aqui se coloca está relacionada à relevância para a discriminação do negro que podem ter (1) um texto de notícia sobre declarações atribuídas ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, relacionadas à legalização do aborto como forma de conter a violência na cidade do Rio de Janeiro; (2) cinco textos de propaganda – que anunciam eventos esportivos, nomeadamente futebol e corrida de automóvel – todos transmitidos pelo canal de televisão Band; e (3) quatro segmentos de textos de notícia que reportam discussões em torno da equiparação, ou não, dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas aos direitos trabalhistas dos demais trabalhadores brasileiros.

Os textos são identificados por numeração que vai de 1 a 10, sendo que os Textos 2, 3, 4 e 5, publicados pelo mesmo jornal, que anunciam eventos esportivos, são analisados conjuntamente e comparativamente, uma vez que apresentam similaridades e afinidades composicionais que lhes permitem ser tratados como uma unidade discursiva, ainda que tenham sido publicados em dias diferentes. De maneira semelhante, os Textos 7, 8, 9 e 10, que reportam discussões em torno da equiparação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, e que foram publicados na mesma edição da Folha de S. Paulo, mantêm entre si uma relação de interdependência e complementação e, por esse motivo, são analisados conjuntamente. Linguisticamente, esses textos serão inventariados subsequentemente.

De maneira geral, ao início da análise de cada texto, ou conjunto de textos, é apresentada uma reprodução digitalizada deles. O primeiro texto de notícia é segmentado a partir do critério de que em cada segmento seja verificada a representação de, ao menos, um Ator Social (van Leeuwen, 1997). Dos textos 7, 8, 9 e 10 é analisado apenas o resumo, que compreende a manchete, a linha fina, as fotografias e respectivas legendas. Os textos de propaganda, devido à verificação de predominância de elementos visuais, não são submetidos à segmentação nesta dissertação, em decorrência de sua composição multimodal.

Uma vez que não são considerados aspectos relacionados às páginas do jornal em que os textos analisados estão inseridos, os demais textos publicados nessas páginas são desprezados e / ou omitidos nas reproduções apresentadas neste nosso trabalho.

A seguir, damos início às análises.

3.1 Análise do Texto 1

Texto 1

cotidiano
FOLHA DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2008 • C1

Tel: (11) 3234-3402 Fax: (11) 3234-2285
E-mail: cotidia@folha.com.br
Serviço de atendimento ao assinante: (0800) 775-8080
Grande São Paulo: (11) 3234-3090
Ombudsman: ombudsman@folha.com.br

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Rua Voluntários da Pátria, 1155
Santana - São Paulo - Cep: 02010-000
Pág. D2

ESPORTE
CORINTHIANS
QUER VETAR 3
ARBITROS EM
SEUS JOGOS

INQUÉRITO
POLÍCIA INVESTIGA
PADRE JÚLIO APÓS
DEPOIMENTO DE
EX-FUNCIONÁRIA

Pág. C7

Temporal de 24 horas fecha túnel Rebouças, pára trânsito do Rio e mata uma criança >> Pág. C6

Daniel Mouz - 23.mar.87/Reuters

Cabral apóia aborto e diz que favela é fábrica de marginal

Para o governador do Rio, interrupção da gravidez está relacionada à redução da violência

Para ele, rede pública teria de oferecer condições, já que mulheres de melhor poder aquisitivo acabam pagando por procedimento

DA SUCURSAL DO RIO

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), pai de cinco filhos, defendeu ontem a legalização do aborto como forma de conter a violência no Estado e afirmou que as taxas de fertilidade de mães faveladas são uma "fábrica de produzir marginal".

Segundo o governador, 44, existem "dois brasis", um de padrão de países nórdicos, como a Suécia, e outro com nível de pobreza comparável a países miseráveis africanos.

"Não tenho a menor dúvida de que o aborto (como política pública) pode conter a violência. Eu particularmente não sou a favor do aborto", declarou ontem em encontro de agentes de viagem na Barra da Tijuca.

De acordo com Cabral, parte das mães moradoras de áreas carentes "estão produzindo crianças, sem estrutura, sem conforto familiar e material".

Ele disse lamentar o fato de essas mulheres não receberem "orientação do governo em questões de planejamento familiar" dos órgãos de saúde.

Em entrevista levada ao ar ontem pelo site G1, o governador havia dito: "A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro 'Freakonomics' [Steven Levitt e Stephen J. Dubner]. Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1973 pela Suprema Corte", citou [na verdade, foi em 1973].

"Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só", afirmou ao site.

Questionado à tarde pela **Folha** se mulher de alto poder aquisitivo não dá à luz a filho marginal, ele respondeu, irritado, que não é uma questão de "mãe rica ou mãe pobre".

"A mulher tem o direito de interromper uma gravidez indesejada. É assim em Portugal, na Espanha, no Japão e nos Estados Unidos. Por que não pode ser assim no Brasil?", indagou o governador peemedebista.

Segundo Cabral, a mulher de classe média vai a uma clínica de aborto ilegal que "todo mundo sabe onde fica" e faz um aborto "relativamente seguro". Já as "meninas da favela vão para onde?"

"Vamos parar com hipocrisia. Temos de oferecer oportunidade de a rede de saúde pública dispor de qualidade para interromper a gravidez."

Questionado mais uma vez se a prática do aborto ajudaria a conter a violência, Cabral optou por uma resposta mais abrangente. "Está tudo dentro de um conjunto de ações."

"Quis dizer que este ponto do aborto é um desrespeito às mulheres. Cerca de 200 mil procuram a rede pública para tratarem de problemas relacionados aos abortos mal feitos. Oficialmente, o número chega a 1 milhão anualmente no país."



Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro, que defendeu o aborto



Um curso que prepara e ajuda para identificar oportunidades de mercado e ser um empreendedor de sucesso ao gerir seu próprio negócio. Eu acredito. Eu confio.

VESTIBULAR SENAC. EU CONFIO.

Novo Bacharelado em Administração

Parceiros: vunesp, FAPESP, FAPESP

VESTIBULAR 2009. INSCRIÇÕES ABERTAS. Centro Universitário Senac www.sp.senac.br 0800 883 2000

senac

Feira de 198

→ LEIA MAIS 3

Folha de S. Paulo, 25 de outubro de 2008. Caderno: Cotidiano. Página: C1

1. MANCHETE: Cabral apóia aborto e diz que favela é fábrica de marginal
2. LINHA FINA: Para governador do Rio, interrupção da gravidez está relacionada à redução da violência
3. CAIXA: Para ele, rede pública teria de oferecer condições, já que mulheres de melhor poder aquisitivo acabam pagando por procedimento
4. LEAD: O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), pai de cinco filhos, defendeu ontem a legalização do aborto como forma de conter a violência no Estado e afirmou que as taxas de fertilidade de mães faveladas

- são uma “fábrica” de produzir marginal.
5. OLHO: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.”
 6. O Estado não dá conta. Não tem oferta de rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez
 7. Segundo o governador, 44, existem “*dois brasis*”, um de padrão de países nórdicos, como a Suécia, e outro com nível de pobreza comparável a países miseráveis africanos. “Não tenho a menor dúvida de que o aborto [como política pública] pode conter a violência. Eu particularmente não sou a favor do aborto”, declarou ontem em encontro de agentes de viagem na Barra da Tijuca.
 8. De acordo com Cabral, parte das mães moradoras de áreas carentes “estão produzindo crianças, sem estrutura, sem conforto familiar e material”.
 9. Ele disse lamentar o fato de essas mulheres não receberem “orientação do governo em questões de planejamento familiar” dos órgãos de saúde.
 10. Em entrevista levada ao ar ontem pelo site G1, o governador havia dito: “A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência”. “Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro ‘Freakonomics’ [Steven Levitt e Stephen, J. Dubner]. Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela Suprema Corte”, citou [na verdade, foi em 1973].
 11. “Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito”.
 12. Tem tudo a ver com a violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, são padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.
 13. O Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez, “isso é uma maluquice só”, afirmou ao site.
 14. Questionado à tarde pela Folha se a mulher de alto poder aquisitivo não dá luz a filho marginal, ele respondeu, irritado, que não é uma questão de “mãe rica ou mãe pobre”.
 15. “A mulher tem o direito de interromper uma gravidez indesejada. É assim em Portugal, na Espanha, no Japão e nos Estados Unidos. Por que não pode ser assim no Brasil?”, indagou o governador peemedebista.
 16. Segundo Cabral, a mulher de classe média vai a uma clínica de aborto ilegal que “todo mundo sabe onde fica” e faz um aborto relativamente seguro.
 17. Já as “meninas da favela” vão para onde? “Vamos parar com hipocrisia. Temos de oferecer oportunidade de a rede de saúde pública dispor de qualidade para interromper a gravidez”.
 18. Cabral optou por uma resposta mais abrangente. “Está tudo dentro de um conjunto de ações. Quis dizer que este ponto do aborto é um desrespeito às mulheres. Cerca

de 200 mil procuram a rede pública para tratarem de problemas relacionados aos abortos mal feitos. Oficialmente, o número chega a 1 milhão anualmente no país.”

3.1.1 Representação dos Atores Sociais

No Texto 1, foi verificada a representação de 23 atores sociais, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – dos Atores Sociais Representados no Texto 1

1. Sérgio Cabral
2. PMDB
3. o site G1
4. Steven Levitt & Stephen, J. Dubner
5. a Suprema Corte (norteamericana)
6. a Folha de S. Paulo
7. habitantes do Brasil europeizado
8. mães de favela (Rocinha)
9. filhos das mães de favela
10. habitantes do Brasil africanizado
11. o Estado Brasileiro
12. mulheres de melhor poder aquisitivo
13. cinco filhos de Sérgio Cabral
14. interlocutor de Sérgio Cabral
15. filhos de mães de bairros cariocas de classe médio-alta
16. mães de bairros cariocas de classe médio-alta
17. habitantes da Suécia
18. habitantes de Zâmbia e Gabão
19. a classe política
20. habitantes de Portugal, Espanha, Japão & Estados Unidos
21. habitantes do Brasil
22. a sociedade brasileira
23. a mulher

Destes, quatro são representados pela Folha de S. Paulo (1, 2, 3 e 13) e os demais, por Sérgio Cabral.

A seguir, passa-se à análise das estratégias empregadas para a distribuição de papéis para esses atores e para as suas representações.

Foi verificada a representação por Nomeação de seis atores sociais, a saber: Sérgio Cabral, o PMDB, o site G1, Steven Levitt & Stephen J. Dubner, a Suprema Corte (norteamericana) e a Folha de S. Paulo, sendo que, conforme já se disse, Sérgio Cabral, o PMDB, o site G1 e a Folha de S. Paulo são representados pelo próprio redator da notícia e os demais por Sérgio Cabral.

Segundo van Leeuwen (1998), essa forma de referência a um Ator Social indica que este é representado em termos de *identidade única*, sendo que, no Texto1, o papel social que é atribuído aos seis atores representados por Nomeação é o de *agente* e, portanto, *ativo*. Esse tipo de identificação demonstra que a Folha de S. Paulo atribui os enunciados que relata a esses atores, protegendo-se, possivelmente, contra reações negativas por parte da sociedade, uma vez que no Brasil a discussão em torno da legalização do aborto tem causado manifestações calorosas (muitas vezes violentas), tanto por parte daqueles que a apoiam como daqueles que a condenam. O autor aponta que esse tipo de representação é um fator determinante de aspectos discursivos ideológicos.

Um aspecto discursivo ideológico que pode ser depreendido dos fragmentos citados é a tentativa da Folha de S. Paulo de se autorrepresentar como ator social imparcial que se coloca, primeiramente, a serviço da informação. No entanto, essa tentativa parece ser sutilmente malograda na medida em que é possível verificar marcas que indicam avaliações quanto aos enunciados atribuídos, especificamente, a Sérgio Cabral, conforme se demonstra em momento oportuno.

Os atores sociais representados por Nomeação no Texto1 foram mencionados nos fragmentos 1, 4, 8, 10, 11, 15, 17 e 19, como ilustrado abaixo.

Fragmento 1

Manchete: Cabral apóia aborto e diz que favela é fábrica de marginal

Fragmento 4

Lead: O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), pai de cinco filhos, defendeu ontem a legalização do aborto como forma de conter a violência no Estado e afirmou que as taxas de fertilidade de mães faveladas são uma “fábrica de produzir marginal”.

Fragmento 8

De acordo com Cabral, parte das mães moradoras de áreas carentes “estão produzindo crianças, sem estrutura, sem conforto familiar e material”.

Fragmento 10

Em entrevista levada ao ar ontem pelo site G1, o governador havia dito: “A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência”

Fragmento 11

“Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro ‘Freakonomics’ [Steven Levitt e Stephen J. Dubner]. Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela Suprema Corte”, citou [na verdade, foi em 1973].

Fragmento 15

Questionado à tarde pela Folha se a mulher de alto poder aquisitivo não dá luz a filho marginal, ele respondeu, irritado, que não é uma questão de “mãe rica ou mãe pobre”.

Fragmento 17

Segundo Cabral, a mulher de classe média vai a uma clínica de aborto ilegal que “todo mundo sabe onde fica” e faz um aborto relativamente seguro.

Fragmento 19

Cabral optou por uma resposta mais abrangente. “Está tudo dentro de um conjunto de ações. Quis dizer que este ponto do aborto é um desrespeito às mulheres. Cerca de 200.000 procuram a rede pública para tratarem de problemas relacionados aos abortos mal feitos. Oficialmente, o número chega a 1 milhão anualmente no país.”

É de se notar que a atribuição de papéis para os atores sociais Sérgio Cabral, PMDB, G1 e Folha de S. Paulo, bem como as suas representações por Nomeação, Associação e Funcionalização, foi realizada pelo redator do Texto1, porta-voz do jornal Folha de S. Paulo.

Sérgio Cabral, representado por Nomeação nos fragmentos 1, 4, 8, 17 e 19; o PMDB, igualmente representado por Nomeação e Associação (por tratar-se de um

grupo de atores sociais não classificados no texto), no fragmento 4; e a Suprema Corte, representada no fragmento 11, têm em comum o fato de serem autoridades políticas. Os escritores e pesquisadores Steven Levitt & Stephen J. Dubner, representados no fragmento 11, são autoridades científicas. O site G1 e a Folha de S. Paulo, representados nos fragmentos 10 e 15, são veículos de comunicação de massa, integrantes de dois grandes conglomerados empresariais brasileiros: as Organizações Globo e a empresa Folha da Manhã, respectivamente. Nesse sentido, segundo van Dijk (1997), esses tipos de atores sociais possuem acesso preferencial aos discursos institucionais e institucionalizados. Lembramos que possuir acesso preferencial aos discursos institucionais e institucionalizados confere a esses atores sociais condições de controlar a formação discursivo-ideológica desses discursos. Esse controle lhes confere poder social.

Se, por um lado, a Folha de S. Paulo é o ator social que distribui os papéis para si e para Sérgio Cabral, por outro, no discurso relatado por esse jornal, a distribuição de papéis para os demais atores sociais representados no Texto1 é realizada ator Sérgio Cabral.

Nesse sentido, concomitantemente à análise das estratégias de distribuição de papéis e representação empregadas pelo ator social Sérgio Cabral, realizamos a análise das estratégias empregadas pela Folha de S. Paulo.

Conforme verificado nos fragmentos 1, 4, 8, 17 e 19, o ator social Sérgio Cabral é representado por Nomeação. Nos fragmentos 3, 9 e 15, esse ator é referido pelo pronome pessoal ELE, que corresponde à 3ª pessoa do singular, ou seja, aquele a respeito do qual se fala.

Fragmento 3

Caixa: Para ele, rede pública teria de oferecer condições, já que mulheres de melhor poder aquisitivo acabam pagando por procedimento.

Fragmento 9

Ele disse lamentar o fato de essas mulheres não receberem “orientação do governo em questões de planejamento familiar” dos órgãos de saúde.

Fragmento 15

Questionado à tarde pela Folha se a mulher de alto poder aquisitivo não dá luz a filho marginal, ele respondeu, irritado, que não é uma questão de “mãe rica ou mãe pobre”.

Entendemos que o emprego do pronome pessoal ELE para se referir a Sérgio Cabral no Texto1 tem uma função anafórica, pois faz referência ao ator social anteriormente mencionado no texto. Nesse sentido, pode-se entender que Sérgio Cabral é representado por Nomeação quando é referido pelo próprio nome como quando é referido pelo pronome em questão, sendo que num caso e noutro, o papel social que lhe é atribuído é o de agente, ativo.

Enquanto nos cinco primeiros fragmentos analisados, a Sérgio Cabral é atribuído o papel de Sérgio Cabral Filho – um individuo dentre outros –, nos fragmentos 2, 4, 7, 10 e 16, a esse mesmo ator são atribuídos os papéis de (1) governador do Rio de Janeiro; (2) pai de cinco filhos; e (3) membro do partido político PMDB, sendo que tal atribuição de papéis configura a sua representação por Funcionalização, ou seja, ele é referido por menção aos diversos papéis que desempenha na sociedade.

Fragmento 2

Linha-Fina: Para governador do Rio, interrupção da gravidez está relacionada à redução da violência

Fragmento 4

LEAD: O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, (PMDB), pai de cinco filhos defendeu ontem a legalização do aborto como forma de conter a violência no Estado e afirmou que as taxas de fertilidade de mães faveladas são uma “fabrica de produzir marginal”.

Fragmento 7

Segundo o governador, 44, existem ‘*dois brasis*’*, um de padrão de países nórdicos, como a Suécia, e outro com nível de pobreza comparável a países miseráveis africanos. “Não tenho a menor dúvida de que o aborto [como política pública] pode conter a violência. Eu particularmente não sou a favor do aborto”, declarou ontem em encontro de agentes de viagem na Barra da Tijuca.

Fragmento 10

Em entrevista levada ao ar ontem pelo site G1, o governador havia dito: “A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência”

Fragmento 16

“A mulher tem o direito de interromper uma gravidez indesejada. É assim em Portugal, na Espanha, no Japão e nos Estados Unidos. Por que não pode ser assim no Brasil?”, indagou o governador peemedebista.

Sérgio Cabral, sendo representado como *governador do Rio de Janeiro*, desempenha um papel social que lhe confere deveres e direitos. Chefe, em nível estadual, do Poder Executivo, o governador Sérgio Cabral executa as políticas públicas relacionadas à administração do estado do Rio de Janeiro, o qual o elegeu.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, tem sido costumeiramente apontada como uma das cidades brasileiras que mais têm sofrido por conta das ações do crime organizado. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores dessa cidade tem sido a convivência obrigatória com traficantes que, devido a uma série de fatores de natureza socioeconômica e política, possuem poder bélico equivalente, ou mesmo superior, ao das Forças Armadas Brasileiras.

Representado como pai, a Sérgio Cabral é atribuído um outro papel social: o de chefe de família, provedor e responsável pela educação e formação de filhos. Como pai de cinco filhos, Sérgio Cabral é uma exceção à regra que tem sido observada no Brasil, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados apresentados pela última medição realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, relativa ao ano de 2006, a taxa de fecundidade brasileira era de dois filhos por mulher – a menor taxa já observada e abaixo do limite considerado necessário para garantir a reposição da população, que é de 2,1 filhos⁵⁰.

No que se refere à representação de Sérgio Cabral como membro do PMDB, esse parece ser o procedimento de praxe, seguido por toda a mídia quando da menção de políticos. Entendemos que o fato de Sérgio Cabral pertencer a este ou aquele partido não tenha sido considerado como circunstancialmente relevante pelo redator do Texto 1. No entanto, no imaginário social popular, tal menção pode ter implicações significativas, de naturezas diversas, que não analisaremos, pois não

⁵⁰ Fonte: IBGE.

faz parte dos objetivos desta dissertação.

Tendo sido verificado o processo de representação do ator social Sérgio Cabral, que é realizada pelo redator da Folha de S. Paulo, passemos à análise das representações dos demais atores sociais mencionados no Texto 1, as quais são realizadas por Sérgio Cabral.

O argumento principal usado pelo ator social Sérgio Cabral para justificar o seu favorecimento circunstancial à legalização do aborto no Brasil é a sua constatação de que dentro do país há, de fato, *dois brasis*: um europeizado, possivelmente próspero↔não-marginal↔branco (ao comparar esse *brasil* com a Europa / Suécia); e um africanizado, possivelmente miserável↔marginal↔negro (ao comparar esse *brasil* com a África – Zâmbia & Gabão). Reside aí, justamente, o desencadeamento de uma teia discursiva de traços que evidenciam e apontam para a discriminação racial do negro, pois, claramente, o ator Sérgio Cabral atribui a responsabilidade pela violência que se verifica no Rio de Janeiro ao *brasil africanizado*, daí declarar-se circunstancialmente favorável à legalização do aborto para que os habitantes *desse brasil*, e não do *brasil europeizado*, possam ser impedidos de nascer.

Embora a ideia exposta esteja distribuída ao longo do Texto 1, entendemos que nos fragmentos que se seguem ela esteja mais explicitada.

Fragmento 5

Olho: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.”

Fragmento 7

Segundo o governador, 44, existem “*dois brasis*”, um de padrão de países nórdicos, como a Suécia, e outro com nível de pobreza comparável a países miseráveis africanos. “Não tenho a menor dúvida de que o aborto [como política pública] pode conter a violência. Eu particularmente não sou a favor do aborto”, declarou ontem em encontro de agentes de viagem na Barra da Tijuca.

Para caracterizar seus *dois brasis*, o ator social Sérgio Cabral realiza a representação de quatro atores sociais. Primeiramente, analisamos dois desses: filhos de mães de bairros cariocas de classe médio-alta e filhos de mães de favela, ainda que com isso desconsideremos a ordem em que eles se apresentam nos

fragmentos acima. Tal desconsideração se justifica pelo fato de que a análise dos processos de representação desses dois atores sociais pode contribuir com a análise dos processos de representação dos demais.

No fragmento 5: em: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão” verifica-se a representação do ator social filhos de mães de bairros cariocas de classe médio-alta e, implicitamente, do ator social filhos de mães de favela, pois se trata de uma comparação entre os índices de natalidade observados tanto para um ator quanto para o outro.

Ambos os atores são representados por Assimilação por agregação, pois ainda que o ator Sérgio Cabral não precise o número exato de filhos por mãe em bairros de classe médio-alta e em favelas cariocas, ele trata esses atores referindo-se a eles por um quantificador indefinido: a palavra *número*. Ao representar um ator social por meio da Assimilação por agregação, o ator Sérgio Cabral agrupa indivíduos que, após terem sido objetos de pesquisas de mensuração, puderam ser quantificados e, com isso, adquiriram o status de *dados estatísticos*.

O emprego de dados estatísticos quando da apresentação de argumentos que busquem atribuir valor de verdade a um enunciado é, muitas vezes, uma prática discursiva que visa à construção de opiniões de consenso, uma vez que, segundo van Leeuwen (1997), para que se imprima legitimidade (reconhecida pela classe dominante) a uma declaração realizada por um indivíduo, é necessário que os conteúdos dessa declaração sejam corroborados por instituições legitimadas pela mesma classe dominante, como é o caso dos órgãos públicos ou privados que costumeiramente realizam pesquisas de mensurações no Brasil.

Os atores sociais filhos de mães de bairros de classe médio-alta e filhos de mães de favela são representados, também, por Funcionalização, ou seja, são referidos por menção à atividade que desempenham na sociedade: são filhos e, nesse sentido, são finalidade e passivos. Além disso, são também representados por espacialização, uma vez que são mencionados por “referência a um local ao qual estão, num dado contexto, directamente associados” (van Leeuwen, 1997:209), isto é, bairros de classe médio-alta e favelas cariocas.

Com relação aos demais atores representados nos dois fragmentos acima, ao

empregar o verbo *pegar* na forma imperativa, o ator Sérgio Cabral orienta aquele a quem se refere como *você* (aquele com quem se fala) quanto aos procedimentos que este deve seguir para poder entender a dessimetria entre os índices de natalidade observados na favela e nos bairros mencionados: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão”. Assim, o ator Sérgio Cabral representa o seu interlocutor, o qual, segundo o redator da Folha de S. Paulo, seria o repórter do G1, que o teria entrevistado durante a reunião com agentes de viagem, na Barra da Tijuca.

No fragmento 7, por sua vez, além dos atores já referidos, Sérgio Cabral representa-se por Nomeação, pois o ator se refere a si pelo emprego do pronome pessoal de 1ª pessoa *eu* (governador do Rio de Janeiro) – “Não tenho a menor dúvida de que o aborto [como política pública] pode conter a violência. Eu (indivíduo) particularmente não sou a favor do aborto”.

Das declarações atribuídas a Sérgio Cabral, por meio das quais esse ator social estabelece uma polaridade entre Europa e África, é possível se inferir que as representações mentais que ele possui desses continentes sejam as seguintes: (1) as pessoas que vivem em países europeus são abastadas e em número satisfatório; (2) as pessoas que vivem em países africanos são miseráveis e em número excessivo. Tais representações serviriam, portanto, ao propósito de se fazerem conhecidas características dos habitantes de bairros de classe médio-alta e favelas cariocas pela explicitação opositivas por meio de comparações com características de habitantes da Suécia e de Zâmbia & Gabão. Nesse tipo de representação se verifica o desenvolvimento de processos de (a) generalização, no qual representações individuais ou de grupo são estendidas a um número de casos possíveis e imagináveis; (b) abstração, no qual as operações mentais sobre uma dada informação são realizadas sem a devida consideração de fatores que possam estar associados a ela; e (c) descontextualização, que permite que as relações entre as circunstâncias que propiciaram uma dada situação sejam desconsideradas de modo a permitir os processos de generalização e abstração (van Dijk & Kintsch, 1983).

Ainda no fragmento 7, o ator Sérgio Cabral, refere-se, a si mesmo, como uma pessoa *particularmente não-favorável ao aborto*. A palavra *particularmente* é um

advérbio modalizador delimitador (Neves, 2000).

Esses advérbios não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do que se diz, mas fixam *condições de verdade*⁵¹, isto é, delimitam o âmbito das afirmações e das negações. O que ocorre nessa modalização é que o falante circunscreve os limites dentro dos quais o enunciado, ou um constituinte do enunciado, deve ser interpretado, e dentro dos quais, portanto, se pode procurar a factualidade, ou não, do que é dito (...) (p 250).

Se, por um lado, Sérgio Cabral não nega nem garante – por conta do emprego do advérbio *particularmente* – o valor de verdade do seu *não-favorecimento* ao aborto, por outro lado, o emprego desse mesmo advérbio fixa condições legítimas para a inferência de que, no que se refere ao *Brasil africanizado* (circunstância delimitada pelo advérbio modalizador), Sérgio Cabral é *favorável* à interrupção intencional da gravidez, uma vez que o planejamento familiar promovido pelo Estado, segundo ele, ainda está longe de ser uma realidade no Brasil.

Nesse mesmo fragmento, segundo o redator da Folha de S. Paulo, as declarações que são relatadas no Texto1 foram feitas durante uma reunião. Essa reunião, que contou com a participação de Sérgio Cabral e agentes de viagem (bem como toda e qualquer prática social), configura o que van Dijk (2006) define “como um evento comunicativo ou como uma instância de interação social” (p 160)⁵².

Essa instanciação da interação entre Sérgio Cabral e agentes de viagem é delimitada por coerções sociais impostas (1) pelo *papel social* dos participantes da interação; (2) pelos conhecimentos, crenças e intenções partilhadas entre eles (cognições sociais); e (3) pelo conhecimento que estes participantes possuem das regras de *processamento discursivo*. Temos, assim, um exemplo de corporificação da Categoria Analítica tripartite Discurso↔Cognição↔Sociedade.

3.1.2 Associação do Negro à Miséria e à Violência

Além dos seis atores sociais representados por Nomeação e Funcionalização, foram verificadas as representações de outros 17 atores, que foram realizadas por Sérgio Cabral.

⁵¹ Grifo nosso.

⁵² (...) as a communicative event or as an instance of social interaction.

Quadro 2 – dos atores sociais representados por Sérgio Cabral

1. mães de favela ou pobres
2. filhos da mães de favela↔marginal
3. habitantes do brasil europeizado
4. habitantes do brasil africanizado
5. mulheres de melhor poder aquisitivo↔mães de bairros cariocas de classe médio-alta↔ou ricas
6. cinco filhos de Sérgio Cabral
7. filhos de mães de bairros cariocas de classe médio-alta
8. habitantes da Suécia
9. habitantes de Zâmbia e Gabão
10. habitantes de Portugal, Espanha, Japão e Estados Unidos
11. habitantes do Brasil
12. a sociedade brasileira
13. a mulher
14. o Estado Brasileiro
15. leitor
16. a classe política

Entendemos que as representações de nove desses atores sociais foram orientadas por marcos de cognição sociais que perspectivam, por um lado, negros como miseráveis / marginais e, por outro lado, brancos, como não miseráveis / não marginais. Os atores são os seguintes: 1. mães de favela; 2. filhos de mães de favela↔marginais; 3. habitantes do brasil europeizado; 4. habitantes do brasil africanizado; 5. mulheres de melhor poder aquisitivo↔mães de bairros cariocas de classe médio-alta; 6. cinco filhos de Sérgio Cabral; 7. filhos de mães de bairros cariocas de classe médio-alta; 8. habitantes da Suécia; e 9. habitantes de Zâmbia e Gabão.

Em consonância com os objetivos da presente dissertação e constrangidas pelas suas dimensões, nos atemos à análise dos processos de distribuição de papéis e de representação desses nove atores sociais.

O quadro abaixo ilustra as distribuições de papéis e representações que, a nosso ver, foram realizadas com base em *frames* conceptuais de situações e protótipos, tanto do negro quanto do branco.

Quadro 3 – Dos papéis e representação dos atores sociais⁵³

Fragmento 1

Manchete: Cabral apóia aborto e diz que (1)favela é fabrica de (2)marginal

Fragmento 4

Lead: O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), pai de (6)cinco filhos defendeu ontem a legalização do aborto como forma de conter a violência no Estado e afirmou que as taxas de fertilidade de (1)mães faveladas são uma (1)“fábrica de produzir (2)marginal”.

Fragmento 5

Olho: “Você pega o número de (7)filhos por (5)mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na (1-2)Rocinha. É padrão (9)Zâmbia, Gabão. Isso é uma (1)fábrica de produzir (2)marginal.”

Fragmento 6

O Estado não dá conta. Não tem oferta de rede pública para que (1)essas meninas possam interromper a gravidez

Fragmento 7

Segundo o governador, 44, existem “*dois brasis*”, (3)um de padrão de países nórdicos, como a (8)Suécia, e outro com nível de pobreza comparável a (9)países miseráveis africanos. “Não tenho a menor dúvida de que o aborto [como política pública] pode conter a violência.” “Eu particularmente não sou a favor do aborto”, declarou ontem em encontro de agentes de viagem na Barra da Tijuca.

Fragmento 8

De acordo com Cabral, parte das (1)mães moradoras de áreas carentes “estão produzindo (2)crianças, sem estrutura, sem conforto familiar e material”.

Fragmento 9

Ele disse lamentar o fato de (1)essas mulheres não receberem “orientação do governo em questões de planejamento familiar” dos órgãos de saúde.

Fragmento 14

O Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que (1)essas meninas possam interromper a gravidez, “isso é uma maluquice só”, afirmou ao site.

⁵³ Os atores sociais e seus respectivos papéis e representações são relacionados pela numeração situada no lado esquerdo do termo que os indica.

Fragmento 15

Questionado à tarde pela Folha se a (5)mulher de alto poder aquisitivo não dá luz a filho marginal, ele respondeu, irritado, que não é uma questão de “(5)mãe rica ou (1)mãe pobre”.

Fragmento 18

Já as “(1)meninas da favela vão para onde?” “Vamos parar com hipocrisia. Temos de oferecer oportunidade de a rede de saúde pública dispor de qualidade para interromper a gravidez.”

O ator social (1)mães de favela é mencionado de oito formas distintas ao longo dos dez fragmentos citados, a saber: favela (frag 1); mães faveladas (frag 4); mãe (frag 5); essas meninas (frag 6 e 14); mães moradoras de áreas carentes (frag 8); essas mulheres (frag 9); mãe pobre (frag 15) e meninas da favela (frag 18).

Os termos empregados por Sérgio Cabral para a representação do ator social *mães de favela*, segundo van Leeuwen (1997), podem ser definidos conforme expomos adiante.

No enunciado *favela é fábrica de marginal*, tem-se que o elemento que carrega a função sintagmática de complemento nominal é, na verdade, um outro substantivo *fábrica*. É importante que se diga que o termo que geralmente cumpre essa função é um adjetivo ou uma locução adjetiva. Ao estabelecer, por meio do emprego do verbo copulativo *ser*, uma ligação entre um substantivo *favela* e o outro *fábrica*, o ator Sérgio Cabral não qualifica simplesmente a favela, mas aciona marcos de cognições sociais que a sociedade brasileira possivelmente possui sobre essa forma de moradia e sobre as pessoas que nela vivem.

Uma vez que o enunciado em questão é apresentado como principal argumento para o favorecimento circunstancial de Sérgio Cabral ao aborto, é possível se inferir que o novo signo designe as mulheres que se submeteriam ao procedimento caso ele fosse legalizado. Em outras palavras, essas mulheres são as *fábricas de marginais*, ou, mulheres que vivem na favela e que dão à luz aos marginais que promovem a violência na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, segundo van Leeuwen (1997), sendo referidas como *fábricas*

que produzem marginais, as mães de favela são representadas por (1) Impersonalização por objetivação e espacialização, pois são referidas por traços não-humanos e menção ao lugar onde residem, e por Funcionalização, por menção à atividade que exercem na sociedade: fabricantes↔mães de marginais, sendo que nesses dois tipos de representação, o papel atribuído às mães de favela é o de agente e ativo.

Os demais termos empregados por Sérgio Cabral para se referir às mães de favela têm, a nosso ver, função anafórica. Assim, *mães faveladas* (frag 4), *mãe* (frag 5), *essas meninas* (frag 6 e 14), *mães moradoras de áreas pobres* (frag 8), *essas mulheres* (frag 9), *mãe pobre* (frag 15) e *meninas da favela* (frag 18) são, de fato, elementos no texto que remetem, anaforicamente, ao ator social *mães de favela* representado como *fábrica de marginais*. Assim sendo, esse ator social cria paradigmaticamente elementos diversos que vão remeter sempre à mãe moradora de favela, guardando suas especificidades no discurso.

A partir dessa perspectiva, é possível se dizer que no momento em que Sérgio Cabral e os agentes de viagem (parceiros na interação) se engajam na construção do novo signo, para designar as mães de favela, eles fazem uso de recursos que se encontram disponíveis no meio sociocultural em que constroem esse signo (Jewitt & Kress (2008).

Por um lado, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (p 1.315), define favela como um “(...) conjunto de habitações populares que utilizam materiais improvisados em sua construção tosca, e onde residem pessoas de baixa renda, (...) lugar de mau aspecto; situação que se considera desagradável ou desorganizada”. Por outro, o termo favela carrega em si significados que somente podem ser compreendidos a partir de sua inserção em um quadro sócio-histórico e econômico,

pois, no século XX, a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardadas as devidas proporções históricas, vêm integrando as ‘classes perigosas’: os quilombolas por terem representado, no passado, a ameaça ao Império; e os favelados por constituírem em elementos socialmente indesejáveis após a instalação da República (Campos, 2007:66-7).

Chega-se, assim, à verificação de que as favelas são habitadas majoritariamente, mas não só, por negros. Como a presença dos negros, graças a fatores igualmente históricos, é majoritária nos estratos que possuem menor poder aquisitivo, entendemos, por meio de nossos marcos de cognição social, que, ao

declarar que “favela é fábrica de marginal”, o ator Sérgio Cabral está, de fato, declarando que: as mães de favela, na maioria mulheres negras, estão fabricando os marginais que fazem da cidade do Rio de Janeiro um lugar violento e, portanto, para se acabar com a violência, é necessário que esses marginais em potencial, sejam abortados e que esses abortos sejam realizados legitimamente pelo Estado. Daí o favorecimento circunstancial do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, à legalização do aborto como forma de conter a violência em seu estado.

Considerando o que já se disse com relação às coerções institucionais (van Dijk, 2006) que se impõem sobre os participantes de uma interação, é possível se inferir que as declarações do ator Sérgio Cabral, realizadas durante uma reunião com agentes de viagem no bairro da Tijuca (classe médio-alta), tenham sido constrangidas pelo seu papel social de governador de estado, que tem sob sua incumbência administrar o território sob sua responsabilidade, de forma a atrair o interesse das empresas de turismo para a cidade do Rio de Janeiro, a qual, como se sabe, vem tendo a sua representação de cidade maravilhosa ameaçada pela representação que se tem de cidade sitiada pelo crime organizado, nomeadamente pelo narcotráfico.

Para poder responsabilizar as mães de favela pela violência no Rio de Janeiro, é possível que Sérgio Cabral tenha recuperado representações mentais que estejam armazenadas na Memória Social, como *frames* conceptuais de favela, sendo que um *frame* conceptual de uma favela configura um agrupamento de conhecimentos (Van Dijk & Kintsch, 1983), segundo os quais favela é um lugar onde impera a violência e as pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, em que os índices de natalidade podem ser comparados aos de países miseráveis africanos, tais como o são “Zâmbia e Gabão”, uma vez que o *frame* conceptual no qual estão enquadrados esses dois países africanos possui potencialidades que lhes permitem servir de elemento de caracterização para um dos brasis referidos pelo ator Sérgio Cabral.

É fato facilmente verificável que muitos dos países africanos se encontram, realmente, em situação de pobreza. O que não se pode verificar tão facilmente, no entanto, é que os fatores históricos que levaram a tal estado de coisas sejam os mesmos que trouxeram o Brasil aos dias de hoje. Não basta que se apontem semelhanças entre a pobreza do povo africano e a pobreza do povo brasileiro; é

necessário que se compreendam as dinâmicas socioeconômicas que propiciaram a formação de tais pobreza. No que se refere à África, sabe-se que as colonizações que ocorreram nas Américas são fatores determinantes da estagnação na qual o continente permaneceu durante mais de 400 anos. Esta estagnação, ainda que já tenha sido em grande parte superada pelas lutas e conquistas do povo, deixou um espectro que permanecerá ainda por muitos anos antes que possa ser dissolvido definitivamente. Quanto ao Brasil, a desigualdade social que mantém condições para que uma parcela significativa da população viva, quase de maneira segregada, em morros do Rio de Janeiro e outra parcela, bem menor, goze do privilégio de escolher o local onde quer viver é um fenômeno que não se explicita pelo pertencimento de um ou de outro estrato a este ou aquele grupo social / racial, uma vez que tanto a riqueza como a pobreza são construtos sociais e não obra da vontade de deuses ou determinantes biológicos.

O ator social *filhos de mães de favela*, indicado por (2), é mencionado cinco vezes nos fragmentos analisados. Nos fragmentos 1, 4 e 5, esse ator é representado por *Impersonalização* por abstração, ou seja, é referido por uma qualidade que lhe é atribuída por Sérgio Cabral: *marginal*, qualidade que também o representa por *Funcionalização*: a atividade que exerce na sociedade é a de ser marginal.

Esse ator, *filhos de mães de favela*, é referido ao longo do Texto1 por elementos anafóricos: *filhos por mãe*, elíptico no fragmento 5, e *crianças*, no fragmento 8. Nesse sentido, entendemos que a representação do ator social *filhos de mães de favela* representada por Sérgio Cabral que abarca todas as demais é aquela que os refere como *marginais*, ou marginais em potencial que precisam ser abortados legalmente para que se diminua a violência no Rio de Janeiro.

Mais uma vez, verifica-se a menção implícita ao negro, por causa de nossas representações sociais. Desta feita, pelo fato de, como já se disse, ainda que haja muitos brancos e descendentes de índios vivendo nas favelas, a maioria da população é, inquestionavelmente, formada por descendentes de africanos, em boa parte, negros.

Aos fatos verificáveis citados, acrescente-se que, nos marcos de cognição social de um grande número de brasileiros, principalmente daqueles que não vivem na favela (e nem conhecem a realidade ali vivida), o *frame* conceptual de favela é

aquele que ilustra esse lugar como unicamente frequentado por marginais, ou marginais em potencial, onde, de acordo com esse *frame*, pessoas qualificáveis como *de bem* são minoria.

Campos (2007:160) aponta que os “favelados, ainda de esmagadora maioria negra até, pelo menos, a década de 1930, eram considerados, de forma geral, como ‘vagabundos’, ‘vadios’ e ‘desocupados’, conforme o chamado ‘mito da marginalidade’ (...)

Segundo o autor, embora a maioria das favelas cariocas não esteja tomada pelo crime organizado, a maneira como a grande mídia notifica os eventos relacionados ao narcotráfico faz parecer que esses criminosos agem em todas as favelas cariocas e, em muitas delas, com a colaboração e / ou conivência da população. O autor aponta que tal fato não pode ser verificado.

Uma vez que se possa aceitar que Sérgio Cabral queira defender a tese de que os filhos das mães das favelas do Rio de Janeiro sejam os responsáveis pela violência na cidade e que, para se conter essa violência, é preciso que o Estado crie condições para que esses filhos sejam abortados legalmente, pode-se inferir que as demais distribuições de papéis e representações sociais realizadas por esse ator social tenham sido motivadas pela intenção de se apresentarem argumentos de sustentação para a referida tese.

Nesse sentido, o fracionamento do Brasil em dois *brasis*, um europeizado e outro africanizado, se efetiva pelo agrupamento dos demais atores sociais representados por Sérgio Cabral em dois grupos distintos e polarizados: o grupo dos habitantes do *brasil europeizado* e o grupo dos habitantes do *brasil africanizado*.

O grupo dos habitantes do *brasil europeizado* seria formado pelos seguintes atores sociais :

Sérgio Cabral;

cinco filhos de Sérgio Cabral;

mães de bairros cariocas de classe médio-alta; e

filhos de mães de bairros cariocas de classe médio-alta.

O grupo dos habitantes do *brasil africanizado* seria, por sua vez, formado pelos seguintes atores sociais:

mães de favela; e
filhos de mães de favela.

Conforme se pode verificar, esses atores foram representados de maneira bastante semelhante, sendo que as distinções somente podem ser verificadas por meio da análise de significados implícitos.

Os atores sociais *cinco filhos de Sérgio Cabral*, *filhos de mães de bairros de classe médio-alta* e *filhos de mães de favela* são representados por Funcionalização, ou seja, por menção à atividade que exercem na sociedade: são filhos. No entanto, no que se refere aos dois primeiros atores é possível se inferir que não é com base nas ações, ou ações em potencial, destes que o ator Sérgio Cabral reclama a legalização do aborto, mas sim com base nas ações ou ações em potencial dos filhos de mães de favela.

Fragmento 5

Olho: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.”

Considerado o fato de que o *frame* conceptual de Zâmbia e Gabão (protótipos de país miserável africano) determina que nesses países as mulheres estejam tendo muito mais filhos do que deveriam ter – devido à miséria em que vivem, e que o *frame* conceptual de Suécia determina que as mulheres suecas estejam tendo muito menos filhos do que o seu poder aquisitivo lhes permitiria, parece-nos que o aborto legal reivindicado é, de fato, para os futuros filhos das mães de favela.

Nesse sentido, aos atores sociais, *filhos de mães de favela*, *cinco filhos de Sérgio Cabral* e *filhos de mães de classe médio-alta* é atribuído o papel de finalidade, ou seja, esses atores sociais poderiam ser, ou não, o objeto do aborto legalizado, proposto por Sérgio Cabral. Num caso ou no outro, os papéis atribuídos a eles é o de finalidade e, portanto, são representados como passivos.

Depreende-se, assim, que a legalização do aborto circunstancialmente defendida por Sérgio Cabral não se aplica ao *brasil europeizado*, mas somente ao *brasil africanizado*, sendo que outro elemento que parece corroborar tal suposição é o enunciado do fragmento abaixo.

Fragmento 4

Lead: O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), pai de cinco filhos, defendeu ontem a legalização do aborto como forma de conter a violência no Estado e afirmou que as taxas de fertilidade de mães faveladas são uma “fábrica” de produzir marginal.

Ao representar o ator social Sérgio Cabral como *pai de cinco filhos*, (Funcionalização por menção à atividade que exerce na sociedade), a Folha de S. Paulo decide que é relevante informar que esse ator, embora aprove o índice baixo de natalidade, observado entre as mães de bairros de classe médio-alta e advogue diminuir o índice de natalidade alto observado nas favelas, defende, teoricamente, a diminuição da população pobre e, conseqüentemente, negra, das favelas, concedendo a si mesmo o direito de ter cinco filhos. Essa, a nosso ver, é uma das primeiras manifestações de avaliação dos enunciados atribuídos a Sérgio Cabral, realizadas pela Folha de S. Paulo.

Os atores sociais *mães de favela e mães de bairros cariocas de classe médio-alta* também são representadas por Funcionalização, pois são referidas pela atividade que exercem na sociedade: são mães. O que faz com que um desses atores possa ser considerado como habitante do *brasil africanizado* e outro do *brasil europeizado* é o número de filhos de cada um deles. Segundo Sérgio Cabral, as mães de favela têm *padrão africano* e, portanto, são habitantes do *brasil africanizado*; as mães dos bairros de classe médio-alta têm *padrão europeu* e, portanto, habitam o *brasil europeizado*.

O redator da notícia não demonstra considerar relevante destacar referências às mães dos bairros de classe médio-alta, além daquela verificada no fragmento 15, em que Sérgio Cabral se refere a esse ator como *mãe rica*. Quer nos parecer que esse destaque se deve mais à oposição que esse ator faz ao ator *mães de favela*, representado naquele fragmento como *mãe pobre*.

Além de no fragmento 4, nos fragmentos que se seguem, verificam-se tanto a maneira como Sérgio Cabral representa o ator social *mães de favela* quanto os destaques dados pela Folha de S. Paulo para essa representação.

Fragmento 7

Segundo o governador, 44, existem “*dois brasis*”, um de padrão de países nórdicos, como a Suécia, e outro com nível de pobreza comparável a países miseráveis africanos. “Não tenho a menor dúvida de que o aborto [como política pública] pode conter a violência. Eu particularmente não sou a favor do aborto”, declarou ontem em encontro de agentes de viagem na Barra da Tijuca.

Fragmento 15

Questionado à tarde pela Folha se a mulher de alto poder aquisitivo não dá luz a filho marginal, ele respondeu, irritado, que não é uma questão de “mãe rica ou mãe pobre”.

Fragmento 17

Segundo Cabral, a mulher de classe média vai a uma clínica de aborto ilegal que “todo mundo sabe onde fica” e faz um aborto relativamente seguro.

Fragmento 18

Já as “meninas da favela” vão para onde? “Vamos parar com hipocrisia. Temos de oferecer oportunidade de a rede de saúde pública dispor de qualidade para interromper a gravidez.”

O redator da notícia entende que é relevante destacar entre aspas as seguintes expressões: *fábrica* (frag 4), *dois brasis* (frag 7), *mãe rica e mãe pobre* (frag 15), *todo mundo sabe onde fica* (frag 17) e *meninas da favela* (frag 18). Além de destacar entre aspas essas expressões, o redator da Folha de S. Paulo também avaliou como relevante selecionar uma parte das declarações atribuídas a Sérgio Cabral e destacá-la sob a forma de *olho*:

“Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.” O Estado não dá conta. Não tem oferta de rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez”,

Ainda que nenhum comentário explícito tenha sido feito pelo redator, é possível se inferir que, de acordo com avaliações dele, haja comentários que poderiam e deveriam ser feitos, mas que não podem e não devem ser feitos por ele, naquele momento. Uma vez mais, volta-se a possíveis coerções impostas pelo papel social (van Dijk, 2006), pois, voz oficial da Folha de S. Paulo (uma vez que o texto é assinado pela *Sucursal do Rio*), o redator pode ser visto como representante legítimo do jornal (Grupo de Poder) e, portanto, delegado por este para participar daquela

instância de interação social que é a notícia, desde que respeitadas as coerções impostas pelo papel social dos participantes, pelas crenças, conhecimentos e intenções partilhadas por eles (van Dijk, 2006).

As declarações reportadas no Texto 1 não são atribuídas a representantes das classes dominadas (trabalhadores braçais, assalariados, desempregados, excluídos), mas ao governador do Rio de Janeiro. Ainda que eleito pelas classes dominadas (maioria no Brasil), o poder social que mantém Sérgio Cabral no cargo que ocupa emana das classes dominantes, pois, como já dissemos, as classes dominadas não têm acesso preferencial aos discursos institucionais e institucionalizados, e, portanto, não controlam esses discursos e, conseqüentemente, não têm poder sobre eles.

Sendo atribuídas a outro representante das classes dominantes, pois Sérgio Cabral é membro de um partido político (PMDB) notoriamente legitimado por estas, as declarações do governador Sérgio Cabral somente poderiam ser comentadas abertamente mediante a apresentação de argumentos que, além de simplesmente destacar expressões pelo emprego de aspas e pelo olho, refutassem, ou corroborassem os sentidos por elas construídos. Como o texto não é assinado, entendemos que a ausência de explicitação quanto aos sentidos a serem atribuídos às aspas e ao olho pode ser um índice de que tanto as expressões quanto o enunciado destacados merecem atenção especial, e que, de uma forma ou de outra, o redator da notícia crê que seus leitores em potencial partilham consigo marcos de cognições sociais que lhes permitem inferir possíveis efeitos de sentido.

Em suma, da análise do Texto 1 é possível se inferir que um dos marcos de cognição social que pode ter orientado a formação discursiva / ideológica tanto de Sérgio Cabral quanto do redator da Folha de S. Paulo é aquele que perspectiva negros, favela, miséria e violência como elementos que mantêm entre si relações de contigüidade, material ou conceitual, ou seja, que se encontram muito próximos uns dos outros ou, até mesmo, contidos uns nos outros.

3.2 Análise dos Textos 2, 3, 4, 5 e 6

Os cinco textos de propaganda que se seguem apresentam composições multimodais que privilegiam o modo visual. No que se refere à temática, todos eles anunciam eventos esportivos, a saber: quatro partidas de futebol e uma corrida de Automóvel, sendo que todos transmitidos pelo mesmo canal de televisão, nomeadamente a Band.

Nesse sentido, conforme citado no início deste capítulo, as composições multimodais dos cinco textos possuem similaridades e afinidades estruturais e, por esse motivo, são analisadas como um continuum espacial e discursivo, pois, por um lado, os elementos composicionais de cada texto diferem sutilmente entre si, o que leva a dissimilaridades discursivas significativas. Por outro lado, é o desvelamento dessa sutileza que permite a verificação de que os elementos visuais que tratam de representar os negros evidenciam formações discursivas orientadas por possíveis marcos de cognições sociais que os discriminam.

Como se trata de uma análise comparativa entre os cinco textos, ela é realizada sem considerações especiais quanto ao pertencimento deste ou daquele ator social a este ou aquele texto. Essa desconsideração se justifica pela nossa crença de que o desvelamento de possíveis discriminações raciais do negro pode se efetivar pela abordagem analítica desses textos a partir da consideração de que formam uma unidade significativa, embora tenham sido publicados em momentos diferentes.

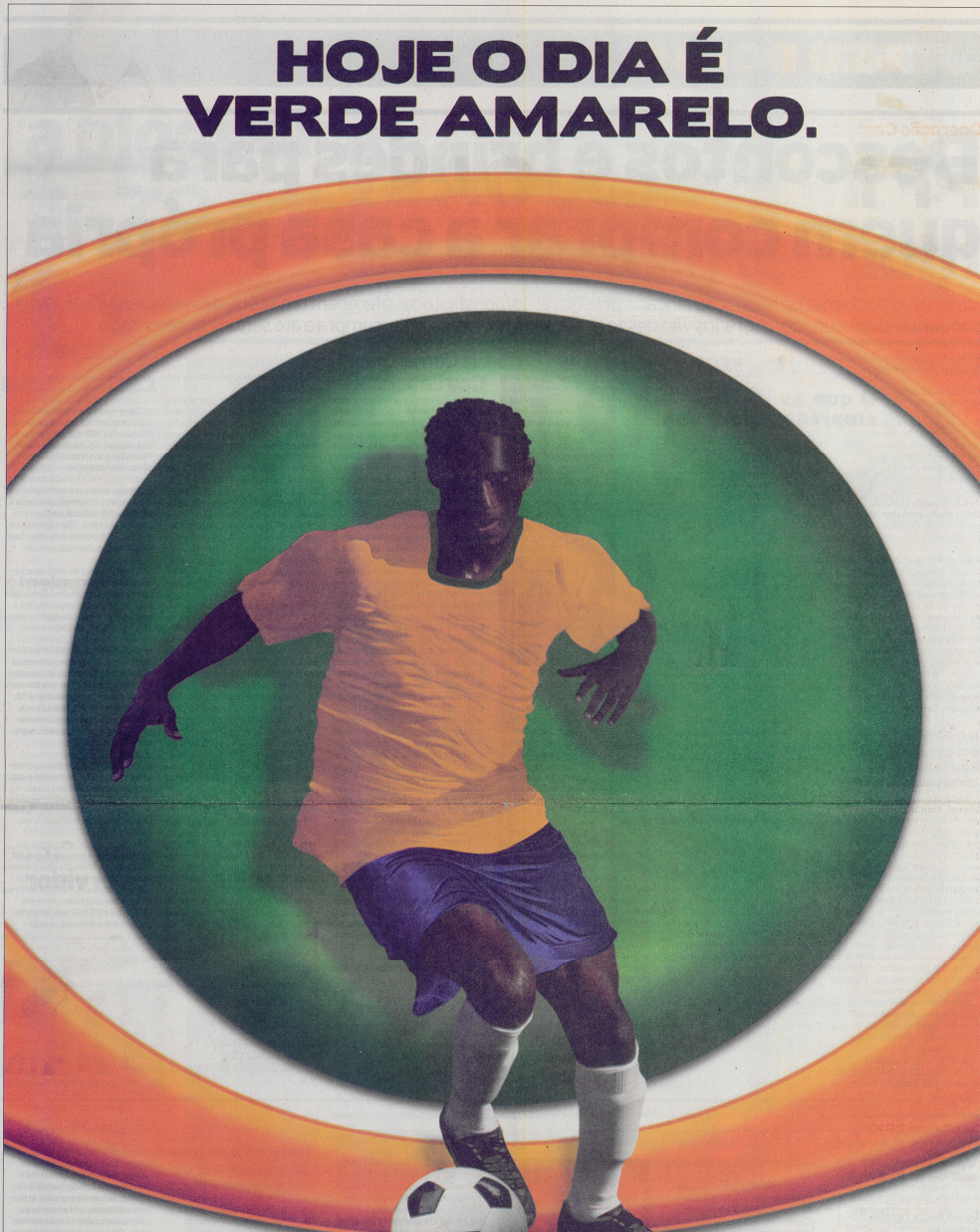
Os Textos 2, 3, 4, 5 e 6 não são submetidos a segmentações e, por razões metodológicas, optamos por apresentar o Quadro 4, dos atores representados no conjunto dos cinco textos, subdividido internamente em cinco subquadros, correspondentes, respectivamente, a cada um dos textos e devidamente identificados, de acordo com a numeração do texto que ilustra.

Os textos são apresentados na ordem da data em que foram publicados.

Texto 2

JORNAL DA TARDE
DOMINGO, 29.3.09 | 11A

**HOJE O DIA É
VERDE AMARELO.**



BAND

**ELIMINATÓRIAS 2009
EQUADOR X BRASIL
HOJE, 17H30**

Jornal da Tarde, 03 de março de 2009. Caderno: Não informado. p: 11A



Ricardo foi enterrado ontem no Cemitério Municipal de Campo Grande

Acidente na escola

Motorista que atropelou aluno de 6 anos é indiciado

Ele vai responder por crime de homicídio culposo. Ontem, Ricardo foi sepultado

Magno Paulo dos Santos, de 33 anos, motorista do caminhão des-governado que atropelou nove crianças e uma mulher em frente à Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) Maria Alice Menziane Foracchi, no Grajaú, zona sul, foi indiciado por homicídio culposo (quando não há intenção de matar). O acidente matou Ricardo Clemente dos Santos, de 6 anos. Magno deixou o 85º Distrito Policial (Grajaú) por volta das 21h30 de ontem. Segundo uma policial, o indiciado se recusou a depor e disse que só falará em juízo. Ele foi liberado após o pagamento de R\$ 1.220 de fiança.

O acidente ocorreu por volta das 15 horas de ontem, no horário da troca de turno do colégio. O caminhão, um Mercedes de 6,5 toneladas que levava 51 de estas básicas, estava parado numa la-deira na Rua Professor Francisco Marques Oliveira, a 30 metros da escola, quando o freio falhou e desceu a rua de ré. Segundo o motorista, o veículo estava calçado e com o freio de mão puxado.

Dois vans que estavam estacionadas na escola estavam estacionadas. O caminhão bateu contra uma das vans, que se chocou com a outra. Ricardo, 6 anos, chegou à escola em um dos veículos. O menino foi atingido pelo caminhão e prensado contra a parede.

O corpo de Ricardo foi enterrado ontem às 16h30 no Cemitério Municipal de Campo Grande, na zona sul. A mãe e os irmãos, um menino de 7 anos e uma menina de 2, não foram à cerimônia. "Ela (mãe) está mal, à base de medicamentos", contou o pai de Ricardo, o músico e professor de música, de 46 anos. Ele acredita que o filho pressentiu que ia morrer. "Ele deu tchau para minha mulher da perna. Ele nunca faz isso", disse. As melhores recordações que tem do filho são as noites em que ele acordava no meio da noite e ia dormir entre ele e sua mulher na cama do casal. "É dureza."

'Amigos para sempre'

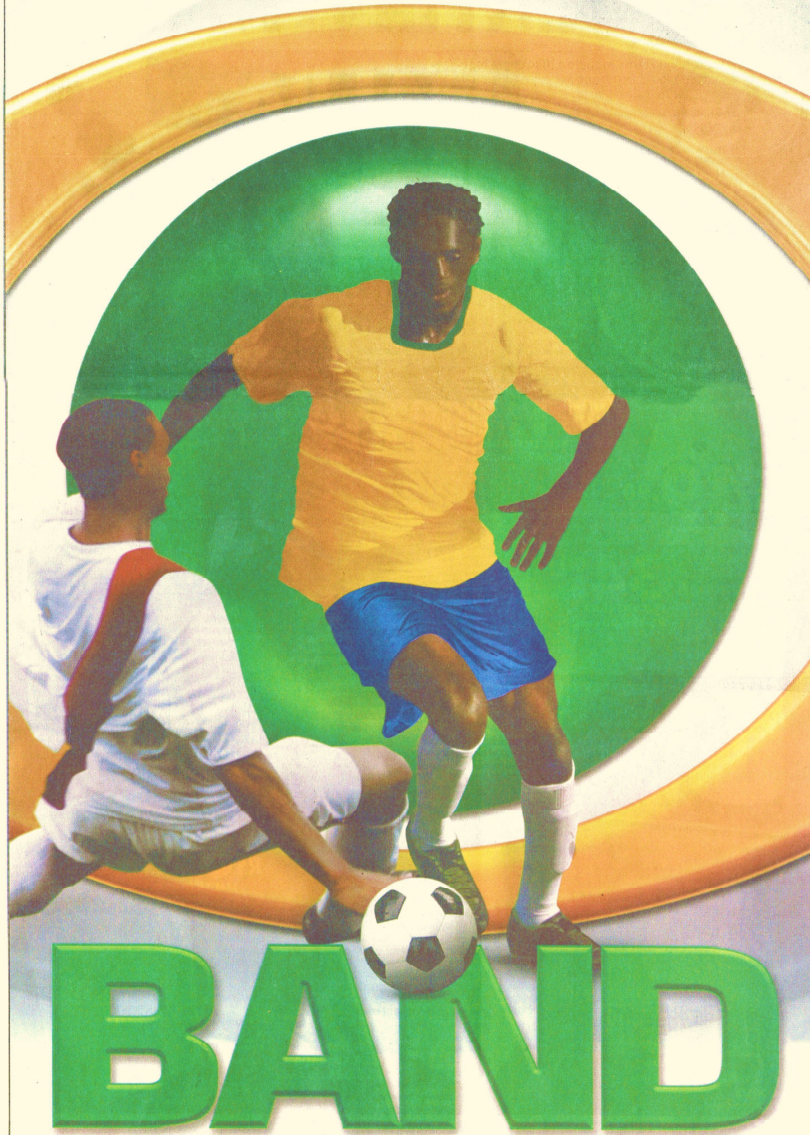
Para a família, Ricardo nasceu vencedor. Isso porque sua mãe foi atingida no pescoço por uma bala perdida em frente ao Hospital do Campo Limpo, na zona sul, há seis anos. "Foi assim que ela descobriu que estava grávida. Parece mentira que ele morreu", disse a madrinha do garoto Sheila Paulino Soares, de 53 anos.

Colegas de Ricardo e professores da escola onde ele estudava acompanharam o enterro. Vitória, de 7 anos, vizinha de Ricardo, era uma das que mais chorava. "Ele falava que nunca ia morrer, que seríamos melhores amigos para sempre e que ele sempre ia me proteger", recordou aos prantos. "Vou lembrar dele sempre como meu melhor amigo. Ele era muito legal", disse Vitória. **Daniela do Carmo, José Dacuasziçka, Luis Cattasini e Marcela Spínosa**

Monitora passa por cirurgias na cabeça e pescoço

Maria Helena dos Santos, de 57 anos, continua na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital das Clínicas, em estado grave. A monitora de uma das vans atingidas pelo caminhão na tarde de ontem tem passou por cirurgias na cabeça e na perna. As crianças feridas no acidente já receberam alta. O Hospital Grajaú recebeu seis crianças e todas foram liberadas no início da tarde de ontem. Para o Pronto-Socorro Maria Antonieta, foram levadas duas crianças, que também receberam alta.

NÃO DÁ PRA PERDER. ELIMINATÓRIAS 2009 BRASIL X PERU



HOJE 21H30
AO VIVO



Adriano, agora, só compra o indispensável



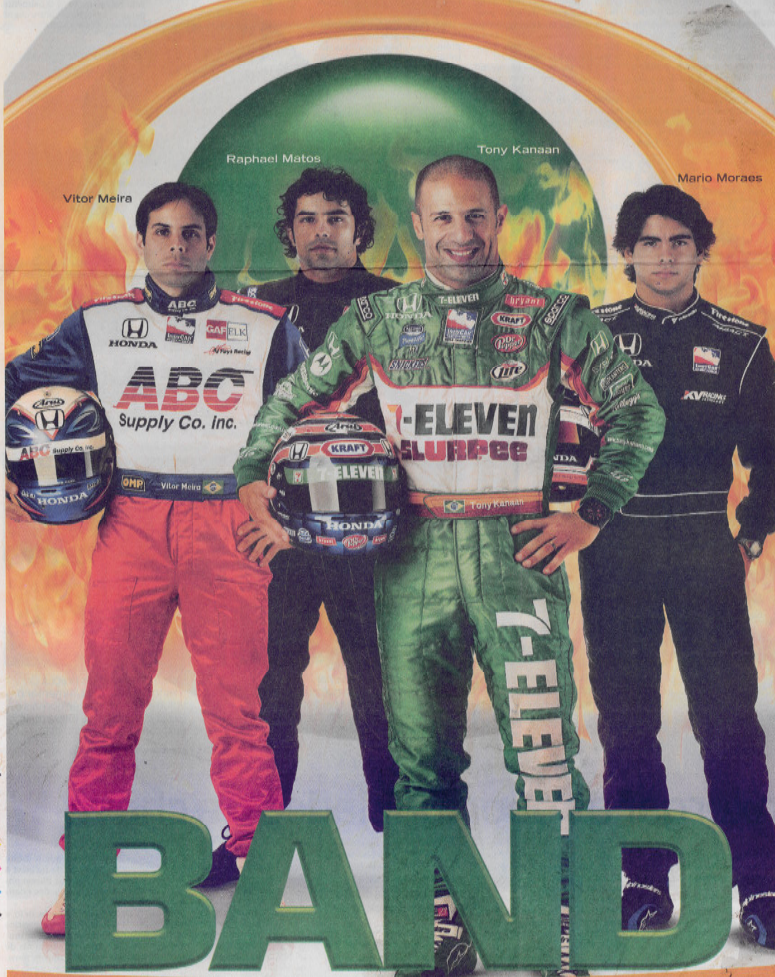
Efeito da crise

Em janeiro, 563 mil voltaram às classes D e E



OS BRASILEIROS CONTRA O MUNDO.

A INDY VAI PEGAR FOGO!



GP ST. PETERSBURG HOJE 19h30

Desemprego reduz renda e trabalhador precisa abrir mão de conquistas recentes no consumo

Como consequência da reversão na tendência de crescimento da classe média (incluindo a classe C, a classe média popular), uma marca do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em janeiro, 563 mil pessoas caíram da classe C para as D e E nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Até dezembro, apesar da crise, o crescimento da classe média estava relativamente preservado, segundo os cálculos de Marcelo Neri, diretor do centro de pesquisas sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A divisão de classes empregada por Neri usa a renda familiar total. A classe E tem rendimentos mensais de zero a R\$ 800; a classe D, de R\$ 800 a R\$ 1,1 mil; a classe C, de R\$ 1,1 mil a R\$ 4,4 mil; e as classes A e B de R\$ 4,4 mil em diante.

A participação das classes A e B no total da população das seis regiões metropolitanas da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) caiu de 15,4% para 15,3% entre setembro e dezembro. Já nas outras classes, a tendência foi mantida. A classe C, a maior de todas, seguiu sua rota de crescimento, indo de 55,2% para 55,8%. As classes D e E encolheram, respectivamente, 13,5% para 13,2%, e de 17,9% para 17,7%. "So em janeiro sou o alarde de que, na área social, a crise não era só uma manolinha, embora ainda não esteja caracterizado que seja um tsunami", diz Neri.

Os sinais de reversão vieram antes de janeiro, e o principal deles é o empagamento, que teve excelente desempenho desde 2004, impulsionado pelos efeitos no Brasil do crescimento global. Antecipando o encolhimento da classe média em janeiro, quase 800 mil empregos formais foram perdidos a partir de novembro.

Facço nas despesas
O desemprego vem abatendo uma parte da população que até pouco tempo atrás não sabia o que era fazer parte da classe média. Estes trabalhadores tomaram gosto pelos novos hábitos de consumo. Agora, sem salário, passam o facço nas despesas.

O metalúrgico Adriano da Silva Souza, 32 anos, foi demitido há um mês e sem o salário de R\$ 750, a família agora conta só com a renda da mulher, empregada doméstica, para manter as despesas da casa e do filho de 7 anos. "A primeira coisa que cortamos foi a perua que levava nosso filho para a escola. O celular virou pai de santo, só recebe chamada. E agora só compramos o indispensável".

Demitido pela Embraer em fevereiro, Luciano de Paula Nogueira Peixoto, 35 anos, de São José dos Campos, se define como um "filho da crise". O metalúrgico conta o que pôde. Deixou o cartão de crédito em casa e não dá cheque pré-datado. Mudou o plano de telefonia fixa e reduziu os créditos do celular dele e da mulher de R\$ 35 para R\$ 11 cada. Trocou o carro pelo transporte público. Só de combustível diminuiu a conta mensal em R\$ 100. A carne saiu das refeições diárias da família. Nem o filho de um ano e três meses, escapou. Os pacotes de fralda foram substituídos por mucas baratas. O gasto total de R\$ 1,8 mil por mês já baixou para R\$ 1,4 mil. "Minha meta é R\$ 1,2 mil." ¹

Leia amanhã
JT Empregos

Desemprego? Quem está preocupado com o desemprego? Com certeza, não quem tem um emprego público

EMPRESA SERVIDOR DE SUPPLY MONTE LEBRE S.A. - CNPJ: 07.040.908/0001-00 - R. S. 146-108-010-110 - 13.043-900 - SÃO PAULO - SP - CEP: 05408-000 - Fone: (11) 3061-1000 - www.supply.com.br

Aluguel

Ações de despejo sobem em SP

Em fevereiro, foram 1.741 pedidos na Justiça, um crescimento de 32,09% sobre o número registrado em janeiro

Deu Band outra vez:
no último domingo,
2º lugar de audiência no clássico
Corinthians x São Paulo
Futebol é na Band.

Fonte: IBOPE Media Workstation dados domiciliares Grande São Paulo. Arredondamento decimal segundo critério do instituto.

BAND

...E NESTE DOMINGO, MAIS EMOÇÃO! SEMIFINAL DO PAULISTÃO ÀS 15h30
SÃO PAULO X CORINTHIANS

LUCIELE VELLUTO
luciele.velluto@paulistao.com.br

O número de ações de despejo por falta de pagamento de aluguel votou a subir neste início de ano em São Paulo. Enquanto em janeiro foram 1.318 ações, no mês de fevereiro a Justiça recebeu 1.741 pedidos, um crescimento de 32,09% de acordo com o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP).

Essa é o maior nível de ações de despejo desde junho do ano passado. Desde então o número de ações tem caído.

De acordo com o presidente do conselho, José Augusto Viana Neto, a diferença entre os meses é resultado de um descontrole financeiro do inquilino. "Houve um comprometimento da renda da família com dívidas assumidas por causa do crédito fácil, estímulo ao consumo, além de impostos e gastos de início de ano, como matrícula das escolas. É um desajuste das finanças do consumidor que mora de aluguel", avalia.

No entanto, apesar da alta, Viana Neto acredita que o número de ações está dentro da média, mesmo sendo mais alto que o do mesmo mês do ano passado. "No fim a conclusão do despejo continua sendo pequena, pois não chega a 10% das ações", diz. Em média, entre a entrada na Justiça com o pedido de saída do imóvel e a saída de forma judicial dura seis meses.

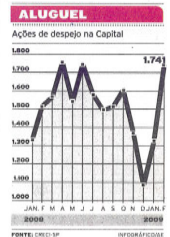
Na imobiliária Moratta, que atua em todas as regiões da capital, os casos de inadimplência estão controlados. "Tivemos apenas um caso relacionado com o demissão por causa da crise, mas o inquilino conseguiu um novo emprego e deve quitar a dívida em breve", comenta o proprietário Francisco Sáinz Trapaga.

Para o empresário do setor imobiliário, a crise econômica não atingiu o segmento de locação "Além disso, quanto se fala de locais mais centrais da cidade, principalmente próximo às estações de metrô, que sempre têm demanda e tudo o que entra aluga muito rápido. Não há quase imóveis de dois quartos", afirma.

Os casos de ação na Justiça por inadimplência em condomínios em fevereiro deste ano foram 899, 17,16% menor do que o verificado no mesmo período do ano passado, de acordo com a Associação das Administradoras de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo (Abic). O número de inadimplências está em queda desde agosto do ano passado, quando foi sancionada a lei estadual que permite a inclusão dos nomes dos condôminos que não pagam a cota mensa ou aluguel no cadastro de inadimplentes.

Controle
Para o professor de Economia da Teófilo Escola de Negócios, Alcides Leite, no caso de dívidas, o pagamento do aluguel se torna prioridade. "Janeiro e fevereiro precisam sempre ser lembrados como meses de maior despesa para o consumidor. Mas renegociar sempre é possível para não chegar na situação de despejo", diz.

A primeira recomendação de Leite no caso de descontrole é unir todas as dívidas adquiridas e em atraso e trocá-las por uma única conta. "O empréstimo pessoal de preferência o consignado, tem juros mais baixos do que cheque especial ou juros do rotativo de cartão de crédito. Esses dois só devem ser usados em último recurso", explica. ■



Texto 6

ENTREVISTA Suely Vilela, reitora da Universidade de São Paulo

'Reitoria é aberta ao dialogo'

Reitora da USP diz que grevistas e manifestantes não têm comprometimento com "valores" da Universidade



**A COPA DO MUNDO FIFA
JÁ ESTÁ FERVENDO!**

**ÁFRICA DO SUL X IRAQUE
BAND**

A BAND ESTÁ SEMPRE DENTRO DO JOGO.



**COPA DAS CONFEDERAÇÕES
JOGO DE ESTRÉIA**

DOMINGO 10h30 - AO VIVO

ASSISTA À RENATA FANI DE SEG. A SEX., NA HORA DO ALMOÇO. AO VIVO, NO 'JOGO ABERTO'.

**SIMONE IWASSO
EDUARDO NUNOMURA**

Após 37 dias do início da greve dos funcionários da Universidade de São Paulo (USP) que culminou com confronto entre a PM e estudantes dentro do câmpus, a reitora Suely Vilela concedeu a seguinte entrevista por E-mail:

Na manhã da noite de ontem, houve reunião de negociação em que estiveram presentes o chefe de gabinete, diretores de unidades e manifestantes. Por que a senhora não esteve presente? Em função de outras tratativas referentes ao confronto, deleguei ao vice-reitor e ao chefe de Gabinete a participação na reunião.

A sra. manteve ou está mantendo contato com o Palácio dos Bandeirantes a respeito da greve da USP? Qual é a orientação que a sra. obteve do governador José Serra nessa greve? Não foi necessário manter contato com o Palácio.

Tudo começou como uma briga sindical pelo reajuste salarial dos funcionários, que se somou à reintegração de um ex-funcionário. A situação ficou fora de controle? A que a sra. atribuiu o crescimento desses protestos? Há vinte anos, vivenciamos esse tipo de manifestação dentro da Universidade, sempre com um roteiro semelhante, a cada ano. Geralmente, essas mobilizações têm início com uma pauta imensa de reivindicações, que vão se alternando conforme os acontecimentos. Isso mostra que não há coesão desses grupos dentro dos mesmos temas, tampouco o real comprometimento deles com a missão e os valores da Universidade.

Quais as dificuldades em negociar com essas categorias, especificamente? Por que a sra. não retornou as negociações? A Reitoria sempre esteve aberta ao diálogo. Ressalto que, desde 2007, comissões específicas da Reitoria promovem reuniões para discussão de temas referentes às reivindicações desses grupos. Saliento que, no que se refere à pauta específica dos funcionários, já foram realizadas três reuniões este ano. Quanto à negociação de reajustes salariais, há a disposição do CRUESP em retomar as negociações.

CRONOLOGIA

- No dia 5 de maio, funcionários decretaram greve por 16% de reajuste salarial e mais R\$ 200, e a reintegração de sindicalista demitido Claudenor Brandão.
- Com pouca adesão, a paralisação foi ignorada pela reitora.
- No dia 25, houve desentendimento entre alunos, funcionários, professores e reitores.
- Dois dias depois, funcionários bloquearam a entrada do prédio e de outros seis edifícios do câmpus - liberados pela polícia em 1º de junho. Com a saída da polícia, houve novos bloqueios no dia seguinte e, com isso, o retorno do efetivo policial.
- Na terça-feira, novo confronto com bombas de gás e balas de borracha.

**Leia amanhã
Jornal do Carro**

Aceleramos quatro veículos que vão correr no Serfócs: uma moto, um quadriciclo, um picape e um caminhão.

DECLARAÇÃO À FRAGA
Sul America Investimentos FVM S.A. - CNPJ nº 07.200.000/0001-51 com sede em Rua Almeida, 13 - 2º andar - São Paulo, São Paulo, SP de qualidade de administração Sul America Explorer Fundo de Investimentos - Multiplataforma - CNPJ nº 07.200.000/0001-51 inscrita no Livro de Registro de Câmbio nº 1 do Registro de Câmbio nº 000000000000 - Suely Vilela - Reitora - e Marcelo Figueira Melo - Diretor - do Registro de Fomento Verde nº 000000000000.

De acordo com as postulações apresentadas pela semiótica social (Hodge & Kress, 1995; van Leeuwen & Kress, 1996; van Leeuwen, 1997; Kress, 1998; Kress et al, 2005; Kress & Jewitt, 2008), o uso da linguagem é orientado pelo contexto social em que discursos (práticas sociais) se desenvolvem. Nesse sentido, os participantes lançam mão de recursos semióticos culturalmente construídos que se encontram disponíveis para poderem representar, de acordo com suas cognições sociais, bem como com os convencionalismos e as coerções a que estão submetidos, as pessoas, os objetos e as situações aos quais fazem referência.

Um pressuposto aceitável dentro do escopo dessa vertente da ACD é o de que participantes do discurso midiático que detêm maior poder social podem escolher dentre uma gama de formas de representação que exijam graus variados de esforço para a sua interpretação. Assim, o autor de um texto produzido para circular em ambientes acadêmicos, por exemplo, pode escolher expressões que acredita serem relativamente transparentes para os seus leitores em perspectiva (alunos, professores), sem, no entanto, impedir que esses leitores se engajem no processo de construção dos possíveis sentidos a serem atribuídos aos significados. É possível verificarmos que nos diversos tipos de textos que circulam nos jornais impressos os graus de acessibilidade aos sentidos é variável: uma notícia parece exigir menor (embora grande) esforço interpretativo do que um editorial ou uma crônica, e maior do que uma propaganda ou um anúncio classificado.

Em sociedades marcadas pelo abuso de poder, no entanto, os níveis de transparência das mensagens expressas podem variar de acordo com objetivos ideológicos, pois é possível que o que se vise seja tanto ao impedimento total e / ou parcial da compreensão de um dado sentido quanto à criação de acessibilidade discursiva. No caso dos Textos 2, 3, 4, 5 e 6, verificam-se tanto tentativas de impedimento à compreensão de dados quanto tentativas de criação de acessibilidade discursiva.

No que se refere à composição multimodal desses textos, ou seja, a forma como os elementos representacionais (verbal e visual) se relacionam uns com os outros, verifica-se que o logo da emissora que promete transmitir os eventos esportivos anunciados está localizado na parte central de cada texto e parece fazer remissão tanto à bandeira brasileira, pelas cores verde e amarela, quanto a um olho humano, cujas íris e pálpebras seriam verde e amarelas, respectivamente.

Segundo Kress & van Leeuwen (1996), quando um elemento é colocado na parte central, um dos possíveis efeitos de sentido é o de que esse elemento deve ser interpretado como o núcleo informativo. Nesse sentido, os demais elementos da composição estão em posição de subserviência em relação a esse núcleo. Assim, a Band, representada como núcleo informativo, parece querer imprimir aos anúncios um caráter muito mais institucional, ou seja, de anúncios que serviriam, primeiramente, à tarefa de anunciar a própria empresa, do que de anúncios ditos publicitários, que buscariam anunciar produtos comerciáveis, nomeadamente os eventos esportivos em questão. Acreditamos que a Band se coloque como núcleo na sua própria propaganda pelo fato de estar em concorrência com outras emissoras de televisão, pois esse tipo de evento muitas vezes é transmitido por outros canais.

De acordo com as postulações de Kress & van Leeuwen (1996), o estabelecimento de um centro, ou núcleo informativo, faz com que os elementos que se encontram ao seu redor sejam, por conseguinte, estabelecidos como margens. Os elementos marginais podem se localizar à esquerda, à direita, acima ou abaixo do núcleo e, em relação a essas margens, o núcleo serve como elemento de mediação. Nos cinco textos analisados, não é verificada a presença de margens à esquerda ou à direita do núcleo. Verifica-se, sim, a presença de relações do tipo parte superior (Ideal) e parte inferior (Real), em relação ao núcleo.

Na parte superior, nos Textos 2, 3, 4 e 6, encontram-se enunciados que se referem diretamente aos eventos anunciados:

Texto 2

HOJE O DIA É VERDE E AMARELO

Texto 3

NÃO DÁ PRA PERDER. ELIMINATÓRIAS 2009 BRASIL X PERU

Texto 4

OS BRASILEIROS CONTRA O MUNDO. A INDY VAI PEGAR FOGO!

Texto 6

A COPA DO MUNDO FIFA JÁ ESTÁ FERVENDO

Ainda, na parte superior no Texto 5, o que se verifica é que o que se anuncia ali é a própria empresa e seus índices de audiência, embora sejam feitas referências a um evento esportivo previamente realizado.

Texto 5

Deu Band outra vez:
no último domingo,
2º lugar de audiência no clássico
Corinthians X São Paulo
Futebol é na Band.

Fonte: IBOPE Media Workstation dados domiciliares Grande São Paulo.
Arredondamento decimal segundo critério do Instituto.

Na parte inferior de todos os textos, impresso na cor verde e em tamanho significativamente maior do que os demais elementos verbais da composição, localiza-se o nome da emissora. E, com exceção do Texto 6, imediatamente abaixo do nome da emissora, encontram-se informações sobre datas e horários e / ou local dos eventos anunciados. No texto 6, verifica-se imediatamente acima do nome da emissora, o enunciado: “África do Sul X Iraque” e abaixo: “A Band está sempre dentro do jogo.”

É possível inferirmos que a mediação que a Band realiza busca superar o sentido de contraste e oposição entre a parte superior, ou seja, o Ideal ou promessa (com exceção do texto 6) feita pelo anúncio: eventos esportivos serão levados ao ar, e a parte inferior, o Real, isto é, aqui está a empresa que se compromete a levar ao ar os eventos esportivos anunciados. Ainda no Texto 6, abaixo das informações sobre a data e o horário em que o evento anunciado será levado ao ar, há também informações quanto a outro produto da Band: o programa, supomos, apresentado por Renata Fan.

Tendo sido verificada a relação que a empresa Band estabelece com os seus produtos, problematizamos a seguir os processos de representação dos atores sociais verificados nos Textos 2, 3, 4, 5 e 6.

3.2.1 Representação dos Atores Sociais

Nos Textos 2, 3, 4, 5 e 6 foi verificada a representação de 11 atores sociais. Lembramos que a Band, representada em todos os textos pelos mesmos processos, é computada uma única vez. Uma vez que os pilotos de corrida de automóvel são representados como membros de grupo, e os times, como parceiros em partidas de futebol, entendemos que esses pilotos, em seu conjunto, podem compor um único ator social e cada dupla de times de futebol, parceiros na mesma partida, pode compor, igualmente, um ator social, conforme ilustrado no quadro abaixo.

Quadro 4 – dos Atores Sociais representados nos Textos 2, 3, 4, 5 e 6

<p>Subquadro 4.1 – dos Atores Sociais representados no Texto 2</p> <ol style="list-style-type: none">1. Band2. Seleção Equatoriana de Futebol ↔ Seleção Brasileira de Futebol
<p>Subquadro 4.2 – dos Atores Sociais representados no Texto 3</p> <ol style="list-style-type: none">3. Band4. Seleção Brasileira de Futebol ↔ Seleção Peruana de Futebol
<p>Subquadro 4.3 – dos Atores Sociais representados no Texto 4</p> <ol style="list-style-type: none">5. Band6. a Indy7. Victor Meira ↔ Raphael Matos ↔ Tony Kanaan ↔ Mario Moraes8. os Brasileiros ↔ o Mundo
<p>Subquadro 4.4 – dos Atores Sociais representados no Texto 5</p> <ol style="list-style-type: none">9. Band10. São Paulo Futebol Clube ↔ Esporte Clube Corinthians
<p>Subquadro 4.5 – dos Atores Sociais representados no Texto 6</p> <ol style="list-style-type: none">11. Band12. Seleção Sul Africana de Futebol ↔ Seleção Iraquiana de Futebol13. Fifa14. Renata Fan15. Jogadores Brasileiros de Futebol

A seguir, passamos à análise das estratégias empregadas para a distribuição de papéis para esses atores e para as suas representações.

Verificamos a representação por Nomeação (identidade única) de seis atores sociais, a saber: Band; a Indy; Fifa; São Paulo Futebol Clube↔Esporte Clube Corinthians; Victor Meira↔Raphael Matos↔Tony Kanaan↔Mario Moraes; e Renata Fan. No caso dos três primeiros, trata-se de grupos empresariais formados por atores que atuam de acordo com os estatutos específicos de cada empresa. No caso dos dois últimos, trata-se de pessoas, propriamente ditas.

No conjunto dos quatro textos, o ator São Paulo Futebol Clube↔Esporte Clube Corinthians é o único formado por dois times parceiros a ser representado por Nomeação. Os demais atores: Seleção Brasileira de Futebol↔Seleção Peruana de Futebol; Seleção Equatoriana de Futebol↔Seleção Brasileira de Futebol; Seleção Sul Africana de Futebol↔Seleção Iraquiana de Futebol; e Jogadores Brasileiros de Futebol são representados por Impersonalização por especialização, pois são mencionados por referência aos seus respectivos países.

O ator social os Brasileiros↔o Mundo é também representado por Associação, pois, de um lado, há os brasileiros (grupo formado por atores sociais referidos especificamente) e, de outro lado, o mundo (grupo de atores sociais referido genericamente – não se especificam as nacionalidades desses atores).

Entendemos que todos os atores sociais verificados no conjunto dos quatro textos são representados por Funcionalização: (1) a Band, por transmitir as partidas de futebol e a corrida de Fórmula Indy; (2) a Indy, por promover a corrida de automóveis; (3) os atores Seleção Brasileira de Futebol↔Seleção Peruana de Futebol, Seleção Equatoriana de Futebol↔Seleção Brasileira de Futebol, Seleção Sul Africana de Futebol↔Seleção Iraquiana de Futebol e Jogadores Brasileiros de Futebol, por jogarem futebol, (4) Victor Meira↔Raphael Matos↔Tony Kanaan↔Mario Moraes, por pilotarem os carros nas corridas; e (5) Renata Fan, por apresentar um programa de comentários sobre partidas de futebol. Todos eles são mencionados por referência às suas respectivas atividades.

Uma vez verificados os processos de representação dos atores sociais nos Textos 2, 3, 4, 5 e 6, passamos à análise da composição multimodal desses textos.

3.2.2 Institucionalização do Negro no Texto

Até o momento, verificamos que os recursos linguísticos empregados para a representação de negros e brancos, em relação ao núcleo informativo Band, foram, aparentemente, os mesmos. A partir de agora, analisamos um número de aspectos da composição multimodal que nos permite verificar os distintos tratamentos dados à representação de negros e brancos no conjunto dos quatro textos.

Os atores sociais Seleção Equatoriana de Futebol↔Seleção Brasileira de Futebol (Texto 2), Seleção Brasileira de Futebol↔Seleção Peruana de Futebol (Texto 3) e São Paulo Futebol Clube↔Esporte Clube Corinthians (Texto 5) são retratados por imagens criadas por computador. Essas imagens ilustram figuras que representam pessoas negras. O ator social Victor Meira↔Raphael Matos↔Tony Kanaan↔Mario Moraes (Texto 4), Renata Fan e Jogadores Brasileiros de Futebol (Texto 6) são retratados por fotografias. Essas imagens ilustram figuras que representam pessoas brancas.

As figuras que representam jogadores brasileiros vestem uniformes tradicionalmente usados pela Seleção Brasileira de Futebol – verde e azul (Textos 2 e 3), azul e amarelo (Texto 6) – e pelos times paulistas Esporte Clube Corinthians e São Paulo Futebol Clube. Também no Texto 2, a figura que representa a Seleção Peruana de Futebol veste um uniforme em cores oficiais do Peru – branco e vermelho. De maneira semelhante, os pilotos de carros de corrida vestem uniformes típicos das escuderias que representam respectivamente.

Essa figuração, quer nos parecer, confirma a nossa suposição de que esses atores são representados por Funcionalização, pois é graças à interpretação dos uniformes que vestem que se torna possível a inferência da atividade (jogadores e pilotos) que exercem na sociedade.

É de se notar que, com exceção da figura criada por computador que representa um jogador da Seleção Peruana de Futebol (Texto 3), as figuras que representam jogadores da Seleção Brasileira (Textos 2 e 3) e do time Esporte Clube Corinthians (Texto 5) são as mesmas.

Nos Textos 4 e 6, os recursos empregados na figuração dos atores diferem significativamente dos demais. Nesses textos, verificamos que as imagens das

peças são figuradas por fotografias. No Texto 4, além da fotografia, há também uma espécie de legenda para cada pessoa fotografada: o nome próprio de cada uma delas, posicionado logo acima da cabeça. No Texto 6, a verificação da representação do ator Jogadores Brasileiros de Futebol é possibilitada pela interpretação das cores do uniforme que as pessoas fotografadas vestem, azul e amarelo – outro conjunto de cores oficiais dos uniformes da Seleção Brasileira de Futebol.

Ainda no Texto 6, o ator Renata Fan, localizado na margem direita do texto, está, da mesma forma que o ator Jogadores Brasileiros de Futebol, com a mão direita posicionada na altura do peito, à moda do que costumeiramente se faz durante audição solene do Hino Nacional Brasileiro, no início de partidas de futebol ou de outros esportes.

Sabe-se que o uso de imagens de pessoas para fins publicitários é regulamentado por legislações específicas e bastante claras: a pessoa que tiver a sua imagem exposta em uma propaganda deverá conceder, documentalmente, o direito de uso público dessa imagem. No caso da própria pessoa não ser a proprietária dessa imagem (fotografia, retrato, pintura), a concessão do direito de uso será realizado pelo proprietário da foto, do retrato ou da pintura. Em muitos casos, a cessão de uso de imagens é realizada mediante o pagamento de uma dada quantia por parte do beneficiado.

No que se refere aos textos analisados, é possível que algumas das fotografias pertençam ao arquivo da própria anunciante (Band). Como exemplo disso, citamos as fotos dos Textos 4 e 6, que figuram os atores Victor Meira↔Raphael Matos↔Tony Kanaan↔Mario Moraes e Renata Fan / Jogadores Brasileiros de Futebol, respectivamente. Entendemos que essas pessoas posam de modelos nas fotografias que apresentam as suas figuras e que, em algum momento, cederam o direito de uso de suas imagens para a Band.

Dessas pessoas que são fotografadas, verificamos que os pilotos de corridas, relacionados a um esporte que nos nossos marcos de cognição social é praticado por pessoas de alto poder aquisitivo, além da apresentadora Renata Fan, são também representados por Nomeação (nome próprio). O ator Jogadores Brasileiros de Futebol é representado por Funcionalização (atividade que exerce na sociedade), pois se relaciona a um esporte que nos nossos marcos de cognição social é

praticado majoritariamente por pessoas de baixo poder aquisitivo.

Se for considerado o fato de que, nos marcos de cognição social de uma significativa parcela da população brasileira, o futebol é uma instituição brasileira, podemos supor que os elementos semióticos empregados para representar os atores associados a esse esporte também possuam potencialidades para representar esses atores como igualmente institucionalizados.

Uma vez que seja pertinente a pressuposição de que os frames conceituais de corridas de automóveis estejam armazenados em nossa Memória de Longo Prazo como atividades esportivas nas quais tomam parte, tanto como pilotos quanto como expectadores, pessoas que possuem alto poder aquisitivo e que, em outro conjunto de marcos de cognição social, as pessoas que possuem maior poder aquisitivo são brancas, também será pertinente a pressuposição de que os frames conceituais de partida de futebol estejam armazenados na mesma Memória como sendo atividades esportivas nas quais participam majoritariamente pessoas de baixa instrução, baixo poder aquisitivo e, por conseguinte (também de acordo com marcos de cognição social), negras.

No Texto 6, no entanto, é possível verificarmos que o frame conceptual pressuposto para partida de futebol pôde ser questionado, já que os jogadores representados visualmente ao lado do ator Renata Fan são brancos.

De maneira semelhante aos jogadores de futebol representados nos Textos 2, 3 e 5, os jogadores do Texto 6, ainda que figurados por fotografia, não são representados por Nomeação, como ocorre com o ator Renata Fan, no mesmo texto, e os pilotos de carros de corrida, no Texto 4.

Segundo van Leeuwen (1997), a Nomeação, além de atribuir identidade única à pessoa representada, a considera como um indivíduo que se destaca dos grupos.

Em seus inícios no Brasil, o futebol era praticado pelas classes dominantes. Os membros de grupos de baixo poder aquisitivo passaram a compor oficialmente os times quando proprietários de algumas fábricas, principalmente de tecido, começaram a utilizar seus funcionários como jogadores de seus clubes. A aceitação de operários, em sua maioria negros analfabetos, causou muitas manifestações de descontentamento e repúdio por parte das famílias ricas tradicionais, que, paulatinamente, foram se opondo à participação de seus filhos. Com a saída ruidosa

desses, que eram massivamente brancos, o número de negros aumentou significativamente (Rosenfeld, 2007), fazendo com que, até os dias de hoje, esse esporte seja visto no Brasil, como aquele para o qual os negros são *naturalmente* inclinados. Acredita-se que até recentemente, jogar futebol era uma das poucas possibilidades de ascensão social para os negros brasileiros.

Entendemos que na mesma medida em que o futebol foi adquirindo o *status* de patrimônio nacional, o que faz com que seja visto como uma instituição brasileira, os jogadores de futebol negros também o foram.

Nesse sentido, o emprego de figuras criadas por computador para representar os jogadores negros pode ter sido motivada, além dos aspectos financeiros aludidos anteriormente, pela consideração de que, num processo de prototipificação do jogador de futebol brasileiro, a figura do negro daria conta de exemplificar o membro mais típico desse grupo. Sabe-se que esse protótipo tem-se fortalecido ao longo do tempo, a ponto de orientar um número de práticas de discriminação racial que têm como alvo brancos que se dedicam, profissionalmente, a esse esporte.

No Texto 6, os jogadores posicionados (fotografados) ao lado de Renata Fan são brancos. Se comparados ao tratamento dedicado à representação dos outros atores representados nos Textos 4 e 6 (pessoas igualmente brancas), é possível se verificar que se trata de pessoas ligadas à corrida de automóveis e a um programa de comentários sobre futebol, e não partidas de futebol, propriamente ditas.

Conforme anteriormente explicitado, o ator Jogadores Brasileiros de Futebol (Texto 6) é o único ator branco representado somente por Funcionalização (menção à atividade que exerce), e não por Nomeação (Identidade única). Nesse aspecto, a representação desse ator se assemelha mais à dos atores negros, cujas imagens são criadas por computador (Textos 2, 3 e 5). Acrescente-se que, por um lado, esse ator é fotografado, assim como os demais atores brancos representados no conjunto dos textos, por outro lado, ele não é tratado como um indivíduo, mas sim como grupo, o que caracteriza a representação por Assimilação, na qual, os atores sociais, que geralmente são provenientes de classes dominadas, são destituídos de traços que os individualizam e revestidos de outros que os agrupam (van Leeuwen, 1997). O grupo que assimila esses atores é o grupo dos jogadores brasileiros de futebol.

Representadas como um grupo de jogadores brasileiros de futebol, as

peessoas brancas ao lado de Renata Fan, no Texto 6, são fotografadas. Os demais membros do mesmo grupo, nos Textos 2, 3 e 5 (imagens de supostas pessoas negras) são representadas por Impersonalização, ou seja, são referidos por meio de recursos visuais que, embora busquem *imitar* traços humanos, não carregam a mesma materialidade semiótica que uma fotografia para *ilustrar* uma pessoa real. Constatamos que, como já supusemos, as figuras criadas por computador não servem ao objetivo de representar pessoas reais, mas sim um possível protótipo do jogador brasileiro de futebol institucionalizado pela tradição. Nesse sentido, jogadores brancos e negros são tratados de maneiras distintas, pois o critério que os une na representação por Funcionalização parece ser o compartilhamento da mesma atividade, mas não do mesmo *status* social.

Acreditamos que o ator Jogadores Brasileiros de Futebol pode ter sido representado visualmente pelo uso de uma fotografia pelo fato de estar acompanhado do ator Renata Fan, que é fotografado. Isso, supomos, pode ser visto como o resultado de uma espécie de *contaminação* provocada por preferências de natureza estética, pois, como Renata Fan é branca e fotografada, é possível que a escolha mais *natural* tenha sido realizar a composição da fotografia com outras pessoas brancas.

O fato de serem brancas, no entanto, não imprime às pessoas que representam jogadores brasileiros a necessidade de serem representadas por Nomeação. O que prevalece, quer nos parecer, é o fato de estarem associadas ao futebol e, no somatório final, a pessoas negras, as quais não precisam ser identificadas, pois, no futebol, o negro seria uma instituição brasileira.

A seguir, damos sequência à análise dos Textos 7, 8, 9 e 10.

3.3 Análise dos Textos 7, 8, 9, 10

Os próximos segmentos configuram a macrocategoria Resumo proposta por van Dijk (1990), para a análise do texto de notícia. Em um número significativo de jornais brasileiros, o resumo compreende a manchete, as fotografias e legendas respectivas, a linha-fina e o lead, que é o primeiro parágrafo do texto em si. Esses

segmentos são partes integrantes da composição multimodal de quatro textos de notícia publicados nas páginas B1, B3, B4 e B5, do caderno Dinheiro, da edição de 31 de agosto de 2008, no jornal Folha de S. Paulo. Trata-se de seis fotografias e respectivas legendas e, no caso do Texto 7, também das respectivas manchete e linha fina. As pessoas fotografadas são mulheres que teriam concedido algumas das entrevistas que possibilitaram a redação da notícia. Esta, por sua vez, relata um número de acontecimentos acerca de discussões relativas à equiparação, ou não, dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas aos de outros trabalhadores brasileiros⁵⁴.

Os textos são analisados subsequentemente.

3.3.1 Representação dos Atores Sociais

No conjunto dos textos, foram verificadas as representações de sete⁵⁵ atores sociais, conforme ilustrado abaixo.

Quadro 5 – dos Atores Sociais Representados nos Textos 7, 8, 9 e 10

Subquadro 5.1 – dos Atores Sociais representados no Texto 7
1. Margareth Galvão Carbinato 2. Maria Gorette
Subquadro 5.2 – dos Atores Sociais representados no Texto 8
3. Emerenciana Oliveira 4. Margareth Galvão Carbinato
Subquadro 5.3 – dos Atores Sociais representados no Texto 9
5. Maria Lúcia Leite Ribeiro 6. Sonia Moraes Pereira
Subquadro 5.4 – dos Atores Sociais representados no texto 10
7. Maria Gorette 8. Erinei de Souza 9. Maristela de Aguiar

Todos os atores são representados por Nomeação e Funcionalização. Maria

⁵⁴ Os referidos textos de notícia se encontram, na íntegra, na seção denominada Anexos desta dissertação.

⁵⁵ Margareth Galvão Carbinato e Maria Gorette são computadas apenas uma vez.

Gorette, Emerenciana Oliveira, Sonia Moraes Pereira, Erinei de Souza e Maristela de Aguiar são representadas como empregadas domésticas. Margareth Galvão Carbinato e Maria Lúcia Leite Ribeiro, como patroas. As empregadas domésticas são negras ou miscigenadas; uma das patroas é branca e a outra, miscigenada.

Assim, os atores são representados por Nomeação e por Funcionalização. Isso pode querer indicar que o que está em questão não é, necessariamente, a presença individualizada de cada uma delas na estruturação temática da notícia, mas o seu posicionamento no estabelecimento de possíveis polaridades entre empregadas domésticas e patroas.

Essa polaridade parece se efetivar como resultado da composição multimodal, que verificamos a seguir.

Texto 7



Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2008, Caderno: Dinheiro, p B1

Nesse texto verificamos que o que se coloca como núcleo informativo são as fotografias dos dois atores sociais: Margareth Galvão Carbinato e Maria Gorette. Nas margens, vê-se um número de elementos que funcionam como uma espécie de moldura para o núcleo / fotografias. Por esse motivo, diremos que as legendas das fotografias estão localizadas em suas margens laterais externas. Acima do núcleo, há informações quanto ao caderno em que a notícia está inserida: o caderno Dinheiro e, na mesma região, verificam-se menções a outras temáticas relacionadas a assuntos financeiros. Abaixo do núcleo, está localizada a manchete: “Sem discriminar domésticas, custo dobra” e, logo abaixo dela, a linha fina: “Maior

categoria do país, com 6,8 milhões de trabalhadores, pode ter jornada de trabalho por lei, hora extra e FGTS obrigatório”.

À esquerda do núcleo, está a legenda da fotografia de Margareth Galvão Carbinato, com os seguintes enunciados:

“Muitas vezes a patroa nem está em casa para ver o quanto a empregada trabalhou, se ficou lendo revista ou assistindo à televisão (...) Se saio para trabalhar, como vou saber se minha empregada trabalhou?”

Margareth Galvão Carbinato, Presidente do Sindicato dos Empregadores Doméstico do Estado de SP

à direita, está a legenda da fotografia de Maria Gorette, na qual se lê:

“Em uma situação, dei uma opinião e o patrão disse: ‘Você entende de faxina, e eu de gente’

Pedi muitas vezes para ser registrada, mas eles não quiseram. Tenho 10 mil para receber.”

Maria Gorette, doméstica, que processa antigos patrões

Uma vez que o valor informacional dos elementos composicionais pode variar de acordo com o local em que esses elementos são posicionados no texto, entendemos que o conjunto de elementos sobre informações financeiras localizado na parte superior do Texto 7 adquire o *status* de Ideal, ou seja, caracteriza uma promessa feita ao leitor, pois nessa região é comum se imprimir apelo emocional às informações, a fim de se criarem expectativas quanto à leitura que se anuncia: o que se faz é prometer que o leitor receberá informações sobre dinheiro / finanças.

Na parte inferior, abaixo do núcleo, as informações são apresentadas de maneira mais prática e objetiva: trata-se de imprimir características de Real a elas: a manchete explícita que aquele texto tratará do ônus financeiro que a equiparação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas aos direitos de outros trabalhadores poderá trazer para a sociedade / empregadores (Kress & van Leeuwen, 1996).

Entendemos que as fotografias dos Textos 7, localizadas à esquerda e à direita uma da outra, bem como suas respectivas legendas, mantêm entre si relações de oposição. De maneira semelhante, as fotografias e legendas dos Textos 8 e 9 mantêm o mesmo tipo de relação.

Texto 8



Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2008, Caderno: Dinheiro, p B3

Texto 9



Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2008, Caderno: Dinheiro, p B4

As figuras dos atores sociais Margareth Galvão Carbinato, presidente do sindicato dos empregadores domésticos do estado de São Paulo (Texto 7), Emerenciana Oliveira, representante do sindicato das empregadas domésticas (Texto 8) e Sonia Morais Pereira, empregada doméstica (Texto 9) estão posicionadas do lado esquerdo das fotografias. Os atores Maria Gorette, empregada doméstica que processa patrões (Texto 7), Margareth Galvão Carbinato, desta vez,

representante do sindicato de empregadores (Texto 8) e Maria Lúcia Leite Ribeiro, patroa (Texto 9) têm suas figuras localizadas no lado direito das referidas fotografias. Nos três textos, verificamos que as relações entre as fotografias e legendas se efetivam por oposição direta (esquerda↔direita), sem a mediação de um núcleo.

Segundo Kress & van Leeuwen (1996), essa localização horizontal (esquerda→direita) de dois atores no espaço delimitado pelas bordas de fotografias sugere que aqueles que se encontram à esquerda estejam estabelecidos como vetores, ou segmentos de reta orientados, que buscam direcionar o olhar para os atores à direita, uma vez que estes devem ser interpretados como os que carregam em si a informação-chave, de maior relevância. É, aos atores Maria Gorette, empregada doméstica (Texto 7), Margareth Galvão Carbinato, representante do sindicato dos empregadores (Texto 8) e Maria Lúcia Leite Ribeiro, patroa (Texto 9), que o leitor deve dedicar sua especial atenção.

A partir das postulações desses autores, entendemos que os atores sociais posicionados à esquerda: Margareth Galvão Carbinato (Texto 7), Emerenciana Oliveira (Texto 8) e Sonia Morais Pereira (Texto 9) são apresentados como *Dados*, ou seja, representados como atores sociais que exercem atividades com as quais o leitor já estaria familiarizado e, que por esse motivo, não provocariam polêmica.

Em oposição a isso, estão os atores localizados à direita: Maria Gorette, empregada doméstica que processa patrões (Texto 7), Margareth Galvão Carbinato, representante do sindicato dos empregadores (Texto 8) e Maria Lúcia Leite Ribeiro, patroa (Texto 9): esses atores são apresentados como *Novo*, ou seja, atores que exercem atividades com as quais o leitor ainda não se encontra totalmente familiarizado e que, por esse motivo, podem provocar polêmica e contestação. Kress & van Leeuwen (1996) apontam que essas postulações não são aplicáveis a todos os tipos de composição multimodal. No que se refere aos textos analisados nesta dissertação, verificamos, entretanto, a sua pertinência e, a seguir, a justificamos.

Não verificamos marcadores precisos de que as polarizações entre empregadas domésticas e patroas, no conjunto dos três textos, sejam estabelecidas pela relação horizontalizada das figuras de um grupo e de outro. Como já dissemos, os atores sociais que figuram à esquerda: Margareth Galvão Carbinato (Texto 7), Emerenciana Oliveira (Texto 8) e Sonia Morais Pereira (Texto 9) são,

respectivamente, presidente do sindicato dos empregadores domésticos, representante do sindicato de empregadas domésticas e empregada doméstica. Essa espacialização, quer nos parecer, agrupa esses atores como *Dado*. Os atores sociais figurados à direita: Maria Gorette, empregada doméstica que processa patrões (Texto 7), Margareth Galvão Carbinato, representante de sindicato de patrões (Texto 8) e Maria Lúcia Leite Ribeiro, patroa (Texto 9) são agrupados como *Novo*.

Uma vez que a representação por Funcionalização (menção à atividade exercida) não possa ser apontada como único fator responsável por possíveis polarizações entre empregadas domésticas e patroas, é possível que essa polarização esteja sendo realizada pela interação entre elementos verbais (legendas), por um lado, os quais dariam conta de representar os atores como pertencentes aos dois grupos distintos e opostos, e, por outro, elementos visuais (fotografias), que tratariam de representar esses atores por Identificação física / classificação (menção à cor da pele / pertencimento racial). Nesse sentido, o critério para o agrupamento como *Dado* ou *Novo* seria o somatório da associação entre atividade exercida e cor da pele / pertencimento racial de cada um desses atores.

Margareth Galvão Carbinato, à esquerda, é branca e presidente do sindicato dos patrões. Seu opositor, na foto à direita, é o ator Maria Gorette, empregada doméstica negra, que processa patrões (Texto 7). O primeiro ator é apresentado como *Dado*, pois nos marcos de cognição social de uma parcela significativa da população brasileira, os patrões representantes destes são naturalmente brancos, não havendo aí nada que se contestar. O segundo ator é apresentado como *Novo*, pois a empregada doméstica, representada como negra, de acordo com certos marcos de cognição social, está processando os seus antigos patrões. Essa ação, realizada por uma empregada doméstica negra, nos parece, é sugerida como altamente polêmica e contestável.

No Texto 8, a apresentação das figuras é distinta: o ator Margareth Galvão Carbinato, desta vez representante – e não especificamente presidente – do sindicato dos patrões, está à direita do ator Emerenciana Oliveira, representante do sindicato das empregadas domésticas. Nesse texto, inferimos que pelo fato dos dois serem representados por Funcionalização (ambos são membros de sindicatos), suas figuras são usadas para representar atores que, de certa forma, podem se alocados lado-a-lado, uma vez que ambos são representantes de grupos que exercem atividades que,

respeitadas as assimetrias entre os níveis de poder social de um sindicato e de outro, possuem similaridades.

O Texto 9, único em que empregada doméstica e patroa são figuradas na mesma fotografia, possui uma composição diferenciada dos demais. A representação de Maria Lúcia Leite Ribeiro como patroa é considerada como *Dado*, uma vez que seu nome e menções a sua atividade aparecem no lado esquerdo da legenda. Entretanto, esse mesmo ator é apresentado como *Novo*, pois a sua figura está localizada no lado direito da fotografia. De maneira semelhante, o ator Sonia Morais Pereira é apresentado, na legenda, como *Novo*, pois seu nome e referências a sua atividade estão localizadas à direita, porém, na fotografia, sua figura está à esquerda, o que significa que é apresentado como *Dado*.

É de se notar que ambas as mulheres fotografadas possuem características físicas que permitem a inferência de que pertençam ao grupo racial denominado miscigenado. Nesse sentido, o revezamento na condição de *Dado* e *Novo* sugere que, por se tratar de mulheres com essa característica racial, ambos os atores possuam potencialidades para serem representados tanto como empregados quanto como patrões, pois em certos marcos de cognição social, é essa miscigenação o símbolo mais poderoso da suposta democracia racial brasileira: no Brasil, as pessoas se *misturam*. No entanto, parece-nos que essa não é a única possibilidade de leitura que esse revezamento permite.

Ao representar o ator Maria Lúcia Leite Ribeiro como patroa, o redator da notícia pode ter se defrontado com conflitos de valores e crenças. Ao mesmo tempo em que esse ator parece possuir potencialidades que lhe permitem ser representado legitimamente como patroa e, portanto, considerado como *Dado*, essa legitimidade parece ser questionada na medida em que a figura de Maria Lúcia Leite Ribeiro é localizada à direita da fotografia, configurando um elemento tido como *Novo* e, portanto, controverso e questionável. Uma inferência que se pode fazer desse aparente conflito, é a suposição de que, num processo de polarização entre empregadas domésticas e patroas, o estabelecimento de uma mulher miscigenada como patroa pode ser visto como fator gerador de polêmicas, tanto no que se refere aos possíveis marcos de cognição do redator quanto aos do leitor. Movimento semelhante se observa para o ator Sonia Morais Pereira: por pertencer ao grupo racial denominado miscigenado, a sua representação como empregada doméstica, como já

se disse, lhe conferiria potencialidades para ser apresentada tanto como *Dado* quanto como *Novo*, porém, o desencontro entre a apresentação realizada na fotografia (*Dado*) e na legenda (*Novo*) pode ter sido provocado pela consideração de que empregadas domésticas são negras, suposição que o próximo texto parece corroborar.

Texto 10



Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2008, Caderno: Dinheiro, p B5

Nas oito fotografias e respectivas legendas, todas as imagens usadas para a representação de empregadas domésticas são figuras de mulheres negras ou miscigenadas. Das duas imagens que representam patroas, uma é a figura de uma mulher branca e a outra, de uma mulher tida como miscigenada, sendo que a legitimidade desta última parece ter sido questionada.

Mesmo sendo de fácil verificação o fato de que, na atualidade, o trabalho doméstico profissional tem sido realizado por pessoas provenientes de diversos grupos raciais e que a Organização Internacional do Trabalho estime que, no Brasil, os números de mulheres negras e não-negras estejam praticamente equiparados⁵⁶, o movimento seguido pelo redator foi o de considerar que as fotografias de mulheres negras (ou miscigenadas) serviriam, naturalmente para dar faces reais à classe de trabalhadores denominados empregados domésticos que, não por acaso, como se verá, são os trabalhadores brasileiros que mantêm, até os dias de hoje, interfaces com os escravos.

⁵⁶ Fonte: OIT

3.3.2 A representação do Negro do Passado sobre o Negro Atual

Uma vez que no Brasil a escravidão foi abolida em 1888, era de se esperar que o trabalho escravo, paralelamente, tivesse sido encerrado. No entanto, os empregados domésticos ou, mais especificamente, as empregadas domésticas, têm realizado sua atividade profissional, como marcas de possíveis espectros daquele sistema de produção, em moldes que remetem à forma como os negros escravos trabalhavam.

Inseridos no caderno Dinheiro, da edição de 31 de agosto de 2008, do jornal Folha de S. Paulo, os Textos 7, 8, 9 e 10 têm os seus resumos temáticos estruturados em torno de discussões sobre a equiparação, ou não, dos direitos trabalhistas de empregadas domésticas aos direitos de outros trabalhadores. Entendemos que essas discussões se configuraram como atestados de que essa classe de trabalhadores nunca havia possuído, verdadeiramente, o mesmo *status* dos demais trabalhadores brasileiros. A manchete: “Sem discriminar domésticas, o custo dobra” e a linha fina: “Maior categoria do país, com 6,8 milhões de trabalhadores, pode ter jornada de trabalho por lei, hora extra e FGTS obrigatório” (Texto 7) deixam claro, ironicamente por implícitos, que as empregadas domésticas não gozavam, naquele ano, desses direitos e que se deixassem de ser *discriminadas* passariam a gozar, o que significaria uma duplicação de encargos financeiros. A previsão seguiu o seu curso anunciando que as empregadas domésticas *não trabalhariam mais* do que os outros trabalhadores, que as *horas excedentes seriam pagas* à parte e que, quando demitidas sem justa-*causa*, *receberiam* o fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como os demais trabalhadores assalariados e registrados em carteira. É de se notar que todas essas assertivas assinalam as próprias negativas.

Dos resumos apresentados pela manchete, linha fina, fotografias e respectivas legendas, podemos inferir que um dos interlocutores em potencial daquela prática social tenha sido o empregador e não a empregada doméstica. Os enunciados carregam propriedades discursivas que os assemelham a alertas quanto a possíveis prejuízos financeiros que, com a equiparação de direitos trabalhistas, seriam sofridos pelos patrões.

À moda do que se fazia quando de negociações que se realizavam em torno do comércio de escravos, o trabalho das empregadas domésticas tem permanecido passível de ser *pechinchado*. Por conta de marcos de cognições sociais que foram construídos durante a escravidão, e reconstruídos ao longo de anos de história, acredita-se que esse trabalho tenha, na maior parte do tempo, sido realizado quase que exclusivamente por mulheres negras. Na atualidade, no entanto, é possível se verificar que, graças, em parte, às novas exigências impostas por avanços tecnológicos e demandas do mundo globalizado, muitas mulheres brancas que não possuem qualificação profissional específica passaram, também, a exercer a profissão. O redator da Folha de S. Paulo, porém, satisfaz-se em mostrar fotografias apenas de mulheres negras, num movimento de sobreposição do negro escravizado ao negro atual.

Neste Capítulo, portanto, realizamos análises de dez textos, sendo um texto de notícia e cinco de propaganda, na íntegra, e quatro segmentos de textos de notícia que se complementam no evento noticioso. As análises foram embasadas por princípios teóricos apresentados pela Análise Crítica do discurso, dentro dos escopos de duas de suas vertentes, a saber: a sociocognitiva e sociossemiótica. Além disso, foram utilizados resultados de estudos apresentados por áreas do conhecimento, tais como a Antropologia, Geografia e a História, uma vez que dados específicos sobre um número de fatos e eventos que marcam a presença do negro no Brasil, tanto no passado como na presente contemporaneidade, foram necessários para a interpretação de processos de sobreposição de valores e crenças relacionados ao negro brasileiro e ao continente africano atuais. A metodologia empregada para a abordagem textual foi elaborada a partir de considerações quanto às particularidades dos textos analisados, uma vez que características específicas de cada um, ou de cada conjunto de textos, demandaram a adoção de procedimentos também específicos.

Os resultados obtidos pela análise dos dez textos demonstram que, ainda nesta contemporaneidade, a imagem do negro brasileira permanece passível de ser associada à marginalidade, à criminalidade, à miséria, sendo que no âmbito do mundo do trabalho, as imagens de pessoas negras são relacionadas a ocupações que, nos marcos de cognição social de uma parcela significativa da população brasileira, como majoritariamente desenvolvidas por pessoas negras e pobres e,

portanto, passíveis de serem institucionalizadas, no caso do futebol, e discriminadas, no caso do trabalho doméstico profissional, pois são vistas como ocupações subalternas. Constatamos que, uma vez que os negros são representados como brasileiros naturalmente inclinados para essas ocupações profissionais, podemos concluir que suas imagens apresentam potencialidades semióticas para serem, assim como as suas supostas ocupações profissionais, institucionalizados e discriminados, sendo que essa discriminação se efetiva pela sobreposição do *status* que o trabalho realizado por negros escravos ao trabalho realizado por empregadas domésticas atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação analisamos textos de notícia e propaganda, no sentido de se verificar como expressões multimodais podem discriminar racialmente, implícita ou explicitamente, os membros do grupo racial denominado negro. Essa prática discursiva é um dos fatores, quiçá o mais relevante, que permitem que o negro seja associado: à marginalidade, violência e pobreza; ao futebol e, por isso, considerado, não como uma pessoa, mas como uma instituição brasileira; e ao trabalho doméstico, que no Brasil mantém interfaces com o trabalho escravo.

No Capítulo I revisamos um número de princípios teóricos e metodológicos embasados pelo estabelecimento de relações entre postulações apresentadas pela Análise Crítica do Discurso e duas de suas vertentes, a saber: a sociocognitiva e a sociossemiótica. No que se refere especificamente à ACD, apontamos fatos e propriedades que marcam o estabelecimento dessa vertente da Análise do Discurso como um conjunto de atitudes acadêmicas que visam à elaboração de postulações teóricas aplicáveis a análises de discursos institucionais e institucionalizados. A revisão de alguns princípios essenciais das vertentes sociocognitiva e sociossemiótica teve por objetivo a explicitação de pressupostos adotados por pesquisadores de ambas as vertentes que, numa relação de complementaridade, possibilitaram a elaboração de metodologias analíticas. A consideração dessas duas vertentes foi motivada pela crença de que elas podem fornecer as bases para a verificação de construção de significados novos que concorrem para a discriminação racial do negro atual, a partir de material semiótico construído em momentos distintos da história do Brasil.

No Capítulo II tratamos de apresentar um panorama histórico que nos permitiu a verificação de que o negro já foi representado: (1) nos documentos que regulavam a sua presença na colônia e no império portugueses, como mercadoria comercializável e / ou animais comparáveis a bestas de carga; (2) em um número de jornais que circulavam na cidade de São Paulo nos anos que antecederam e precederam a assinatura da Lei Áurea, como itens constantes em anúncios classificados, sendo que a apresentação desse panorama foi possível graças ao prestimoso auxílio de resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas áreas do

conhecimento, quer sejam a Antropologia, a Geografia, a História e a Sociologia. O diálogo com essas áreas foi imprescindível, uma vez que as representações sociais do negro Brasileiro, verificadas nos textos analisados, são resultados de processos de atualizações que foram iniciados quando da introdução de homens e mulheres africanos no solo americano e que vêm se desenvolvendo ao longo dos anos. Um número de características desses processos de atualização tem sido estudado dentro do escopo das áreas do conhecimento citadas.

No Capítulo III analisamos um texto, integralmente, e quatro fragmentos de textos de notícia que foram publicados pelo jornal Folha de S. Paulo. Além disso, analisamos cinco textos de propaganda, publicados na referida Folha de S. Paulo e no Jornal da Tarde. No conjunto desses textos e segmentos de textos, verificamos que um número das representações que se fazem dos negros nos dias de hoje podem ser consideradas como manifestações de valores, crenças e pseudo conhecimentos construídos em outras contemporaneidades, e que vêm se atualizando na Memória de Longo Prazo de uma parcela significativa da população, graças à prática implícita / explícita da discriminação racial por meio de expressões multimodais, em textos que circulam em jornais paulistanos.

A prática da discriminação racial verificada nos permite concluir que o Mito da Democracia Racial, pretendendo-se poderoso o suficiente para abrandar as relações entre os representantes das diversas etnias / raças que compõem a população brasileira, não tem sido forte o bastante para impedir que o negro seja representado socialmente como marginal, violento, pobre e, naturalmente apto para o futebol ou trabalho doméstico em interface com o trabalho escravo. Esse mito, também, tem nos mantido num estado de letargia que se sustenta, por um lado, no nosso desejo sincero de que as relações raciais no Brasil sejam de fato cordiais, harmoniosas e equânimes e, por outro lado, na nossa profunda suspeita (quase certeza) de que esse tão apreciado triângulo – cordialidade / harmonia / equidade – nada mais seja do que uma densa cortina de fumaça que embaça a nossa visão e nos impede de enxergar os episódios cotidianos de injustiça social, em muitos dos quais, muitas vezes, muitos de nós somos os próprios protagonistas.

Estudos realizados no Brasil, sobre o que vem sendo qualificado por pesquisadores como *racismo à brasileira*, mostram que os discursos sobre negros e brancos na mídia são marcados pela sub-representação enfática do negro, pelo

silêncio dos veículos de comunicação de massa frente à discriminação racial, pelo estabelecimento do branco como representante natural da espécie e pela associação ostensiva do negro à criminalidade e à miséria. Um número desses resultados, acreditamos, foi verificado por nós.

A ausência de leituras críticas de textos que medeiam práticas sociais pode levar ao desconhecimento da importância do discurso midiático (entre outros discursos institucionais e institucionalizados) em processos de disseminação de ideologias que substanciam práticas de abuso de poder, nomeadamente discriminação racial. Esse desconhecimento tem sido um grande aliado das classes dominantes brasileiras.

As classes dominadas brasileiras, por sua vez, têm abraçado as ideologias das classes dominantes, num movimento de colaboração discursiva, e se encarregado de disseminar, no seu próprio seio, valores e crenças que, pela sua substancialidade, dão sustentação às práticas sociais que concorrem para a sua própria manutenção em posições subalternas na sociedade.

No Brasil não é possível se falar em domínio de classes sociais sobre outras sem se considerar que se, por um lado, as classes dominadas são formadas por, majoritariamente, pessoas que descendem de africanos, por outro, essa mesma classe, em colaboração com a formação discursiva das classes dominantes, discrimina, dentro do seu próprio seio, as pessoas cujo tom de pele se aproxime, numa progressão cromática, da cor preta: tão mais negra uma pessoa seja, tão mais ela será passível de ser discriminada racial e socialmente. Se a distribuição desigual de renda entre brasileiros que sofrem por conta da injustiça, os marcos de cognição que perspectivam os negros de pele preta como inferiores os separam.

Nestas Considerações Finais expressamos o nosso desejo de ter contribuído com os estudos desenvolvidos dentro do escopo da Análise Crítica do Discurso, no sentido de denunciar, por meio de análise de textos publicados em jornais paulistanos, a prática de discriminação racial de negros que se efetiva pela sua representação social em textos de notícia e propaganda. Esperamos que essa contribuição concorra para a eliminação de um número, ainda que ínfimo, dos espectros deixados pela escravidão que encontram condições para se perpetuarem em práticas sociais, nomeadamente discursos institucionais e institucionalizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMPOS, Andrelino. Do quilombo à favela: **a produção do espaço “criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. Discourse in late modernity: **rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O racismo na história do Brasil: **mito e realidade**. 7ed. São Paulo: Ática, 1998.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **A história da disciplina Estudos Sociais a partir das representações sociais sobre o negro no livro didático (Período 1981 - 2000)**. Dissertação de Mestrado, UNESP/Marília, 2000.

GOMES, Flavio. **Palmares**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUEDES, Marymarcia & BERLINCK, Rosane de Andrade. **E os preços eram commodos... : anúncios de jornais brasileiros no século XIX**. São Paulo: Humanitas, 2000.

GUIMARÃES, Doroti Maroldi. **A organização textual da opinião jornalística nos bastidores da notícia**. Tese de Doutorado, PUC/ São Paulo, 1999.

HODGE, Robert & KRESS, Gunther. **Social Semiotics**. New York: Cornell University Press, 1995.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JEWITT, Carey & KRESS, Gunther (ed). **Multimodal Literacy**. New York: Peter Lang, 2008.

KRESS, Gunther et al. **English in urban classroom: a multimodal perspective on teaching and learning**. New York; London: Routledge Falmer; Taylor & Francis Group, 2005.

KRESS, Gunther & van LEEUWEN, Theo. **Reading images**. London; New York: Routledge, 1996.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e Cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSENFELD, Anatol. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANTOS, Christiano Jorge. Crimes de preconceito e de discriminação: **análise jurídico-penal da Lei N. 7.716/89 e aspectos correlatos**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira. A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil. Tese de Doutorado, UnB, 2009.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

TRINDADE, Solano. **Cantares ao meu povo**. São Paulo: Fulgor, sd.

Van DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. (org.) **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Discourse, context and cognition**. *In*: Discourse Studies Vol. 8 - No 1, 2006.

Disponível em <http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/159>.

Acesso em 24 de setembro de 2009.

_____. Contextual knowledge management in discourse production: **a CDA perspective**. *In*: WODAK, RUTH & CHILTON, Paul. A new agenda in (Critical) Discourse Analysis. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

_____. **Cognitive context models and discourse**. *In*: STAMENOW, M. (ed.). Language structure, discourse and the access to consciousness. Amsterdam: Benjamins, 1997b.

_____. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1997a.

_____. **Elite discourse and racism**. California; London; New Delhi: SAGE Publications, Inc., 1993.

_____. **La notícia como discurso**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1990.

_____. **Communicating racism**. California; London; New Delhi: SAGE Publications, Inc., 1987.

Van DIJK, Teun Adrianus & KINTSCH, Walter. Strategies of discourse comprehension. New York: Academic Press, 1983.

WODAK, Ruth. **What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments**. *In*: WODAK, Ruth & MEYER, Michael. Methods of critical discourse analysis. Los Angeles; London; New Delhi; Singapore: Sage Publications, 2001.

ANEXOS

dinheiro

FOLHA DE S. PAULO

DOMINGO, 31 DE AGOSTO DE 2008 * B1

Tel: 0/xx/11/3224-3373 Fax: 0/xx/11/3224-2287

E-mail: dinheiro@uol.com.br

Serviço de atendimento ao assinante: 0800-775-8090

Grande São Paulo 0/xx/11/3224-3090

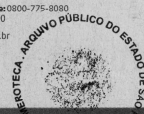
Ombudsman: ombudsman@uol.com.br

PETRÓLEO PARA ANALISTAS, GOVERNO GERA FALSA EXPECTATIVA SOBRE PRÉ-SAL

Pág. B9

ENTREVISTA CRÉDITO CRESCE DE MANEIRA ORDENADA, DIZ FABIO BARBOSA

Pág. B8

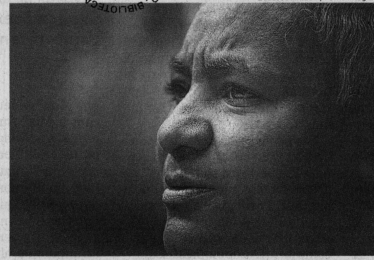


Muitas vezes, a patroa nem está em casa para ver quanto a empregada trabalhou, se ficou lendo revista ou assistindo à televisão (...) Se saio para trabalhar, como vou saber se minha empregada trabalhou?

MARGARETH GALVÃO CARBINATO
presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de SP



Raimundo Pacco/Folha Imagem



Eduardo Anzellini/Folha Imagem

Em uma situação, dei uma opinião e o patrão disse: 'Você entende de faxina, e eu, de gente'

Pedi muitas vezes para ser registrada, mas eles não quiseram. Tenho R\$ 10 mil para receber

MARIA GORETTE
doméstica, que processa antigos patrões

Sem discriminar domésticas, custo dobra

Maior categoria do país, com 6,8 milhões de trabalhadores, pode ter jornada de trabalho por lei, hora extra e FGTS obrigatório

Proposta de emenda constitucional que amplia direitos e está em estudo no governo deve chegar ao Congresso até o final do ano

CLAUDIA ROLLI
FÁTIMA FERNANDES
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo federal prepara uma PEC (proposta de emenda constitucional) para acabar com a discriminação que consta há 20 anos na Constituição Federal contra os trabalhadores domésticos, a maior categoria profissional do Brasil.

A proposta permitirá a equiparação dos direitos de 6,8 milhões de empregados domésticos que existem no país —segundo dados do IBGE— com os demais trabalhadores.

Cinco ministérios —Trabalho, Previdência Social, Casa

Civil, Fazenda e Planejamento— trabalham na mudança na legislação, que está em estudo no governo Lula e deve chegar ao Congresso até o final do ano.

Se a alteração na Constituição for aprovada, o doméstico terá direito a jornada de trabalho estabelecida em lei, hora extra, adicional noturno, salário-família e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) obrigatório —desde 2000, esse benefício é opcional.

Com a ampliação dos direitos ao trabalhador doméstico, o custo dos encargos trabalhistas deverá ao menos dobrar, nos cálculos de advogados, especialistas em mercado de trabalho e representantes de empregadores e trabalhadores domésticos do Estado de São Paulo.

Quem paga um salário mínimo a sua empregada (R\$ 415), por exemplo, terá de desembolsar ao mês mais 8% de FGTS

(R\$ 33,20), além de hora extra, quando a jornada exceder as 44 horas semanais permitidas pela Constituição. "Se trabalhar à noite, tem adicional. Fora a multa de 40% sobre o total do saldo depositado no fundo, se o empregado for demitido sem justa causa", diz o consultor Mario Avelino, fundador do site Doméstica Legal. Se a doméstica não for registrada, o empregador terá de incluir no cálculo 12% de contribuição previdenciária (nesse caso, mais R\$ 49,80 mensais considerando o salário mínimo).

"O que o governo quer é apagar essa mancha de discriminação que está presente na Constituição. A ideia é mandar ainda neste ano, quando comemoramos 20 anos da Constituinte, uma PEC para resolver essa questão e ampliar os direitos dessa categoria que é a maior do país", diz a ministra Nilcéa

Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres —subordinada à Presidência.

Além dos 6,8 milhões de empregados domésticos que trabalham por mês, há 2,3 milhões que trabalham como horistas, caso das faxineiras ou das diaristas. Somados, são 9,1 milhões de trabalhadores ou 5% da população brasileira.

Casa-grande e senzala

"A Constituição é discriminatória com essa categoria. A legislação que trata dos domésticos está vencida e foi inspirada nas relações entre a casa-grande e a senzala. É resíduo cultural da época da escravidão", diz Luís Carlos Moro, advogado da área trabalhista.

Dos 6,8 milhões de trabalhadores domésticos, 27,1% possuem vínculo formal de trabalho definido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho),

segundo Marcio Pochmann, presidente do Ipea. Dos 2,3 milhões de empregados que trabalham como horistas, nem 10% contribuem para a Previdência Social, o que lhes garante direito à aposentadoria.

A precariedade nas relações entre patrões e empregados domésticos é identificada pela Justiça do Trabalho. De janeiro até a semana passada, 9.284 empregados domésticos entraram com ações contra seus patrões na capital paulista, segundo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Esse número deve chegar a 15 mil.

"É preciso implantar um novo regime contratual que permita estruturar a organização do setor empregador e valorizar a mão-de-obra. O trabalho doméstico deveria ser terceirizado e organizado por empresas", diz Pochmann.

O crescimento da economia

já modificou, na análise de especialistas, a relação entre patrão e empregado doméstico. Já não é tão comum um empregado dormir no emprego. Em 1992, cerca de 635 mil empregados domésticos moravam nas residências. Em 2006, eram 295 mil, segundo o IBGE.


Para ser aprovada, a mudança na Constituição terá de ser analisada em duas votações no Senado e duas votações na Câmara dos Deputados —três quintos dos votos precisam ser favoráveis. "Esse tema enfrentará resistência. Porque o empregador terá de arcar com mais custos. Mas a medida é justa. Não pode haver dois tipos de trabalhador no Brasil, um de primeira categoria e outro de segunda", diz Cláudio Montezono, presidente da Anamatra, que reúne juizes do trabalho.

➔ LEIA MAIS B3 a B5

Anexo 2

FOLHA DE S. PAULO

Edição Anterior/Folha Imagem Edição Atual/Folha Imagem



**Domésticas
pedem luta por
à concessão
de direitos**

DA REPORTAGEM LOCAL

Emersúndia Lúcia de Oliveira trabalhou 42 dos seus 70 anos para uma família tradicional da zona norte de São Paulo. Na profissão de doméstica, imigrante cada dez anos, acabou criando um vínculo de amor com os filhos da família.

... (text continues) ...

**Domésticas não
estamos pedindo nada
de extraordinária.
Doméstico não é
exceção**

... (text continues) ...

**Com
jornada é
complicado**

DA REPORTAGEM LOCAL

Há 19 anos na presidência do Sindicato dos Empregados Domésticos do Estado de São Paulo, Margarita Galvão Carlinhos Machado, 63, que de 10 a 12 horas por dia dedica-se a suas atividades, para lutar pela concessão de direitos para quem trabalha em condições precárias.

... (text continues) ...

Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2008, Caderno: Dinheiro, p B3

Família não é empresa, reagem patrões

Empregadores questionam possível mudança e dizem que relação com domésticos não é comercial, e sim de parceria

Se a legislação for alterada, empregadores domésticos poderão ter direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e plano de saúde. Mas os patrões reagem à proposta.

As mudanças na legislação que trata da relação entre patrões e empregados domésticos, em estudo pelo governo, provocam reação de empregadores. Para eles, essa relação não pode ser enquadrada como a de um funcionário e uma empresa, mas sim de uma família.

Os trabalhadores domésticos devem ter seus direitos ampliados, dizem os empregadores ouvidos pela Folha. Mas, se os encargos trabalhistas forem "muito pesados", eles também devem ter o direito de descontar custos extras dos empregados — como o aluguel — que retribua o emprego, que hoje não são considerados na hora de pagar o salário.

Com esse entendimento à disposição, a família Leite Ribeiro paga R\$ 1.000 por mês de salário para uma empregada e R\$ 850 mensais para uma saconeleira, 8% de contribuição previdenciária. Há 137 salários mínimos de diferença entre os dois valores.

De acordo com o Sindicato dos Empregadores Domésticos, no âmbito da legislação atual, o patrão não tem obrigação de pagar férias, 13º salário e plano de saúde. Além disso, não há obrigação de pagar o FGTS. O empregador também não precisa pagar o INSS. Mas, se a legislação for alterada, ele terá que pagar o INSS e o FGTS. Além disso, terá que pagar férias e 13º salário. Isso pode tornar a contratação de uma empregada doméstica muito mais cara.

A dona de casa Simas Miyabe de Souza Carvalho, 54, já foi alvo de uma ação trabalhista de sua primeira empregada doméstica, mesmo tendo pago todos os direitos, segundo ela. Apesar do processo, empregada hoje uma doméstica sem registro em carteira, pois, segundo ela, essa profissional não quer ser registrada como doméstica.

Paula Pereira dos Santos, 36, não conhece como mãe adotiva que preferia ter o registro de salário de escravidão. "É muito revigorante o mercado de trabalho".

Com salário de R\$ 800 e mais R\$ 100 para o transporte diário, ela recebe R\$ 900 por mês. Ela trabalha em casa e não precisa pagar aluguel.

Em entrevista coletiva, o presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos, Carlos Roberto de Souza, diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria. Ele diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria. Ele diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria.

A dona de casa diz que o empregador não pode ser obrigado a pagar o FGTS obrigatório além de ampliar os direitos dessa categoria. Carvalho diz que se o empregador não quiser pagar, não precisa pagar. Ela diz que se o empregador não quiser pagar, não precisa pagar. Ela diz que se o empregador não quiser pagar, não precisa pagar.

Com renda acima de R\$ 10 mil, a família Souza Carvalho já tem a empregada doméstica registrada em carteira. Ela diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria. Ela diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria.



Maria Lúcia Leite Ribeiro (dir.) e sua empregada Sonia Moraes Pereira em apartamento nos Jardins

Menos imposto e terceirização são saída contra informalidade, dizem especialistas

A redução de impostos e a terceirização são caminhos para reduzir a informalidade, dizem especialistas. Eles apontam que a legislação atual não é comercial, mas de parceria. Eles dizem que a legislação atual não é comercial, mas de parceria.

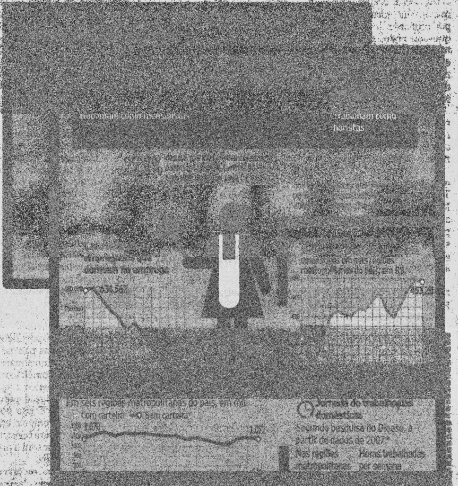
No ano passado, 47.441 processos de um total de 1.052 milhões de ações que entraram nas 1.370 Varas do Trabalho do país envolvem trabalho doméstico, de acordo com levantamento realizado pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho). Se houver redução da contribuição previdenciária para o empregador (de 12% para 9%) e do trabalhador doméstico (de 3% para 6%), eliminação da

contribuição previdenciária para o empregador (de 12% para 9%) e do trabalhador doméstico (de 3% para 6%), eliminação da contribuição previdenciária para o empregador (de 12% para 9%) e do trabalhador doméstico (de 3% para 6%).

A estimativa foi calculada com base em pesquisa com 2.091 empregadores domésticos cadastrados no portal Empregados Legal. Desses, 80% responderam que depositam o FGTS para suas empregadas, mesmo não sendo obrigatório. Isso indica que há uma tendência de formalização da relação de trabalho doméstico.

Em entrevista coletiva, o presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos, Carlos Roberto de Souza, diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria. Ele diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria.

Em entrevista coletiva, o presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos, Carlos Roberto de Souza, diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria. Ele diz que a legislação atual não é comercial, mas de parceria.



PERFIL DOS TRABALHADORES	
94%	29,7% contribuem para a Previdência
26,3%	9,8% não têm escolaridade alguma
1,9%	13,1% têm 11 anos ou mais de escolaridade

DICAS PARA OS EMPREGADORES

No caso de mensalistas

- Registrar em carteira
- Receber 12% de contribuição previdenciária obrigatória (parte do empregador)
- Pagar o salário em dinheiro
- Registrar em carteira
- Pagar o salário em dinheiro
- Pagar o salário em dinheiro

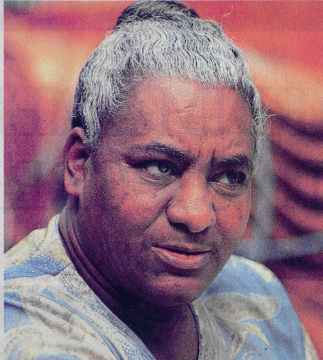
No caso de autônomos

- Registrar em carteira
- Receber 12% de contribuição previdenciária obrigatória (parte do empregador)
- Pagar o salário em dinheiro
- Registrar em carteira
- Pagar o salário em dinheiro
- Pagar o salário em dinheiro

PERFIL DOS TRABALHADORES

- 94% dos trabalhadores domésticos são mulheres
- 26,3% recebem salário-transporte
- 1,9% são negros
- 29,7% contribuem para a Previdência
- 9,8% não têm escolaridade alguma
- 13,1% têm 11 anos ou mais de escolaridade

MARCOS LISBOA



Maria Gorette, que trabalhou 13 anos sem registro em carteira



Erinei de Souza, que trabalhava de 2ª a 6ª e aos domingos



Maristela de Aguiar, que atribui demissão a uma conjuntivite

“O patrão disse: ‘Você entende de faxina, e eu, de gente’”

DA REPORTAGEM LOCAL

Durante 13 anos, Maria Gorette, 50, trabalhou três vezes por semana para uma família que reside no bairro de Higienópolis (SP) sem ter registro em carteira, sem receber férias nem 13º salário. Demitida há dois anos, Gorette decidiu correr atrás de seus direitos.

“Pedi muitas vezes para ser registrada, mas eles não quiseram. Tinha R\$ 10 mil para receber”, diz ela, que cobra o dinheiro há dois anos.

Gorette esteve na última quinta-feira no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo para saber sobre o andamento do processo. “Ainda não teve decisão, pois eles recorreram. Alegam que eu não tenho direito”, afirma.

Ela diz que, além de “não ter recebido o que tem a receber por direito”, foi discriminada

pelo patrão. “Em uma situação, dei uma opinião e o patrão disse: ‘Você entende de faxina, e eu, de gente’. E eu não cheguei a colocar isso no processo, mas deveria”, afirma.

O sindicato, segundo ela, chegou a chamar os ex-patrões para tentar fazer um acordo, antes de ela optar por recorrer à Justiça.

“Só que eles nem apareceram e aí optei por entrar com processo na Justiça.”

Gorette trabalhava oito horas por dia três vezes por semana. Hoje, com problemas de saúde, ainda presta serviço em uma casa, onde trabalha há cerca de 16 anos, uma vez por semana — ela ganha R\$ 60 por dia.

“Não sou registrada também nesse emprego, mas meu patrão é muito bom e o serviço não é pesado, e está bom assim. A minha alegria é que tenho dez filhos e todos têm saúde. Para que reclamar?” (FF)

“Vou fazer minhas contas no sindicato e conversamos”

DA REPORTAGEM LOCAL

Após trabalhar durante quatro anos e meio na casa de um empresário e uma terapeuta no Alto da Boa Vista (SP), Erinei de Souza, 28, recebeu R\$ 300 no dia do rompimento do contrato. Olhou a patroa nos olhos e disse: “Não posso aceitar. A senhora sabe que não é só isso. Vou fazer minhas contas no sindicato e conversamos”.

Com salário de R\$ 650 e jornada de segunda a sexta-feira e aos domingos, Erinei diz que, além de cuidar da casa, ajudava a “olhar” três crianças.

“Depois que engrvidei e tive minha filha, não podia mais fazer jornada aos domingos das 8h às 21h. Quando fui pedir para ficar de segunda a sexta, ela me demitiu. Não queria ficar desempregada, mas não teve mais jeito.”

Ao deixar o trabalho após uma jornada de 13 horas diá-

rias, a doméstica só chegava a sua casa, no Real Parque Morumbi, por volta das 22h. “Só passei a folgar durante os feriados depois de ter comprado uma cartilha no sindicato e ter mostrado à minha patroa que eu tinha o direito de folgar contra qualquer outro trabalhador. De 2004 a 2006, tenho 30 feriados trabalhados como dias normais”, diz Erinei, mostrando um papel com cada uma das datas que serão contabilizadas na sua rescisão de contrato.

“Não reclamava da jornada nem do trabalho. O que mais me magoou foi que um dia eu sentei na sala de jantar porque minha patroa não queria comer sozinha. Quando o marido dela chegou, pediu para eu sair. Na cozinha, ela me pediu desculpas e disse: ‘Não leve a mal, ele é um pouco racista, mas é boa pessoa’. Fiquei chocada. A discriminação existe e está bem perto de todos nós.” (CR)

“Vi depois que em dois anos nunca pagaram a contribuição”

DA REPORTAGEM LOCAL

Maristela Jesus de Aguiar, 34, foi demitida na última quarta-feira após trabalhar dois anos na casa de uma família. “Eles não me pagaram nada. Todo mês, segundo ela, os patrões descontavam 8% de contribuição previdenciária de seu salário de R\$ 500.”

“Vi depois que nesses dois anos eles nunca pagaram a contribuição. Ao valor do mês passado, eles deixaram de me pagar R\$ 3.000. Falei com eles, que dizem não ter dinheiro.”

Aguiar trabalhava todos os dias das 7h às 16h e prestava serviço completo, lavava e arrumava a casa. “Trabalhei mais do que o horário combinado durante muitas vezes, especialmente quando eles faziam festa e pediam para eu ficar um pouco mais. Só uma vez minha patroa me deu R\$ 50 a mais por-

que fiquei além da hora.”

A empregada doméstica, que tem essa função desde os 15 anos, diz que foi demitida porque pegou conjuntivite e ficou em casa por uma semana. “Trouxe atestado médico e avisei que não podia trabalhar, mas eles não aceitaram.”

Aguiar estuda à noite, faz curso para concluir o ensino médio. “Quero muito mudar de profissão, meu sonho é ser policial. É ser investigadora de polícia. É uma profissão arriscada, mas muito bonita”, diz ela.

Célia Maria Brasil da Silva, 49, que trabalha como empregada doméstica há 33 anos, já está há quatro meses sem receber salário.

“Trabalho para duas moças e elas dizem que estão com problema no serviço. Eu estou aqui no sindicato [dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo] para procurar meus direitos”, diz (FF)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)